



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

YURI GUEDES CAMARGO

**O ESPECTRO DO “MARXISMO CULTURAL” NO MEC DURANTE O GOVERNO
BOLSONARO E IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Versão Corrigida

Marília

2026

**O ESPECTRO DO “MARXISMO CULTURAL” NO MEC DURANTE O GOVERNO
BOLSONARO E IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em sociologia – MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília-SP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em sociologia.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Linha de pesquisa: Juventude e questões contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa.

Versão Corrigida

Marília

2026

C172e

Camargo, Yuri Guedes

O espectro do "marxismo cultural" no MEC durante o governo
Bolsonaro e implicações para o Ensino de Sociologia. / Yuri Guedes
Camargo. -- Marília, 2026

116 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Jefferson Rodrigues Barbosa

1. Ciências sociais. 2. Ensino. 3. Sociologia. 4. Ideologia. 5. Ciência
política. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa fortalece a democracia ao aprimorar o ensino de sociologia na educação básica. A proposta instrumentaliza estudantes para desconstruir discursos de ódio e inversões ideológicas, promovendo uma educação inclusiva e reduzindo desigualdades no acesso ao conhecimento científico. Ao fomentar a alfabetização científica sobre direitos humanos e diversidade, o trabalho combate o obscurantismo e protege os valores do Estado Democrático de Direito.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research strengthens democracy by improving Sociology education in basic education. The proposal equips students to deconstruct hate speech and ideological inversions, promoting inclusive education and reducing inequalities in access to scientific knowledge. By fostering scientific literacy regarding human rights and diversity, the work combats obscurantism and protects the values of the Democratic State of Law.



Yuri Guedes Camargo

**O ESPECTRO DO “MARXISMO CULTURAL” NO MEC DURANTE O GOVERNO
BOLSONARO E IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, para obtenção do título de Mestre em Ensino de Sociologia.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia

Data da defesa: 31/03/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa
UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Prof.^a Dr.^a Renata Schlumberger Schevisbiski
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Agradecimentos

À coordenação, funcionários e todo o corpo docente do Profsocio de Marília, pela formação e pelos diálogos fundamentais que viabilizaram a realização deste trabalho. Aos professores Demian Melo e Renata Schevisbiski, pelas críticas construtivas e apontamentos valiosos por ocasião do exame de qualificação. À professora Angela Lima, cujo incentivo e auxílio foram imprescindíveis desde a graduação até o ingresso no mestrado, motivando minha continuidade nos estudos acadêmicos. Aos colegas de turma, professores de sociologia da rede pública, pelo entusiasmo com que acolheram este tema e pelas inquietudes compartilhadas sobre o cotidiano desafiador da sala de aula. À equipe de funcionários e docentes da Escola Estadual Prof. Francisco Purita, pelo suporte que garantiu as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa. À Beatriz, pela amizade e companhia constante; as risadas e conversas tornaram mais leves os 400 quilômetros percorridos semanalmente entre Rio Preto e Marília. Às amigas Vitória e Lanna, que acompanharam, do início ao fim, as desventuras e os êxitos desta jornada. Aos amigos João Gabriel, Railou, Bruno, LD e tantos outros que me ajudaram a manter os pés no chão e o equilíbrio em diversos momentos de introspecção. À Maria Denise Guedes, minha mãe, e Maria Inez Camargo, minha tia, pelo apoio incondicional, cuidado e compreensão presentes em toda a minha vida. À Raquel Araújo Fagundes, por todo o afeto, alegria e até pelas frustrações compartilhadas; sem a sua presença, este trabalho não se preencheria de sentido.

Se os tubarões fossem homens [...] O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que este futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam rejeitar toda tendência baixa, materialista, egoísta e marxista, e denunciar imediatamente aos tubarões aqueles que apresentassem tais tendências.

Bertold Brecht

RESUMO: Esta pesquisa analisa o impacto da atuação política do “bolsonarismo” sobre a atividade de ensinar sociologia na educação básica. O trabalho examina o contexto social e político de ascensão da ultradireita contemporânea no Brasil, com especial atenção à trajetória do Ministério da Educação (MEC) durante o mandato de Jair Bolsonaro. Investiga-se como a retórica da “guerra cultural” e a acusação de “doutrinação” ideológica — entendida como um sintoma do suposto “marxismo cultural” — incidem sobre os temas, conceitos e categorias da disciplina, como diversidade, desigualdade e direitos humanos. A análise contempla o cenário de precarização do trabalho docente e a redução da carga horária de sociologia após a implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Por fim, propõe-se uma intervenção pedagógica fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, visando instrumentalizar os estudantes para a compreensão das formas ideológicas presentes na realidade social.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Ensino de Sociologia; Marxismo Cultural; Guerra Cultural; Ideologia.

ABSTRACT: This research analyzes the impact of "Bolsonarismo" political actions on the activity of teaching sociology in basic education. The study examines the social and political context of the rise of the contemporary far-right in Brazil, with special attention to the trajectory of the Ministry of Education (MEC) during Jair Bolsonaro's presidential term. It investigates how the "culture war" rhetoric and the accusation of ideological "indoctrination" — understood as a symptom of the so-called "cultural Marxism" — affect the subjects, concepts, and categories of the discipline, such as diversity, inequality, and human rights. The analysis considers the scenario of precarious teaching work conditions and the reduction of Sociology's class hours following the implementation of the New High School (NEM). Finally, it proposes a pedagogical intervention based on Historical-Critical Pedagogy, aiming to provide students with tools to understand the ideological forms present in social reality.

Keywords: Bolsonaroismo; Sociology Teaching; Cultural Marxism; Culture War; Ideology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SUÁSTICA NAZISTA

FIGURA 2 - FASCIO LITTORIO (SÍMBOLO DO FASCISMO ITALIANO)

FIGURA 3 - BONÉ MAGA "MAKE AMERICA GREAT AGAIN" (FAÇA A AMÉRICA GRANDE NOVAMENTE), SLOGAN DA CAMPANHA DE DONALD TRUMP.

FIGURA 4 - OUTDOOR EM ESTRADA NO MATO GROSSO EXALTA DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA. FERNANDO CANZIAN/FOLHAPRESS. FRASE TAMBÉM UTILIZADA PELO MOVIMENTO INTEGRALISTA.

FIGURA 5 - BANDEIRA DE GADSDEN. ASSOCIADA A IDEOLOGIA ANARCOCAPITALISTA, DEFENDIDA POR JAVIER MILEI, PRESIDENTE DA ARGENTINA. A BANDEIRA CONTÉM OS DIZERES "DON'T TREAD ON ME" (NÃO PISE EM MIM)

FIGURA 6 - BANDEIRA VERMELHA E PRETA, SÍMBOLO ASSOCIADO AO MOVIMENTO ANTIFASCISTA.

FIGURA 7 - A FOICE E O MARTELO, SÍMBOLO ASSOCIADO A IDEOLOGIA COMUNISTA, O MARTELO FAZ REFERÊNCIA AOS TRABALHADORES DA CIDADE E A FOICE AOS TRABALHADORES DO CAMPO.

FIGURA 8 - "A", SÍMBOLO ASSOCIADO À IDEOLOGIA ANARQUISTA.

FIGURA 9 - TWEET FEITO PELO DEPUTADO FEDERAL (MG) NIKOLAS FERREIRA, A PUBLICAÇÃO ACOMPANHA FOTO DO POLÍTICO EM QUESTÃO COM FITAS CRUZADAS SOBRE SUA BOCA.

FIGURA 10 - TWEET DE DIVULGAÇÃO DE GRUPO POLÍTICO "FRENTE INTEGRALISTA EM PERNAMBUCO".

FIGURA 11 - TWEET DO PERFIL "ORGULHO BRASIL"

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - IDEOLOGIA PARA MICHAEL FREEDEN (2017, CAP. 3, TRADUÇÃO PRÓPRIA)

TABELA 2 - CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS PARA ANÁLISE MORFOLÓGICA DAS IDEOLOGIAS. (FREEDEN, 2017)

TABELA 3 - EXEMPLOS: ANÁLISE MORFOLÓGICA DAS IDEOLOGIAS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APHe – Aparelhos Privados de Hegemonia empresarial

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CONABE – Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências

EAD – Educação a Distância

EPL – Estudantes Pela Liberdade

FNB-S – Federação Nacional dos Sociólogos – Brasil

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MPL – Movimento Passe Livre

MBL – Movimento Brasil Livre

MEC – Ministério da Educação

MESP – Movimento Escola Sem Partido

MPL – Movimento Passe Livre

NEM – Novo Ensino Médio

PECIM – Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores



SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SASE – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEALFI – Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares

STF – Supremo Tribunal Federal

TPE – Todos Pela Educação

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E O FORTALECIMENTO DO “BOLSONARISMO”: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO.....	22
1.1 O cenário brasileiro: crises, Junho de 2013 , <i>think tanks</i> ultraliberais e a “revolução judiciária”.....	28
1.2 Ideias, retórica e matrizes discursivas.....	38
1.3 A “guerra cultural” feita por “trolls”	48
2 RADIOGRAFIA DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO.	50
2.1 Ricardo Vélez Rodríguez. (1º de janeiro de 2019 - 8 de abril de 2019)	50
2.2 Abraham Weintraub (9 de abril de 2019 - 20 de junho de 2020)	53
2.3 Milton Ribeiro (16 de julho de 2020 - 28 de março de 2022)	59
3 ENSINO DE SOCIOLOGIA E ULTRADIREITA: A TRAJETÓRIA DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROBLEMA DA IDEOLOGIA... 	63
4 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE O TEMA IDEOLOGIAS POLÍTICAS	71
4.1 Fundamentos pedagógicos.....	71
4.2 Planejamento de Sequência didática	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
ANEXO I – QUADRO DE AULAS	108
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

No ano de 2018, com 57,8 milhões de votos, o Brasil elegia para o cargo de presidente da república Jair Messias Bolsonaro – capitão reformado que construiu sua carreira política a partir do final da década de 1980, primeiro na condição de vereador do Rio de Janeiro, e depois como deputado federal por sete mandatos consecutivos –, um representante da que o cientista político holandês Cas Mudde (2022) classificou como a quarta onda da ultradireita desde o pós-guerra. A esta “convergência real de diferentes tendências na sociedade brasileira” (Nunes, 2022, p. 19) que deu corpo ao mandato, convencionou-se chamar de “bolsonarismo”¹. Pode-se dizer que nesse conjunto estão amalgamados diferentes grupos políticos e tendências sociais que, apesar de não formarem um bloco uníssono, possuem diversas afinidades eletivas.

O sucesso eleitoral desse consórcio bolsonarista, que encontrou terreno fértil no processo de esgotamento da Nova República e na crise do presidencialismo de coalizão que marcou os treze anos de governos petistas, teve como fator determinante um discurso que mobilizou a ideia de uma disputa entre o único representante do “povo” e a elite – ou o “sistema” – corrupta, apresentada como ameaça à pátria, à família e à liberdade. Por esse motivo, os esforços empregados na interpretação do fenômeno bolsonarista, embora se valham de matrizes teóricas diversas, têm utilizado o conceito de populismo para caracterizá-lo.

Orbitando em torno do que Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2022) denominaram “populismo reacionário”, essa coalizão é marcada pela presença de quadros pertencentes a setores ideológicos de tipo neoliberal e conservador. Uma vez vitoriosa, a partir da posse mostrou-se essencial para a manutenção desse discurso o constante tensionamento com as instituições, para que a posição “antissistema” pudesse parecer coerente.

Nessa interpretação, que se apresenta como contra hegemônica, a partir da reabertura democrática o pensamento vinculado à esquerda teria se entranhado na mídia, na produção musical e nos sistemas de ensino a partir de uma suposta estratégia tipicamente gramsciana de disputa pela Hegemonia (CHALOUB e PERLATTO, 2016; PUGLIA, 2018). Assim,

¹ A partir de dados colhidos por pesquisas de opinião (Genial Investimentos; Quaest, 2026), estima-se que a base social desse segmento que se dá o nome “bolsonarista” (apesar de não se resumir ao próprio Jair Bolsonaro) corresponde a 12% dos brasileiros com 16 anos ou mais.

Para Bolsonaro, todo mundo que aceitou as regras da Constituição de 1988 é ‘de esquerda’. A própria Constituição é ‘de esquerda’, faz parte da ‘falsa democracia’. Para Bolsonaro, a redemocratização é a responsável por todos os males do país. (NOBRE, 2022, p.17)

Passa por aí a ideia de que a cultura, o jornalismo e educação escolar estiveram contaminados por profissionais defensores do “marxismo cultural”, um frequente argumento da ultradireita contemporânea. Nessa leitura da realidade, os professores – especialmente os de Ciências Humanas –, junto aos jornalistas e a classe artística, estão entre os atores que cumpririam o papel de distorcer a realidade e embriagar seus estudantes com visões demasiadamente “coletivistas”. (*Ibid.*, 2022)

Compõem essa mesma constelação de agentes e sujeitos políticos, o “Movimento Escola Sem Partido” (MESP) e a produtora audiovisual Brasil Paralelo.

Idealizado pelo advogado Miguel Nagib, o “Escola Sem Partido”, que apesar do acúmulo de derrotas em câmaras legislativas espalhadas pelo Brasil apresentou enorme caráter mobilizador em diferentes setores da sociedade e ainda hoje deixa ecos no debate público. Nesse sentido, é relevante sublinhar que foi a partir do MESP que o tópico de denúncia a “doutrinação” nas escolas adquire relevância na coalizão discursiva que deu corpo ao bolsonarismo, especialmente por tornar-se uma das pautas que aglutinam os diferentes grupos que conformam a ultradireita brasileira.

Além disso, a trajetória de crescimento e notoriedade do Escola Sem Partido no cenário político possui vínculo orgânico com o bolsonarismo, na medida em que o primeiro projeto de lei (PL n.º 2.974/2014) a dar corpo à ideia surge a partir de uma encomenda feita a Miguel Nagib por Flávio Bolsonaro, atual senador da República pelo Rio de Janeiro, filho mais velho do ex-presidente e então deputado estadual da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Logo em seguida, Carlos Bolsonaro, à época vereador da cidade do Rio de Janeiro, apresenta projeto semelhante (PL n.º 867/2014) à Câmara de Vereadores. (Oliveira, 2022)

E a Brasil Paralelo, produtora audiovisual fundada em 2016, de grande audiência. Seus fundadores atribuem seu surgimento à um “despertar de consciência” e defendem que o empreendimento carrega a “missão” de resgatar valores perdidos durante longo período de domínio da esquerda, tanto nas escolas quanto na mídia. (Santos, 2021)

Autora de inúmeras peças marcadas pelo revisionismo histórico e negacionismo científico e empresa de enorme êxito econômico, a Brasil Paralelo tem como público alvo jovens, atuando, segundo Santos (2021) como um aparelho privado de disputa pela hegemonia no país. Apresentando-se como instituição apartidária – ligada, desse modo, à ultradireita em sentido mais amplo –, seus laços com o bolsonarismo, embora não tão explícitos como no caso do Escola Sem Partido, se explicitam já na primeira obra publicada pela produtora, intitulada “Congresso Brasil Paralelo” onde Jair Bolsonaro é convidado para argumentar em favor do regime militar brasileiro (1964-1985).²

Apesar das duas iniciativas possuírem naturezas bastante distintas, esta disputando espaço simbólico com o currículo, enquanto aquela tenta disputar o próprio currículo (Rodrigues, 2023), os exemplos ilustram a relevância desse tópico entre a ultradireita no período recente e foram capazes de produzir efeitos substantivos na construção da agenda educacional levada adiante pelo bolsonarismo. Tal relevância parece ter motivado o governo Bolsonaro a ocupar o Ministério da Educação (MEC) com seus quadros mais aguerridos da chamada “guerra cultural”. (Leher, 2023).

Diante deste cenário, seria inocência presumir que os(as) estudantes da educação básica passariam incólumes às influências desses setores reacionários, levando em conta que esses(as) jovens passaram a maior parte de suas vidas nas mesmas ruínas do neoliberalismo (Brown, 2019) nas quais se desenrola a ascensão do “obscurantismo beligerante” (Duarte, 2018) que permeia os múltiplos ambientes de sociabilidade dessas juventudes.

Neste influxo, algumas pesquisas têm mostrado que uma parcela significativa dos jovens inseridos na escola tem cada vez mais se identificado com posições à direita do espectro político. (Machado & Scalco, 2018; Weller & Bassalo, 2020; Nascimento, 2019)

Ainda que mobilizando repertório pouco elaborado, não é trivial que esses estudantes, atraídos pela imagem violenta e outsider, reivindiquem ostensivamente sua afinidade com figuras pertencentes a ultradireita, não somente Jair Bolsonaro, mas, mais recentemente, Nikolas Ferreira e Pablo Marçal. No cotidiano escolar, o professor de sociologia percebe os

² Cf. “Capítulo 2: Terra de Santa Cruz | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8CYt95y5fUU> Acesso em 27 jan. 2026.

impactos desse fenômeno ao ser confrontado com práticas discursivas intimamente ligadas a essas expressões ideológicas durante suas aulas.

Para ficar em apenas dois exemplos anedóticos: diante de um diálogo em sala de aula que busca abordar temas como a noção de Estado, formas de tributação e justiça tributária, emerge em tom de revolta e inconformismo a sentença “Imposto é roubo! E sonegação é legítima defesa!”; ou ainda, quando durante uma aula sobre os fundamentos e a história dos Direitos Humanos, a resposta pronta é aquela que vincula tais ideias à defesa de bandidos, uma afronta ao “cidadão de bem”, que paga suas contas com o suor de seu trabalho.

Ora, mas não seria esse um momento natural das aulas de sociologia na educação básica? Já que o Ensino de Sociologia busca justamente lidar com essas formas de senso comum, tendo o “estranhamento” e a “desnaturalização” dessas ideias em seu horizonte?

No entanto, esse quadro parece se transformar diante da forma “calcificada” – para usar a expressão de Felipe Nunes e Thomas Traumann (2023) para descrever o cenário – e beligerante que esses posicionamentos chegam até a escola. Quando as categorias e conceitos apresentados pelo professor de sociologia são rebaixados à condição de “opiniões políticas”, implicando inclusive na necessidade de serem denunciadas por meio de gravações, atitude diretamente incentivada pelo próprio ministro da educação³.

Paralelamente a tais entraves, o recente contexto de precarização da educação pública parece contribuir com um cenário de mal-estar docente e crise de legitimidade do ensino de sociologia no contexto escolar. No caso da rede pública do estado de São Paulo, conforme apurou nota técnica elaborada pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU, 2025), ao longo das seis matrizes curriculares que já foram implementadas desde a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) a disciplina de sociologia sofreu uma redução de 62,9% da carga horária.

Soma-se a isso o problema referente a formação dos professores que integram o quadro de docentes responsáveis pelo ensino de sociologia, de acordo com o Censo Escola de 2024, apenas 37,1% das turmas são atendidas por professores com formação adequada. (Brasil, 2025)

³ Renata Agostini, “Para ministro da Educação, filmar professores em aula é direito dos alunos”. Estadão, 28 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ministro-da-educacao-diz-que-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos>

Para além dos números catastróficos, o mal-estar docente, em meio a jornadas de trabalho extenuantes, produz efeitos visíveis relacionados ao engajamento dos professores, que têm cada vez menos tempo para se debruçar sobre a preparação de aulas capazes de se apresentarem como uma alternativa à avalanche de desinformação que cai diuturnamente sobre a juventude escolar no ambiente virtual. Melhor dizendo, o quadro de grave precarização do trabalho docente na educação básica resulta em um desvio no exercício profissional dos professores de sociologia, que são levados a dedicar-se à preparação para atuar à frente de um variado número de componentes curriculares, para que seja possível completar sua jornada de trabalho. Ainda segundo a nota técnica mencionada:

Um/a profissional formado/a em Licenciatura em Ciências Sociais, e devidamente aprovado/a em concurso público para lecionar no Ensino Médio na rede estadual de São Paulo, atua exclusivamente na disciplina de sociologia em apenas 3,2% dos casos, tendo a necessidade de completar a sua carga horária obrigatória semanal lecionando componentes curriculares para os quais não tem formação. [...] Assim, de forma sistemática, profissionais qualificados são desviados para funções para as quais não tem formação, em prejuízo da qualidade do ensino na rede estadual. Dentre os diversos componentes atribuídos a professores/as de sociologia estão aulas de Arte, Língua Portuguesa e outras. (REPU, 2025, p. 23)

Diante do exposto, as inquietações que ensejam o desenvolvimento dessa pesquisa emergem de percepções acerca da aparente recorrência de elementos discursivos típicos ao que a literatura crítica tem denominado "bolsonarismo" entre a juventude escolar e as possíveis repercussões disso para o Ensino de Sociologia na educação básica em um cenário de explícita desvalorização e desprestígio, tanto da disciplina quanto dos professores que enfrentam um cotidiano degradante na escola.

Nesse sentido, a questão que a pesquisa pretende responder é: Qual o impacto da atuação política do “bolsonarismo” sobre a atividade de ensinar sociologia? O trabalho examina, para tanto, o contexto social e político sobre a qual a escalada bolsonarista se constrói, a trajetória do MEC e as políticas para a educação ocorridas durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro, com especial atenção à composição dos quadros técnicos da pasta, estratégias políticas e posicionamentos ideológicos e os ecos produzidos no debate público.

A partir desse questionamento, a pesquisa tem como objetivo mais amplo a análise dos ataques às ciências humanas e sua influência sobre disciplinas como a sociologia durante o governo Bolsonaro feitos pelo ex-presidente e seus ministros da educação. Mais especificamente, pretende investigar pronunciamentos e documentos oficiais do MEC, de modo a analisar os tensionamentos políticos produzidos por representantes do ministério, refletindo sobre como esses tensionamentos incidem sobre a atividade do ensino de sociologia.

A relevância de analisar os ataques às ciências humanas e sua influência sobre o ensino de sociologia, alvo da acusação de “doutrinação” ideológica – entendida como um sintoma do “marxismo cultural” –, tem como pressuposto o potencial democratizante da escola, entendida tanto como um espaço de transição para o mundo político, uma vez situado entre a esfera privada e a esfera pública (Moraes, 2014), quanto de interação entre a atividade intelectual e a vida pública (Sousa, 2017).

Conforme avalia Diogo Tourino de Sousa (2017), as políticas educacionais que dão sustentação à presença da sociologia na escola básica – destacadamente a Lei 11684/08 que garante a obrigatoriedade da disciplina e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – fazem dela uma ponte permanente entre o conhecimento sociológico e um amplo público, a juventude escolar⁴. Segundo o autor, essa condição faz da sociologia escolar um “instrumento privilegiado no aprimoramento da vida democrática”. (Sousa, 2017, p. 136)

Assim, a pesquisa pretende contribuir com o debate sobre a atividade dos professores de sociologia e a relação com problemas presentes na agenda pública. Em especial às formas de interação do ensino de sociologia com o contexto mais amplo de ascensão da ultradireita.

Em decorrência do que se observou, mostrou-se fecundo para o escopo da pesquisa examinar com maior atenção as práticas discursivas de denúncia ao chamado “marxismo cultural”. Isso porque os temas e questões do mundo público dos quais a sociologia é, por excelência, o espaço do currículo escolar onde são tratados, frequentemente coincidem com os tópicos que a expressão “marxismo cultural” busca denunciar.

Dito de outro modo, temas, conceitos e categorias próprios da disciplina como diversidade, desigualdade, Direitos humanos, violência, gênero, raça e racismo, movimentos sociais, etc são também objetos de denúncia na alarmada “guerra cultural” empreendida pela

⁴ Segundo os dados do Censo Escolar (2024) são 7,8 milhões de matrículas no ensino médio.

ultradireita. A referida interação torna relevante pensar as disputas colocadas em torno dos conceitos e categorias sociológicos, que por meio da ideia de “marxismo cultural” tem sua cientificidade e relevância colocadas em xeque.

Essa relação ganha expressividade na medida em que consideramos um segundo pressuposto, que reconhece “os profissionais do ensino de sociologia como operadores efetivos de um importante espaço de interação entre a Universidade e a sociedade” (Sousa, 2017), de modo que, na mitologia do complô “marxista cultural”, é o professor de sociologia um dos supostos “agentes de doutrinação”, por tratar temas em suas aulas no campo da política, sociedade e cultura.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica-documental que tem como fonte de dados secundários pesquisas produzidas acerca dos impactos sobre o debate sobre educação e Ciências humanas no contexto de ascensão da ultradireita contemporânea (Leher, 2023; Bodart, 2023; Sousa, 2017), bem como interpretações acerca de sua retórica, ideias e matrizes discursivas. (Mudde, 2022; Lynch & Cassimiro, 2022; Nunes, 2022; Nobre, 2022; Machado, 2021).

Como fonte de dados primários serão explorados pronunciamentos realizados em eventos oficiais, discursos de políticos da base bolsonarista e materiais de propaganda política. Dessa maneira, o termo “marxismo cultural” será analisado de forma crítica a partir da categoria *significante vazio*, central na interpretação do teórico político argentino Ernesto Laclau sobre a *razão populista*.

Desse modo, a pesquisa é organizada em três capítulos. No primeiro, há uma breve reconstrução histórica do contexto de ascensão da ultradireita contemporânea, tomando como pontos de inflexão as jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos; e a “revolução judicialista” que teve como consequência a Operação Lava Jato e o crescimento de certa desconfiança com as instituições que deu força ao “bolsonarismo” enquanto forma de pensamento.

O segundo capítulo ocupa-se da análise do Ministério da Educação (MEC) durante o mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro, tendo como enfoque os quadros que assumiram a pasta, suas estratégias políticas e posicionamentos ideológicos e os ecos

produzidos no debate público, onde a ideia de “marxismo cultural” aparece como ponto nodal do discurso que circunda as ações políticas do ministério.

No terceiro capítulo a atenção se volta à relação entre ensino de sociologia e ideologia. A partir de uma reconstituição do histórico da disciplina na educação secundária, pondera sobre as implicações do antagonismo que o bolsonarismo constrói frente ao “marxismo cultural” para os temas abordados no currículo da disciplina, bem como para a atuação do professor de sociologia e seu lugar num campo de disputa simbólica pela politização da juventude.

O quarto e último capítulo apresenta, como produto final do trabalho, uma intervenção pedagógica, materializada em uma proposta de sequência didática detalhada sobre o tema "Ideologias Políticas". Utilizando como alicerce teórico os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, a proposta busca transpor as análises acumuladas nos capítulos anteriores para a prática em sala de aula, oferecendo subsídios para que o professor de Sociologia lide com os desafios impostos pelo cenário de "guerra cultural". O foco central é subsidiar os estudantes para a compreensão das formas ideológicas, abordadas tanto em seu sentido "fraco" (sistemas de crenças) quanto "forte" (mascaramento de contradições presentes na realidade), que atravessam o cotidiano, permitindo o estranhamento de discursos naturalizados e o domínio de categorias científicas essenciais para o exercício da cidadania.

Esta intervenção é apresentada como o resultado final da pesquisa, pois justifica a necessidade de uma resposta propositiva aos ataques ideológicos e ao cenário de precarização enfrentados pela Sociologia no contexto recente. Ao converter o diagnóstico sobre o avanço da ultradireita e as políticas do MEC em uma ferramenta didática concreta, o capítulo reafirma o papel social da escola na socialização do saber sistematizado e na promoção da emancipação humana. Assim, o trabalho não se encerra apenas na análise crítica do espectro do "marxismo cultural", mas oferece um caminho para que o ensino de Sociologia cumpra sua função de ponte entre o conhecimento científico e a juventude, contribuindo para o fortalecimento da vida democrática frente aos valores autoritários.

1 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E O FORTALECIMENTO DO “BOLSONARISMO”: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO.

Para tratar do tema proposto nesta pesquisa, os ataques às ciências humanas e suas disciplinas como supostas ferramentas de doutrinação de um suposto “marxismo cultural” no contexto contemporâneo de ascensão da ultradireita no Brasil e, por consequência, do bolsonarismo⁵, esse capítulo recorre à literatura produzida no período recente. A seleção da bibliografia que ampara as reflexões ao longo do capítulo priorizou trabalhos que tratassem o fenômeno em diferentes dimensões e interpretações, capazes de fornecer um quadro sobre as condições históricas em que emerge e os principais elementos constitutivos da Ideologia que coaduna ultraliberalismo, intervencionismo militar e conservadorismo como conteúdo moral (Barbosa, 2022). A articulação dessas contribuições permitirá a construção de um panorama geral necessário para compreender o lugar ocupado pelo debate sobre educação e o Ensino de Sociologia nesse cenário.

Do ponto de vista global, o caso brasileiro não escapa às análises recentes do fenômeno, que apontam para a transnacionalização da ultradireita e sua evidente consolidação no terreno político-eleitoral. Em *A extrema direita hoje*, o cientista político holandês Cas Mudde (2022) realiza um balanço crítico global acerca da ultradireita na atualidade. No esforço de construir uma tipologia do campo político que chama de *far right*, o autor argumenta que esta, em sentido amplo, se desdobra a partir de uma distinção entre extrema direita e direita radical (populista). Para o autor, a direita radical seria aquela que aceita o regime democrático, mas rejeita discursivamente os valores liberais-democráticos. Por outro lado, a extrema direita incluiria setores que notadamente defendem a ruptura com o sistema ou, ao menos, não aceitam a democracia como regime de governo legítimo.

Em outras palavras, enquanto a extrema direita se caracteriza pelo apoio a uma política abertamente racista – relacionada à ideia de purificação nacional –, pelo antagonismo à própria democracia liberal enquanto regime político e pelo flerte com a ruptura violenta da ordem institucional, a direita radical populista – que foi capaz, inclusive, de formar maiorias simples

⁵ A expressão “bolsonarismo” surge no contexto jornalístico antes mesmo da eleição de 2018 para designar posturas antidemocráticas e visões moralistas que passavam a ser percebidas no debate público. A partir da chegada de Jair Bolsonaro à cadeira da presidência, o termo passa a ser utilizado em pesquisas acadêmicas que examinam o fenômeno, esses estudos o classificam não só como um grupo de eleitores, mas como expressão de uma clivagem ideológica fundamental no campo extrema direita no Brasil. (Mello e Lima, 2024.)

e absolutas em diferentes contextos eleitorais – busca operar no interior dos ditames constitucionais das democracias liberais, mobilizando em seu discurso valores e ideias típicos da direita tradicional, mas se diferenciando dela na intensidade, levando-os a um “extremo iliberal”. (Mudde, 2022)

Entretanto, é importante ponderar que essa forma de classificação guarda estreita relação com o contexto de organização política da direita europeia no pós-guerra, que, desde o fim da experiência nazifascista, buscou salvaguardar a ordem constitucional a partir da proibição e do controle de organizações classificadas como extremistas.

Essa distinção entre radicalismo e extremismo tem implicações até os dias de hoje na política da Europa e torna-se evidente quando olhamos para o caso da Alemanha, por exemplo. O país, já na década de 1950, criou um órgão de Proteção da Constituição (BfV – *Bundesamt für Verfassungsschutz*) como reação direta ao nazismo – uma espécie de “sentinela” antifascista – e recentemente atuou de forma direta sobre o partido da ultradireita alemã *Alternative für Deutschland* – AfD (*Alternativa para a Alemanha*), que obteve 20,8% dos votos na última eleição⁶ (Kirby, 2025).

Além disso, há uma dificuldade imposta pela própria tradução dos termos na edição brasileira da obra. Na descrição original, em inglês, utiliza-se o termo *far right* (entendido em sentido amplo, e por isso opta-se por utilizar “ultradireita” aqui), que se desdobra em *extreme right* e *radical right*. No entanto, na versão publicada pela EdUERJ em língua portuguesa, optou-se por traduzir *far right* como “extrema direita” e *extreme right* como “direita ultraradical”, o que acaba gerando confusão entre as classificações propostas pelo autor.

No Brasil, como é tênue a linha que separa os dois entendimentos, tendo em vista o caráter golpista da ultradireita – que se explicitou nos atos do dia 8 de Janeiro de 2023 – faz-se necessária certa “aclimação” do trabalho tipológico realizado no Cas Mudde, que escapa ao fôlego da presente pesquisa. Para todos os efeitos, o trabalho não abdicou de suas contribuições teóricas, tendo em vista a similaridade entre as características ideológicas descritas pelo cientista político e aquelas que são centrais para a avaliação do bolsonarismo que buscamos

⁶ Cf. “‘Incompatível com a democracia’: por que Alemanha classificou partido da direita radical AfD como grupo extremista”, BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y5772vz4vo> Acesso em: 12 fev. 2026

construir ao longo do capítulo – para além do fato de que Jair Bolsonaro é um exemplo recorrente utilizado por Mudde acerca da direita radical populista.

De acordo com o autor, é possível classificar quatro grandes ondas vivenciadas pela ultradireita desde o pós-guerra:

A primeira delas, que Mudde (2022) classifica como “neofascista”, teve pouca expressão no cenário político geral e pode ser compreendida como aquela composta por quadros caudatários do nazifascismo histórico que se organizavam em um cenário adverso durante os dez primeiros anos imediatos ao fim da segunda guerra (1945-1955).

Em período subsequente, a ultradireita passa a se organizar a partir de partidos caracterizados por um Populismo de direita, marcadamente racista e anticomunista. Dois exemplos destacados são a Ku Klux Klan nos EUA e o movimento conhecido como “Poujadismo”, na França, cujo legado se faz presente até hoje na figura de Marine Le Pen (Mudde, 2022).

A partir de 1980, a terceira onda é aquela que consegue ampliar sua participação nos sistemas políticos e ganha força após o declínio do bloco soviético, apresentando um repertório ideológico que combina nativismo, autoritarismo e Populismo. Vale sublinhar que, apesar de continuarem fora do establishment, vários partidos da direita radical conseguem adquirir certa estabilidade nesse período (Mudde, 2022).

Cumpram também notar que paralelamente, conforme já descrito por Jürgen Habermas em 1985, surge uma corrente intelectual e política alemã e estadunidense definida como neoconservadorismo, que adaptava a crítica conservadora ao momento presente. De acordo com o filósofo alemão, essa corrente advém de tradições diferentes nesses países. Nos Estados Unidos da América, seus principais porta-vozes tinham origem e influência liberal, enquanto na Alemanha, eles eram representados por herdeiros da própria tradição conservadora.

Embora presente, nesse sentido, uma série de nuances em seus argumentos, em ambos os países se percebe um denominador comum:

A atitude afirmativa em relação à modernidade social e a desvalorização da modernidade cultural são típicas do padrão valorativo que subjaz a todos os diagnósticos de época neoconservadores (Habermas, 2015, p. 71).

Estão vinculados a esse movimento intelectual os ex-presidentes Ronald Reagan e George W. Bush, por exemplo.

A quarta – e atual – onda da ultradireita se inicia a partir de 2000 impulsionada pela crise de 2001 após os ataques de 11 de setembro, pela crise financeira de 2008 e a crise dos refugiados em 2015, entendidas por Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2022) como efeitos da “ressaca da globalização”, é nela que se inscreve o bolsonarismo.

O aspecto decisivo deste novo período é a imposição e rotinização das pautas típicas do Populismo de direita no debate público, além da inequívoca consolidação da ultradireita como força política presente nos sistemas políticos⁷.

Avaliando o cenário norte-americano – e o caso do Brasil não pode ser compreendido isolado deste – neste contexto, a cientista política Wendy Brown (2019) analisa o fenômeno político de repercussões mundiais que foi a eleição de Donald Trump e a consequente conformação – e/ou fortalecimento – de uma nova direita estadunidense, que nos Estados Unidos da América se popularizou como Alternative-Right (Alt-right).

A base social que deu sustentação à ascensão dessa forma de pensamento – identificada como *Iluminismo Sombrio* (Junior & Wilke, 2025) – é composta primordialmente por cristãos brancos, rurais ou suburbanos, de reconhecido comportamento agressivo e autoritário, indivíduos que não passaram ilesos pela pauperização neoliberal. Grupo esse para o qual, de acordo com a autora,

[...] as agendas políticas liberais, as agendas econômicas neoliberais e as agendas culturais cosmopolitas geraram uma crescente experiência de abandono, traição e finalmente raiva por parte dos novos despossuídos. (Brown, 2019, p. 11)

O resultado discursivo dessa sensação de “abandono” se voltou contra os historicamente excluídos da ordem social liberal, como se as mudanças sociais fossem consequência do movimento migratório que mudou a composição das periferias, sendo a culpa, portanto, das minorias – ou seja, os supostos beneficiários “não merecedores”.

⁷ No caso do Brasil, a eleição de quadros da ultradireita na maior bancada da Câmara dos deputados (99 deputados do PL, Partido de Jair Bolsonaro) e de 20 dos 27 senadores é exemplar. (Checchia, 2023)

Segundo Marcos Nobre (2022), a promessa da “democracia de massa” do mundo pós-guerra somada às exigências de ampliação democrática dos novos movimentos sociais que irromperam após 1968 tiveram como resultado um intervalo, entre 1980 e 2007, marcado pelo triunfo de certo neoliberalismo progressista e da prosperidade econômica da Grande Moderação, que encontrou seus limites e criou condições favoráveis para o estabelecimento da quarta onda.

Neste quadro, o bolsonarismo foi a face desse espectro político que galgou posição de destaque no cenário político brasileiro, adquirindo poder de pautar o debate público, além de ser a força responsável por organizar o campo da direita.

Desde a sua ascensão, um expressivo grupo de pesquisadores tem empenhado esforços para analisá-lo sob diversas perspectivas. Enquanto alguns autores vinculados à tradição marxista (Boito Jr., 2020; Mattos, 2022; Melo, 2025)⁸ têm afirmado que se trata de um “fenômeno fascista”⁹ adaptado às condições históricas do século XXI” (Melo, 2025, p. 145) – destacando aspectos como o horizonte de guerra civil, o culto à violência e a ideia de purificação nacional –, outros convergem ao utilizar o “populismo” como conceito central, ainda que sob diferentes abordagens (Lynch & Cassimiro, 2022; Nunes, 2022). Em uma terceira chave interpretativa, o bolsonarismo é apresentado como uma “coalizão discursiva” (Kaysel & Bianchi, 2025).

Por não se tratarem de interpretações teoricamente antagônicas e que compartilham, em linhas gerais, os mesmos diagnósticos acerca do contexto que permitiu que o bolsonarismo se consolidasse em território nacional, nosso trabalho buscou contribuições localizadas desses diferentes pontos de vista. Especialmente porque encontram-se nelas importantes subsídios para a análise da dimensão cultural e educacional do pensamento bolsonarista, que é o tópico que pretende-se rastrear aqui.

Para as finalidades desta pesquisa, cumpre destacar que as primeiras manifestações ideológicas do governo Bolsonaro sobre a educação já estavam presentes no plano de governo “O caminho da prosperidade”, publicado em 2018, quando afirma que: “Nos últimos 30 anos o

⁸ Importa sublinhar que nenhum dos autores em questão considera que durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro o Brasil tenha vivido sob um regime fascista.

⁹ Marcelo Badaró Mattos (2022) e Armando Boito Jr. (2020) empregam o termo “neofascismo”. Segundo Mattos (Ibidem), “o prefixo “neo” serve apenas para acentuar que não se trata de uma simples repetição mecânica do fascismo histórico” (p. 31)

marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da ‘família brasileira’’. (Bolsonaro, 2018, p. 8) No mesmo documento a Educação é anunciada como prioridade do governo (Idem, p. 10), embora a prática posterior mostre o contrário.

Seguindo o documento supracitado, enuncia-se a intenção de “[...] dar um salto de qualidade na educação com ênfase na [educação] infantil, básica e técnica, sem doutrinação” e promete “em dois anos um colégio militar em todas as capitais de estado” (Ibidem. p. 21). E segue: “Conteúdo e método precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português sem doutrinação e sexualização precoce”. (Ibidem. p. 41). Embora o documento de campanha afirme textualmente a necessidade de “qualificação crescente de professores”, ao assumir o mandato, o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo Bolsonaro sequer menciona o tema. (Machado, 2021)

Ao se referir à alfabetização, o plano de governo manifesta a intenção de expurgar Paulo Freire, além de destacar o fomento ao empreendedorismo e a ampliação da Educação a Distância (EAD). Além disso, o elogio ao modelo cívico-militar está diretamente relacionado à valorização da ordem, destacando o aspecto disciplinar desse tipo de escola. A integração entre níveis também surge como preocupação, embora não sejam apontadas possíveis soluções à educação “pouco integrada”. Por fim, na esteira do incentivo à lógica empreendedora, o plano afirma que o governo ampliaria o papel da iniciativa privada na pesquisa científica brasileira (inspirado em países como Japão, Israel, Taiwan e Coreia do Sul (Bolsonaro, 2018).

Essas propostas estão vinculadas a um diagnóstico mais amplo de “crise” na educação, a partir do qual surge uma proposta à direita que Michael Apple (2003) nomeou “modernização conservadora” – termo originalmente criado por Barrington Moore Jr. para se referir a forma tomada pelas revoluções burguesas no Japão e Alemanha (Pires & Ramos, 2017) – que por sua vez é resultado da coalizão de diferentes forças políticas, a saber, neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e uma fração da classe média composta por gerentes e profissionais qualificados.

O diagnóstico de “crise” que fundamenta essa reação da “modernização conservadora” passa pela ideia de que a escola já não fornece as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, que além disso, gasta muito e gasta mal e está apegada a fundamentos e práticas “ideológicas” demais. A solução passaria, nessa interpretação, pela adaptação das escolas às novas demandas

do capitalismo, pela privatização (ou, pelo menos, pela abertura para maior atuação da iniciativa privada) e da adesão de novos paradigmas educacionais pautados na meritocracia e na valorização da aprendizagem operacional pragmática. (Miranda, 2016)

A forma tomada por essas proposições no caso brasileiro, no Ministério da Educação durante o mandato bolsonarista, serão narradas mais à frente. Antes disso, cabe reconstituir a cena que permitiu que esse “projeto” educacional se tornasse uma possibilidade a ser considerada pela maioria dos eleitores brasileiros.

1.1 O cenário brasileiro: crises, Junho de 2013 , *think tanks* ultraliberais e a “revolução judiciarista”.

O fortalecimento da ultradireita no Brasil não pode ser entendido como um raio em céu azul ou – de maneira teleológica – como mero resultado inevitável de certas condições políticas e econômicas que marcaram a crise dos governos petistas, mas como produto de ações conscientes e coordenadas de certos atores e instituições que souberam captar as condições climáticas favoráveis para alçar voo.

Vale dizer que as causas do fortalecimento da ultradireita no plano internacional não podem ser generalizadas, mas há alguns fatores que são mais frequentemente destacados nas pesquisas e debates que buscam explicações para a adesão a esse espectro ideológico.

Em linhas gerais, o argumento mais frequente aponta para a percepção de que a globalização teria produzido “ganhadores e perdedores”, onde os perdedores transferem “preocupações socioeconômicas para o campo sociocultural”, levando a uma reação, por apoio (adesão às bandeiras) e/ou protesto (postura antissistema) contra a “elite política”, que explica a maior parte do apoio recebido pela ultradireita. (Mudde, 2022)

Desde que a direita brasileira mostrou os primeiros sinais de reorganização, a partir do surgimento de novos atores e radicalização da direita tradicional¹⁰, prevaleceu entre os trabalhos

¹⁰ Para ilustrar a radicalização de figuras ‘tradicionais’ da direita, Jorge Chaloub (2024) (*En passant*) cita o tom da campanha presidencial do PSDB nas eleições de 2010 e 2014, que utilizou de bandeiras estranhas a sua própria trajetória política (defesa da redução da maioria penal, proibição do aborto etc.). Outro exemplo já utilizado é Onyx Lorenzoni e a mudança de postura em suas relações políticas. (Ver “Jorge Chaloub: Quem são as figuras carismáticas ou populistas de direita? | Diálogos” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cVFV1T1XPnI>)

que buscavam desvendar esse novo cenário um diagnóstico de esgotamento do modelo democrático que marcou o país após o pacto de 1988 (Lima & Chaloub, 2019). Parte desse diagnóstico passa pelo argumento da emergência de um novo tipo de polarização¹¹, diferente daquela marcada pela oposição entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) como polos organizadores do presidencialismo de coalizão que atravessou boa parte da Nova República, fenômeno que Marcos Nobre (2022) batizou de “peemedebismo”, ou conforme entende Rodrigo Nunes (2022):

“centrismo”, isto é, do consenso ideológico que reunira direita e centro-esquerda desde os anos 1990, segundo o qual o único horizonte político possível seria, com maior ou menor sensibilidade social, gerir o capitalismo dentro dos marcos e limites estabelecidos pela globalização neoliberal.

No desenrolar desta crise/esgotamento, há dois pontos na história recente do Brasil que são relevantes na compreensão da inflexão à direita que insere o país no movimento internacional esboçado mais acima. São eles a jornada de protestos em Junho de 2013 e a “revolução judiciarista” que teve como um de seus efeitos a Operação Lava Jato.

Embora Junho de 2013 não explique por si só a consolidação da coalizão bolsonarista, não é possível entendê-la sem passar por esse momento. Iniciada pelo Movimento Passe Livre (MPL) em reação ao aumento do valor da passagem do ônibus na cidade de São Paulo, os atos duramente reprimidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PM-SP) rapidamente

¹¹ Sobre o potencial crítico do conceito de “polarização”, Rodrigo Nunes (2022) aponta um risco de confusão devido à possibilidade de existirem várias polarizações diferentes. Além disso, apresentar-se como o ponto médio entre dois polos pode ser simplesmente um artifício retórico em um debate político, com poucas implicações em termos analíticos. A única forma de garantir a relevância da discussão nesses termos é, segundo o autor, realizar um resgate histórico do que se atribui a ideia de polos e polarização.

A emergência do discurso sobre a polarização política remontaria, portanto, a um diagnóstico acerca do cenário norte americano produzido já na década de 1980. À época, a interpretação de Poole e Rosenthal (ano) apontava para uma razão diretamente proporcional entre desigualdade e polarização, que se expressava na disputa engessada entre democratas e republicanos nas eleições estadunidenses.

O diagnóstico retorna durante o governo de Barack Obama acrescentado do adjetivo “assimétrico”, apontando para o fato de que a polarização seria o desdobramento de um processo de radicalização da direita (ou seja, dos republicanos) nos EUA fazendo com que restasse aos liberais (democratas) buscar conciliação num debate político previamente pautado pelos conservadores.

É nesse contexto que isso chega ao Brasil (em meados de 2014) quando também passa a surgir uma franja da direita que não estaria disposta a ceder em nome da “governabilidade”, uma “nova direita”. (ROCHA, 2018)

transbordaram às pautas relacionadas a mobilidade urbana e tornaram-se uma mobilização de expressão nacional com ampla participação de diferentes espectros políticos e setores da sociedade, ganhando contornos cada vez mais complexos e difíceis de serem decifrados.

Uma reconstituição do cenário torna explícito que entre os atos ocorridos em 13 e 17 de Junho houve uma mudança editorial drástica, que Demian Melo (2023) interpreta como a primeira tentativa da direita de disputar o sentido das manifestações, que, a partir do dia 20 conseguiu emplacar a narrativa da existência de uma “minoria de vândalos”, contra a qual a repressão policial era bem vista, unificando a direita e expulsando militantes socialistas.

Com os atos subsequentes sendo palco de repressão à uma parcela dos manifestantes, enquanto outros grupos legitimavam a ação policial com fotos e aplausos, o autor propõe que “certamente ali estava a origem fundamental do que, anos mais tarde, seria capitalizado por Jair Bolsonaro como liderança do campo da extrema direita brasileira.” (Melo, 2023, p. 170)

Sendo assim, Junho de 2013 embora não tenha parido o Bolsonarismo, mostrou-se importante para estimular uma reação conservadora às reivindicações de melhoria dos serviços públicos que o emplacou como movimento.

Situando-as num conjunto de levantes ocorridos entre 2011-13, Nobre (2022) argumenta que as jornadas de Junho de 2013 podem ser entendidas como expressão de um longo processo de construção de contrapúblicos – a esquerda e a direita – e uma oposição extra institucional.

De maneira análoga, cabe notar que Marcos Nobre (2022) constrói sua interpretação sobre Junho de 2013 em oposição ao que ele chama de “teses do ovo da serpente”, que de forma determinista descrevem o contexto como o germe antidemocrático que levaria a eleição de Jair Bolsonaro. Apesar dessa ressalva, o autor reconhece que quem foi capaz de vampirizar a “energia social” de Junho foi a extrema direita, de modo que a força política extra institucional se tornasse anti-institucional, que posteriormente utilizou a Lava Jato como escudo institucional.

Em leitura similar e também preocupado com a simplificação de análises que reduzem Junho de 2013 a um levante essencialmente antidemocrático que tem no bolsonarismo seu resultado natural, Rodrigo Nunes (2022) inscreve a jornada de protestos num ciclo global iniciado em 2011 em reação às tímidas medidas políticas que buscaram lidar com a crise

financeira de 2008. Nesse sentido, essa reação dos governados contra os governantes vivencia dois momentos, passando da esquerda para a direita no decorrer da década.

Junho e seus efeitos podem ser compreendidos, desse modo, em quatro fases que modificam o quadro geral em que posteriormente a ultradireita passa a se fortalecer. A primeira fase se inicia com os atos engendrados pelo Movimento Passe Livre (MPL); a segunda começa quando, em rechaço à dura repressão policial, os meios de comunicação passam a apoiar as mobilizações e moldar sua imagem pública, o que leva ao crescimento do número e da heterogeneidade dos manifestantes.

Após essa eclosão, a terceira fase é marcada por distintas iniciativas entendidas como a “continuação de Junho”, com ocupações de câmaras municipais, protestos em favelas e periferias, greves, rolezinhos e o próprio Bom Senso FC (movimento organizado por jogadores de futebol). Por fim, na quarta fase, os efeitos da jornada iniciada em 2013 se desdobram no movimento Não Vai Ter Copa, já em 2014. (Nunes, 2022)

Separadamente, é a partir de 2015 que os espólios deixados por Junho de 2013 ganham contornos ideológicos mais visíveis¹². Nesse ensejo, Nunes (2022) toma como ponto de partida um “descompasso entre instituições políticas e sociedade”. O trecho a seguir explicita:

Em 2015, quando a eclosão concomitante de uma crise econômica e da Operação Lava Jato pareciam confirmar a corrupção como questão política fundamental – e o “governo mais corrupto da história” como seu principal responsável –, caberia à “nova direita” surgida em 2013 o papel de acionar as ruas novamente. Com a bajulação e o apoio (inclusive financeiro) de parlamentares, empresários e meios de comunicação, MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online dariam à “velha direita” o movimento de massas que ela nunca lograra construir. Em troca, cacifavam-se como atores de dimensão nacional, o que alguns souberam capitalizar melhor que outros. (Nunes, 2022, p. 141)

Em relação a esse descompasso, argumenta-se no sentido de que, apesar de um abalo simbólico e material sofrido pela autoridade do neoliberalismo, há um fortalecimento de afetos “atravessados por dispositivos como o consumo, o individualismo, a concorrência, o punitivismo e o ‘empreendedorismo de si mesmo’”. (Ibidem, p. 13)

¹² No interior dessas circunstâncias, Camila Rocha localiza a formação de um contrapúblico ultraliberal que se projeta durante os protestos que passaram a pedir “Fora Dilma”. (ROCHA, 2019)

Nunes (2022), aponta no sentido de um reposicionamento daquilo que se considera plausível sob as lentes de um “realismo político”, já que o tom reformista daqueles que se reivindicam dessa forma, demonstra estar descolado cada vez mais da realidade apresentada (concentração de poder, colapso ambiental).

É justamente a forma como a extrema direita lida com o redimensionamento do que se considera “politicamente realista” que permitiu que esse grupo tomasse as rédeas do debate público:

[...] a extrema direita soube mais do que ninguém usar as muitas crises do presente para trazer o indizível para o centro do debate público e tornar o inconcebível um dado corriqueiro. (Nunes, 2022, p. 17)

Diante disso, tanto as matrizes discursivas quanto as gramáticas morais que caracterizam o bolsonarismo só poderiam ressoar sobre um arranjo de afetos e estados de espírito que permitam que elas sejam a resposta para as inquietações que daí irrompem. Ou seja, essas condições fazem o repertório oferecido pela ultradireita parecer respostas plausíveis para uma situação concreta. Esses afetos, são o que Marcos Nobre (2022) chamou de “sentimentos antissistemas difusos”.

Tais sentimentos que se agarram às soluções oferecidas pela ultradireita podem ser atribuídos ao que Nunes (2023) chama de “negacionismo” (entendido em sentido amplo), que se recusa a aceitar uma realidade fracassada diante da promessa da globalização cosmopolita.

Haveria, portanto, duas formas de entender a “negação” da realidade – uma vinculada à produção de desinformação e outra no campo da dificuldade psicológica de lidar com uma realidade traumática gerada pelas crises do tempo presente – que se relacionam na medida em que uma fornece as respostas que a outra (estado de negação) demanda. (Nunes, 2023, p. 55)

A estratégia de tentar isolar o “sentimento antissistema” das jornadas de Junho de 2013 e voltar o trem descarrilhado para a mesma direção facilitou a identificação do PT com o *establishment*. O cenário que se constrói a partir daí fez com que o PT se aproximasse cada vez mais do centro em nome de uma “reconstrução” nacional, ao mesmo tempo que a direita se radicalizara cada vez mais.

A radicalização que produziria uma polarização assimétrica, se utiliza de um ecossistema comunicacional que privilegia o absurdo, além de contar com uma aparente – embora falsa – simetria produzida por uma pretensa “isenção” da mídia jornalística.

Desse modo, somente a indústria cultural e as *fakes news* não explicam o fenômeno da extrema direita. As “paixões” antissistema são o terreno fértil para as *fake news*. A própria continuidade de políticas neoliberais, a despeito de sua impopularidade, já nos mostra que os sistemas e elites políticas e econômicas já se “habituarão a operar com baixa legitimidade” (Nunes, 2022, p. 50)

Em um cenário de crise, uma parcela da sociedade que, a partir de 2014, percebe o achatamento do horizonte de futuro passa a direcionar seu ressentimento ao PT e às minorias que supostamente foram “privilegiadas” pela corrupção promovida pelo partido.

Emprestando a expressão utilizada por George Orwell (1903-1950), Nunes (2022) descreve essa parcela como a “baixa alta classe média” que se caracteriza por estar constantemente ameaçada pela mobilidade social negativa. Esse grupo, segundo o autor, é ressentido com o que entendem por “elite” (cultural, social e econômica) e amedrontado pela possibilidade de perder marcadores de distinção. (Nunes, 2022, p. 76)

Essa fração da classe média torna-se a base mais aguerrida do bolsonarismo e, também, a fonte dos mais variados tipos de intelectuais orgânicos da ultradireita. Nessa perspectiva, o bolsonarismo passa a se organizar como fenômeno “empreendedorístico”, por permitir a ascensão de políticos influenciadores (que também são influenciadores políticos) que buscam ocupar um novo “nicho de mercado”, o ex-ministro da educação Abraham Weintraub é exemplar.

Quando – a partir da recessão econômica iniciada em 2015 – essa ameaça chega mais perto, torna-se favorável o ambiente para que os discursos de extrema direita floresçam e passam a:

[...] situar, no mesmo quadro de uma grande conspiração contra valores ocidentais, a frustração do concurseiro que não é aprovado (e passou a culpar as cotas), do homem que não conseguia ser o macho alfa (e passou a culpar o feminismo), do adulto que se sentia intelectualmente diminuído (e passou a culpar o marxismo cultural) e do empreendedor malsucedido (para quem os problemas eram as políticas redistributivas. (Nunes, 2022, pág. 77)

Olhando para esse mesmo quadro, Camila Rocha (2018) e Flávio Casimiro (2016) fornecem valiosas contribuições sobre o que, na ocasião de suas pesquisas, chamaram de “Nova direita”¹³ que já se organizava desde 2006.

Camila Rocha (2018), se utilizando do conceito de contrapúblico, descreve o fenômeno de fortalecimento do ideário pró-mercado a partir da formação de uma identidade coletiva presente em uma militância de base que se apresenta como *anti-establishment* e propõe radicalizar os horizontes liberais no Brasil. A escolha desse conceito por parte da autora guarda relação com a maneira pela qual a nova direita escolheu se portar em relação à esfera pública e os meios de comunicação tradicionais.

Ou seja, deliberadamente, grupos organizados, intelectuais e apoiadores da ultradireita privilegiam espaços de discussão determinadas regras e pressupostos típicos da esfera pública entendida no sentido habermasiano não sejam imprescindíveis (Ibidem). Não à toa, esses contrapúblicos que no princípio se fortaleceram utilizando a rede social Orkut como plataforma de debate, agora se utilizam do formato “podcast”¹⁴ para exposição de suas ideias, onde não há qualquer mecanismo para checagem de fatos ou garantia da pluralidade de argumentos.

A partir dessa postura, a interpretação que se tem da esfera pública é a do lugar “politicamente correto” de debates racionalistas. Nesta, não haveria espaço para as afirmações disruptivas em tom agressivo que expressam as ideias defendidas por esse contrapúblico, cujos argumentos que prevalecem são aqueles polidos de terminologias consideradas ofensivas – portanto, argumentos tolhidos de liberdade e sinceridade.

Para o Populismo de direita, performado por esses grupos, a rigidez do debate público explicitaria sua inautenticidade, que se afasta o “povo”. Assim, por “politicamente correto”, faz-se referência a uma crítica romântica e anti-intelectual das amarras do racionalismo rígido das “elites”. (Casimiro, 2021)

Em sua pesquisa, Camila Rocha (2019) considera que a circulação desse tipo específico de liberalismo extremado teve início na internet somente na década de 2000. A sua projeção

¹³ Não cabe, para a finalidade deste texto, adentrar ao problema da “novidade” (ou não) apresentada. Somente sinalizar que esse debate já ocorre desde que os primeiros trabalhos passaram a circular.

¹⁴ Para a questão que este trabalho busca se debruçar sobre, vale destacar que esse formato figura entre os mais consumidos pela juventude escolar. Não à toa, tem sido pensado como recurso pedagógico a ser utilizado pelos professores.

contou com o suporte de uma rede *think tanks* novos e renovados, como o Instituto Mises Brasil, Instituto Millenium, Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto de Formação de Líderes, Estudantes Pela Liberdade, entre outros.

Segundo a interpretação do historiador Flávio Casimiro (2016) sobre a nova direita no Brasil, os *think tanks* cumprem uma função importante na

[...] produção de consenso e naturalização dos pressupostos do Capital, formando/educando novos quadros de intelectuais orgânicos, costurando ou mediando conflitos inter-burgueses, assim como ampliando e capilarizando a difusão de seus valores para outros espaços estratégicos para além de seu próprio alcance institucional (Casimiro, 2016, p. 237).

Sendo assim, poderiam ser caracterizados como partido, a partir do sentido gramsciano, configurados numa frente ampla articulada em torno de um mesmo projeto político, de forma a ampliar a dominação ideológica burguesa (Casimiro, 2016).

Acerca dessas instituições é interessante destacar o funcionamento em uma rede de financiamento privado, contando com apoio financeiro de corporações, fundações e civis que são simpáticos à sua atividade. No Brasil, a grande maioria desses *think tanks* é constituída de parceiros vinculados à Atlas Network, uma organização sem fins lucrativos fundada por Antony Fisher, figura notória pela difusão da teoria neoliberal e defesa do livre mercado desde a década de setenta do século XX. Além da Atlas, Fisher também foi responsável pela fundação do *Institute of Economic Affairs*¹⁵ na Inglaterra, com grande relevância no país, conforme afirma Rocha (2015, p. 267)

Não apenas no plano das ideias, na medida em que difundiu o pensamento neoliberal mediante publicações e atividades diversas, mas também no da política profissional propriamente dita quando, em anos posteriores, forneceu quadros e assessores técnicos para o governo de Margaret Thatcher [...].

Portanto, essas instituições cumprem papel importante no impulsionamento do ultraliberalismo, exercendo a função de um ativismo pró-mercado. Os *think tanks* “ativistas”

¹⁵ Cf. “About Us – Institute of Economic Affairs” Disponível em: <https://iea.org.uk/about-us> Acesso em 12 fev. 2026.

têm uma atuação diferente dos institutos de pesquisa universitários, pois não produzem pesquisas científicas que buscam apresentar análises e recomendações para os problemas da sociedade – Fundação Getúlio Vargas, por exemplo –, mas sim “elaborar, com base em refinadas estratégias de comunicação, análises de conjuntura resumidas e materiais de *marketing* para grupos políticos específicos, grandes veículos de mídia e à opinião pública” (Rich, 2004 apud Rocha, 2018, p. 54). Além disso, promovem eventos com grande estrutura como o “Fórum da Liberdade”, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais.

Nessa perspectiva, a partir das Jornadas de junho de 2013, indivíduos participantes desse contrapúblico ultraliberal empenharam-se para a formação do Movimento Brasil Livre (MBL), que ganhou expressão no ano de 2014 e se tornou agente decisivo no processo de construção política do impedimento da então presidente Dilma Rousseff.

Essa escalada, na qual o MBL tem participação ativa, está inevitavelmente vinculada à marca do “antipetismo” e suas possíveis causas: tanto devido ao desgaste do “reformismo fraco” (Chaloub e Perlatto, 2016 apud Singer, 2013) praticado pelo PT, quanto aos escândalos de corrupção nos quais o partido se envolveu durante o período que esteve no poder.

Desde o início, o MBL apresentou-se como um movimento apartidário e desvinculado dos *think tanks*, os quais já estavam vinculados à Atlas, que é uma entidade proibida de financiar movimentos políticos pela legislação da receita dos EUA. Na ocasião da eclosão de protestos em todo o território brasileiro, membros do Estudantes Pela Liberdade (EPL) criaram a marca MBL para se “vender” como organização política durante os atos que participavam. Deu-se assim o seu surgimento, descrito por Juliano Torres, fundador do EPL, em entrevista reproduzida numa emblemática reportagem intitulada “A nova roupa da direita” (Amaral, 2015).

Durante essa atuação, o MBL incorporou um discurso contra a corrupção protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores e escancarada pela Operação Lava-Jato, que foi fundamental para conseguir reforçar algumas afirmações consoantes aos valores ultraliberais e conservadores coadunados com a nova direita, com o diagnóstico de que a crise econômica do Brasil é um resultado da corrupção.

Na esteira dessa crítica está a consciência de que a corrupção, a ineficiência e a má gestão são características típicas daquilo que é público e do próprio Estado, sendo o exemplo da Petrobrás típico nessa linha de raciocínio. A partir dessa equivalência entre Estado e

corrupção, reforça-se a ideia de que o livre mercado e a iniciativa privada são as soluções para tais mazelas.

Além disso, o próprio neoliberalismo, através de seus mecanismos disciplinares (pejotização, instabilidade laboral, endividamento), mostrou ter “aprendido” a gerir utilizando a crise como instrumento. O resultado sombrio desse tipo de gestão através da crise nos leva a uma naturalização de cálculos de custo-benefício entre a vida e a economia. Esse cálculo de custo-benefício se explicitou na resposta de Bolsonaro à crise vivida durante a pandemia de Covid-19 – bem acolhida pela população, por corresponder objetivamente a realidade de uma enorme parcela da sociedade – acerca das políticas de “aposta” na imunidade de rebanho. (Nunes, 2022)

Rodrigo Nunes (2022) aponta, nessa mesma conjuntura, o surgimento de uma “revolta conformista”, que guarda relação com o fato de que cálculos de custo-benefício entre a vida e a economia são, na verdade, a única possibilidade restante e que, por assumir isso, a extrema direita é a que apresenta narrativas mais coerentes do ponto de vista pragmático. A extrema direita ofereceria, nessa perspectiva, uma política “antissistema” para pessoas que acreditam que o sistema já não pode ser mudado¹⁶.

A eleição de Bolsonaro foi, portanto, a obra conjunta de um sistema político que recusou a se auto-reformar, de uma energia social que não encontrou caminhos para influir na institucionalidade senão por meio de uma força judicial e de mobilizações de base no campo da direita incapazes de formular um projeto de institucionalização política claro e viável independentemente da extrema direita. (Nobre, 2022, p. 15)

Em sua análise, Marcelo Badaró Mattos (2022) defendeu a ideia de que essa combinação de crises – econômica, política e social – demonstra que o país passava a vivenciar um contexto de “crise orgânica” e que “o governo Bolsonaro representa um momento em que a autocracia

¹⁶ Aqui, cabe notar um ponto de encontro no que diz respeito à juventude escolar que embarcou no discurso populista reacionário. A “escola” – e a mobilidade social que ela pode promover – ocupa espaço de destaque no rol de promessas irreais de mudança que a “hipocrisia da esquerda” insiste em oferecer; a aversão à possibilidade de um vínculo empregatício de regime celetista também é exemplar nesse sentido. (Ver “Crianças demonizam CLT: carteira assinada vira ofensa entre os jovens”. UOL, 13 de março de 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/13/era-sonho-virou-ofensa-por-que-os-jovens-tem-medo-de-ser-clt.htm>)

burguesa recorre ao neofascismo para garantir a contrarrevolução preventiva” (Ibidem, 2022, p. 37)

Nesse quadro, a ascensão da extrema direita no Brasil, personificada pelo bolsonarismo, é um fenômeno complexo e multifacetado, resultante de uma confluência de crises, ressentimentos e estratégias políticas bem articuladas. A análise da literatura recente revela que esse movimento não surgiu do nada, mas foi construído a partir de um caldo cultural e político específico, alimentado por sentimentos antissistema, desilusão com o modelo democrático vigente e a habilidade de determinados atores em capitalizar sobre o descontentamento social. A combinação de um ecossistema de comunicação favorável, a atuação de think tanks ultraliberais e a exploração de afetos como o medo e o ressentimento permitiu que a extrema direita se consolidasse como uma força política relevante, capaz de moldar o debate público e influenciar o cenário político brasileiro.

1.2 Ideias, retórica e matrizes discursivas.

A Ideologia defendida pelos políticos e intelectuais pertencentes à extrema direita hoje, conjuga os mesmos três elementos que já estavam presentes desde a terceira onda da extrema direita: i. nativismo, ii. autoritarismo, iii. Populismo e iv. Educação como trincheira da “guerra cultural”.

i. O nativismo pode ser entendido, segundo Cas Mudde (2022), como uma combinação entre nacionalismo e xenofobia. Ou seja, a partir de um reordenamento do discurso racista a partir do “etnopluralismo”¹⁷, rejeita-se a presença de imigrantes num discurso islamofóbico, antissemita ou até filossemita - como parece ser o caso do Brasil¹⁸.

O tema da imigração é aquele que dá forma ao nativismo na retórica da direita populista radical. Assim, o problema da imigração - processo supostamente “incentivado” pelos progressistas - se dá pelo fato de os imigrantes representarem uma ameaça ao Estado. Nesse

¹⁷ “Censurado pelos críticos como um mero *novo racismo*, o etnopluralismo defende que os povos estão divididos em grupos étnicos e que, apesar de serem todos iguais, esses grupos devem permanecer separados” (Mudde, 2022, p. 48)

¹⁸ O papel da religião varia muito de acordo com o contexto, no Brasil o cristianismo tem papel importante no discurso bolsonarista - explicitado pelo slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” - e apresenta curiosa relação com um discurso filossemita, que interpreta Israel como o exemplo ideal de etnocracia e que judeus são aliados na luta contra ameaças “não-Occidentais”.

caso, faz-se oposição à sociedade multicultural produzida pela globalização. No cenário europeu, o “outro” – imigrante – que é mais atacado pela direita no século XXI é o muçulmano. No Brasil, apesar do tema ser menos expressivo em comparação, os venezuelanos são frequentemente taxados de invasores, que Bolsonaro já chegou a se referir como “escória do mundo”. (Mudde, 2022)

Paralelamente, a área das relações internacionais é sempre entendida com desconfiança com relação a órgãos internacionais – o que, por vezes, se mistura com teorias conspiratórias que fazem menção ao “globalismo” ou “Nova Ordem Mundial”. Nota-se, assim, uma postura persecutória diante da cooperação com outros países e organizações supranacionais, que são vistas como uma ameaça à soberania dos países. O exemplo mais acabado desse olhar no interior da coalizão bolsonarista foi, sem dúvida, Ernesto Araújo, que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

ii. Por autoritarismo – em chave interpretativa vinculada à psicologia social – compreende-se a crença de que “desvios de conduta moral” devem ser corrigidos à força e prevenidos de forma ativa por uma educação moral e tradicional das escolas. Em sentido próximo, o filósofo Rodrigo Nunes (2022) aponta que a extrema direita brasileira mobiliza uma matriz discursiva chamada de “militarismo policial” (Feltran, 2020 apud Nunes, 2022), que se define pelo apoio às políticas de lei e ordem e ao uso extrajudicial da força, além de outras duas gramáticas morais vinculadas: o punitivismo e a valorização da ordem acima da lei.

Nessa perspectiva, elencam-se quatro temas que são capazes de ilustrar essas duas gramáticas:

O bordão direitos humanos para humanos direitos; a flexibilização da legislação referente a aquisição, posse e porte de armas de fogo; o desmantelamento de proteções ambientais, entendidas como obstáculo ao empreendedorismo; e a cruzada contra radares de velocidade e multas de trânsito, vistos como obstáculo à liberdade dos proprietários de carro. (Nunes, 2022, p. 38)

No interior deste tipo de autoritarismo, o tema da segurança é um elemento do discurso típico, que “nesse caso, se refere tanto aos indivíduos quanto às coletividades, notadamente a nação, e exhibe componentes econômicos e culturais, além de físicos” (Mudde, 2022, p. 53). Por

ser um problema alarmante, todo e qualquer conflito ou conduta “desviante” deve ser punida com “punho de ferro”¹⁹. Assim:

A extrema direita culpabiliza tanto as elites – Populismo – quanto as minorias – nativismo – pelo problema da segurança. Supostamente, a juventude é doutrinalizada por acadêmicos e professores de esquerda, os quais corrompem as mentes inocentes com seu marxismo cultural [...] (Mudde, 2022, p. 58)

Está intimamente relacionado a esse elemento discursivo a ideia de que o modelo de escola cívico-militar seria a solução mais razoável para o “problema da indisciplina” entre os estudantes. A defesa desse modelo, como exposto mais a frente, foi a pauta que mais ganhou força na agenda do MEC durante os quatro anos do governo bolsonarista e ainda possui efeitos visíveis nas escolas brasileiras. Não só por governos estaduais que seguiram com o projeto, como é o caso de São Paulo²⁰, mas também pela ampliação do número de escolas privadas que inspiradas nesse tipo de educação²¹.

iii. O Populismo, por sua vez, nessa abordagem, é descrito²² como um “estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade”. De ponto de vista próximo, segundo Lynch e Cassimiro (2022, p. 11) “essa forma de representação que recusa as instituições e os atores que se interpõem entre o povo e o representante” se coloca como um tipo de Ideologia superficial que prega a divisão entre o povo (puro) e a elite corrupta.

No bolsonarismo, como a face brasileira do Populismo reacionário (Fraser, 2018; Lynch & Cassimiro, 2022), ou da direita populista radical (Mudde, 2022), mobilizam-se dois

¹⁹ O raciocínio fica explícito na declaração feita por Jair Bolsonaro: “se [o policial] matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado e não processado.” (Mudde, 2022, p. 58)

²⁰ Apesar da intenção do governo na implantação, o tema é objeto de disputa entre o governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (que foi ministro da Infraestrutura durante o governo de Jair Bolsonaro) e o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Ver em “Após veto a PMs, gestão Tarcísio não garante escolas cívico-militares para este ano” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/08/apos-veto-a-pms-gestao-tarcisio-nao-garante-escolas-civico-militares-para-este-ano.shtml>

²¹ “O avanço das escolas cívico-militares na rede particular de ensino”, BBC, 14 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51822924>

²² As disputas no campo acadêmico em torno da definição conceitual “Populismo” e seu rigor analítico escapam ao fôlego dessa pesquisa. Entretanto, é necessário mencionar que as diferentes abordagens vão do Populismo como uma forma ideológica, performance, estilo ou dinâmica ontológica ao fenômeno político (Cassimiro, 2021). Na bibliografia em que o presente trabalho mais se apoia, as duas últimas são as mais frequentes e a última – que tem como autores mais influentes Ernesto Laclau e Chantal Mouffe – mostrou-se a mais eficiente para esta análise.

significantes vazios que ilustram a típica posição “povo” x “elite”. São eles: “cidadão de bem” – povo – e “mamata” – que caracteriza as ações da “elite” inimiga do povo. (Nunes, 2022)

O conceito de *significante vazio* é central para a interpretação de Ernesto Laclau acerca do Populismo. O autor compreende o Populismo como operação essencial através da qual a Hegemonia se constrói na modernidade, onde necessariamente se formará um antagonismo que aglutina subjetividades diversas. Por isso mesmo, essa dinâmica explicita um elemento ontológico do fenômeno político, ou seja, um traço fundamental da ação política. (Cassimiro, 2021).

Isso porque para o teórico argentino: “toda identidade [política] é construída no bojo da tensão entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência”. (Laclau, 2013, p. 119)

Vinculada ao Populismo, a temática da corrupção possui lugar de destaque na retórica da ultradireita. Nessa leitura, a elite corrupta se opõe ao povo usurpado, onde “elite” pode ser a elite econômica, os políticos tradicionais ou genericamente a “esquerda”. No Brasil, o *antipetismo*²³ normalmente se apresenta dessa maneira.

A ideia de corrupção também costuma referir-se ao aspecto cultural, segundo a qual, o objeto corrompido não são os patrimônios ou o Estado, mas os corações e mentes das mulheres e jovens, especialmente esses últimos. A classe artística, professores e jornalistas estariam conscientemente “doutrinando” jovens e mulheres para se tornarem “esquerdistas”²⁴. Sob a ótica reacionária, a corrupção patrimonial seria o fim inevitável de ideologias diabólicas corruptas em sua essência.

De maneira similar, umas das interpretações neoliberais – que tem na Escola Austríaca uma de suas origens intelectuais –, se utiliza da categoria “coletivismo” para argumentar que a corrupção é o caminho natural de qualquer tentativa de “engenharia social” que esconde interesses espúrios sob bandeiras em favor da igualdade²⁵.

²³ No cotidiano das aulas de sociologia, com frequência esse mesmo antipetismo aparece no discurso dos estudantes e a imagem de Lula dificilmente surge positivamente. Apesar da carência de dados para avaliar em que grau isso ocorre, a experiência como professor mostra que o PT e Lula são rapidamente identificados como a causa das crises e mazelas que afetam a vida da juventude escolar, mesmo antes do início do terceiro mandato presidencial.

²⁴ Tal argumento é o fio condutor das proposições de Olavo de Carvalho em “Imbecil Coletivo” (1996). (Bianchi & Mussi, 2022)

²⁵ Ideia que está presente no pensamento de Friedrich Hayek (1944), na obra “Caminho da Servidão”, por exemplo.

Rodrigo Nunes (2022) também observa isso ao descrever a gramática moral do individualismo, presente tanto entre neoliberais quanto conservadores. Nesse sentido, essa “moral do individualismo” está vinculada a “teologia da prosperidade”, isto é, se revela a partir da compreensão da família como esfera privada expandida (Cooper, 2017) e à ojeriza às noções coletivistas que elegem o “social” como preocupação da política. Assim, a subjetividade neoliberal passa a ser hegemônica em diferentes formas da extrema direita interpretar a realidade.

Dessa lógica de raciocínio, advém a recusa a qualquer tipo de política que busque promover “justiça social”, a partir da qual uma fração pauperizada da classe média enxerga o público de ações afirmativas como “beneficiários não-merecedores”. Na esteira desse pensamento, não recorrer às políticas de ações afirmativas é visto como virtude moral.

Além disso, a matriz discursiva de “combate a corrupção”, parece ser o elemento com maior potencial aglutinador. Opera em uma chave que separa a boa política da má política tendo como elemento decisivo a “honestidade”, que resulta em uma leitura moralista acerca da corrupção entendida, segundo Nunes (2022), como um “metaproblema”. No caso brasileiro, os escândalos revelados pela Operação Lava-jato seriam o ponto de inflexão que permitiria à narrativa do combate à corrupção voltar-se contra a “esquerda” e o “comunismo”, visto como elemento essencial desse setor ideológico.

Para sintetizar os elementos descritos, recorremos a Nunes (2022, p. 31)

Como assinalou Isabela Kalil, o maior feito do bolsonarismo foi ter conseguido que todos esses diferentes elementos – militarismo, anti-intelectualismo, empreendedorismo, anticomunismo, libertarianismo econômico, discurso anticorrupção, conservadorismo social – convergissem em torno de uma única figura: o “cidadão de bem”.

Dessa forma, pôde-se observar que a retórica da extrema direita contemporânea, especialmente no contexto brasileiro, articula-se por meio de uma combinação estratégica entre nativismo, autoritarismo e Populismo, cujas matrizes discursivas se reforçam mutuamente ao oferecer explicações simples e moralizadas para problemas complexos. Essa construção ideológica opera com base em categorias binárias e mobilizações afetivas que produzem uma narrativa maniqueísta, na qual o “povo de bem” é constantemente ameaçado por inimigos

internos e externos. Essa lógica discursiva pavimenta o terreno para a intensificação de um cenário de polarização e antagonismo, no qual o embate simbólico entre valores, identidades e visões de mundo ganha centralidade – fenômeno que se expressa com ainda mais força naquilo que tem sido chamado de “guerra cultural” e que será explorado a seguir.

iv. Por fim, e com maior vínculo às reflexões que o presente trabalho busca contribuir, a educação – como trincheira da “guerra cultural” – sempre teve posição privilegiada na retórica que compõe o bolsonarismo. Isso porque “a educação assume centralidade na disputa por projetos de sociedade” (Leher, 2023), principalmente se nos atentarmos ao fato de que na mitologia política difundida pelo guru da ultradireita brasileira, Olavo de Carvalho, foi exatamente por meio da educação pública que a esquerda, através das lições de Antonio Gramsci, conseguiu conquistar a Hegemonia cultural que levou a degeneração moral que marca a crise civilizatória vivenciada no país.

Na interpretação olavista, o erro do regime militar teria sido dedicar-se ao combate a luta armada enquanto deixava o caminho livre para que a esquerda pudesse conquistar corações e mentes por meio das instituições culturais e educacionais. Partindo desse diagnóstico, para reconstituir a moralidade degenerada seria necessário encampar uma “guerra cultural” que pudesse denunciar continuamente os valores morais e ideológicos que impregnam a educação em todos os níveis. (Melo, 2025)

Embora o tópico das “guerras culturais” tenha se evidenciado no contexto recente da ultradireita, Melo (2025) chama a atenção para o fato de que os fundamentos que a orientam nesse sentido tem suas raízes na própria tradição conservadora. Conforme o autor:

Enquanto a tradição liberal fundamentou seu discurso no campo da economia, o conservadorismo sempre reservou espaço privilegiado para o campo cultural. Nesse sentido, as guerras culturais não são uma novidade naquilo que vem sendo descrito como ‘nova direita’ no século XXI, mas há certamente uma atualização. (Melo, 2025, p. 145)

Nessa esteira, a noção contemporânea de guerras culturais provém do livro *Culture wars: The struggle to define America (1991)*, do sociólogo estadunidense James Davison Hunter. (Rocha, 2023) E foi trazida ao Brasil – pela primeira vez referindo-se a esse contexto

– em um artigo de Pablo Ortelado (2014) publicado no jornal *Le Monde Diplomatique*²⁶. As “guerras culturais” seriam uma espécie de reconfiguração no terreno de disputas políticas em que a moralidade ganha destaque: “Antes [...] o discurso moral era instrumentalizado pelo político, e agora parece que ocorre o contrário” (Ortelado, 2014 apud Nunes, 2022).

Sobre a chamada guerra cultural, Rocha (2022, p. 18) acrescenta o seguinte aspecto:

A guerra cultural é uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação. Sua força consiste em associar a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um curto-circuito no sistema político representativo por meio do engajamento típico do universo digital.

Inserido nessa interpretação bélica acerca da realidade brasileira, o “marxismo cultural” tornou-se termo corrente no arsenal palavroso da ultradireita. A expressão tem significado elástico o suficiente para ser acolhida por discursos terraplanistas e críticos do “politicamente correto” e desde seu destaque tem sido alvo de investigação científica. (Costa, 2020; Bianchi e Mussi, 2022)

É exatamente por esse destaque que Iná Camargo Costa (2020) buscou rastrear as origens e os usos históricos do termo, bem como interpretar os mecanismos de funcionamento da expressão na linguagem da extrema direita e os motivos de seu ressurgimento.

Segundo a autora, o espectro do “marxismo cultural” teve alguns momentos de manifestação ao longo do século XX, seus germes estariam no livro de Adolf Hitler, “*Mein Kampf*” (A minha luta). À época, inspirado pelo documento fraudulento de título “Os Protocolos do sábio de Sião” que dava lastro à mitologia política do complô judeu, o “bolchevismo cultural” é denunciado como uma “arma da conspiração judaica internacional” (Costa, 2020, p. 17). Assim,

Uma vez no poder, o nazismo efetivamente desencadeou a mais vasta guerra cultural de que se tem notícia contra todas as manifestações culturais que rotulou de bolchevismo cultural ou arte degenerada. Esta guerra cultural

²⁶ Cf. ORTELLADO, Pablo. Guerras culturais no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1 dez. 2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

atingiu os intelectuais, os artistas e as obras que fizeram a paisagem da República de Weimar (Costa, 2020, p. 24)

Paralelamente, os EUA, desde 1917 deflagrou uma campanha de guerra cultural conhecida como *Red Scare* (“Pânico Vermelho”), que durou até 1921, declaradamente contra organizações de trabalhadores. Nesse contexto, o Procurador-Geral da República estadunidense Alexander Mitchell Palmer – por esse motivo, Costa (2020) recorre ao termo “palmerismo” – institucionalizou a perseguição, quando a expressão “marxismo cultural” passou a ser utilizada.

O segundo momento do *Red Scare* foi o conhecido macartismo, que remonta os EUA num período que compreende as décadas de 1930 à 1960, mas destacadamente durante os anos 1950 – quando ganhou este nome motivado pelo destaque do senador Joseph McCarty – na ocasião da guerra fria. Foi a partir daí que, de acordo com Iná Camargo Costa (2020), “a ‘guerra anticomunista’ estadunidense se trava preferencialmente na indústria cultural.

Acerca desse período, destaca-se a criação de uma comissão parlamentar com o objetivo de investigar a ‘infiltração comunista’ na administração pública, no sistema educacional e na indústria cultural, a House Un-American Activities Committee (HUAC). Essa ofensiva passa a recuar a partir da conquista dos direitos civis dos negros nos EUA e do fortalecimento da *new left* – expressão que sintetiza a emergência de novos movimentos sociais nos anos 1960.

A quarta e atual aparição do “marxismo cultural” data de 1990, fomentada por cristãos fundamentalistas, ultraconservadores, supremacistas brancos etc. Nessa recente investida, os pensadores da Escola de Frankfurt exilados nos EUA tornam-se o bode expiatório, que teria contaminado a cultura estadunidense desde a década de 1960 numa combinação entre marxismo e psicanálise. A denúncia tem origem, principalmente, no movimento *Iluminismo Sombrio*, braço intelectual da alt-right americana.

Os adeptos do “marxismo cultural” são acusados de ensinar sexo e homossexualidade às crianças, promover a destruição da família, controlar os meios de comunicação e promover o engodo das massas, esvaziar as igrejas e promover o consumo de bebidas. Enfim: o “marxismo cultural” seria a própria subversão da cultura ocidental. (Costa, 2020, p. 40)

Por outro ângulo, Alvaro Bianchi e Daniela Mussi (2022) procuraram “reconstituir rotas de difusão” do que identificaram como “pensamento antigramscista” na América Latina. Em

sua pesquisa, os autores demarcam como fonte inicial o as produções, que datam do fim da década de 1960, de autoria de Augusto Del Noce, intelectual italiano de origem católica, que teve suas ideias traduzidas no Chile e na Argentina pela primeira vez em revistas católicas já durante os anos de 1980, onde o pensamento de Antonio Gramsci aparece como impulsionador de uma “guerra contracultural” que ameaça a tradição.

Os personagens apontados como responsáveis por essa circulação no contexto latino americano são Juan Pablo Ballesteros no Chile e Antonio Caponnetto na Argentina, este último defendendo que o maior perigo oferecido pela esquerda estava no “terreno ideológico” (*Ibid.*, p. 7)

Um terceiro intelectual que empreendeu esforços para produzir uma “tradução moralmente negativa do pensamento gramsciano” (*Ibid.*, p. 8) foi o padre argentino Alfredo Saenz, autor do primeiro livro antigramscista da America Latina, com o título *Antonio Gramsci y la revolución cultural*.

Outro pólo difusor encontrado por Bianchi e Mussi trata-se da revista *Communio* – que teve entre seus fundadores Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI –, exercendo importante papel na denúncia da “ameaça secular” representada por Gramsci.

No caminho anglófono, por sua vez, Roger Scruton e outros intelectuais aparecem como expoentes do pensamento antigramscista. A diferença em relação aos outros registros mencionados é que neste o filósofo húngaro György Lukács e os intelectuais da Escola de Frankfurt também incluem a lista de ameaças.

Apontando para o conceito de “revolução passiva”, Roger Scruton tece uma crítica ao pensamento marxista de Antonio Gramsci e denuncia que sua teoria seria a responsável pelo nascimento de “um processo de mudanças graduais para desbloqueio imperceptível do surgimento de uma nova ordem social”, uma “infiltração sistemática” do pensamento de esquerda no Estado. (*Ibid.*, p. 12)

O contexto estadunidense aparece na pesquisa de Bianchi e Mussi (2022) a partir das ideias impulsionadas, durante os anos de 1980, pelo *thinktank* conservador *Committee of Santa Fe*. Já na década seguinte, o radialista Rush H. Limbaugh teria sido o responsável por disseminar a denúncia contra a cultura progressista, do qual Gramsci surge como o grande estrategista.

No mesmo contexto, cabe também mencionar William Lind, intelectual que atribui a Gramsci a elaboração de uma estratégia perversa de promover o “marxismo cultural” e o “politicamente correto” em diferentes instituições.

Como já mencionado anteriormente, o tópico do “marxismo cultural” esteve presente no plano de governo de Jair Bolsonaro, que recebeu o título “O caminho da prosperidade”. Entretanto, a importação do termo precede a candidatura.

Por seu turno, Olavo de Carvalho é a grande figura impulsionadora do que Bianchi e Mussi (2022) chamam de “ideologia antigramscista”. Sem explicitar suas fontes, o argumento de Olavo segue a mesma construção e parece ter sido influenciado tanto pelo caminho latino americano, através da tradição católica conservadora, quanto pela América anglo-saxônica, mais próxima do pensamento neoconservador.

Evidentemente a narrativa é recontextualizada para se mostrar coerente à história nacional, sendo assim

A introdução do tema do “marxismo cultural” por Carvalho data de 2002 e coincide com a campanha presidencial daquele ano, na qual Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito presidente da república. (Bianchi & Mussi, 2022, p. 19)

Demian Melo (2025), refletindo sobre o negacionismo histórico acerca da ditadura militar brasileira (1964-1985) que tem centralidade no discurso bolsonarista, localiza uma terceira fonte importante para a construção do mito do complô “marxista cultural”. Seria esta a proposição acerca de uma estratégia “metapolítica”, vinculada ao pensamento do ideólogo neofascista Alain de Benoist.

Nessa perspectiva, Melo (2025) nos mostra que quem traduziu as ideias de Alain de Benoist no Brasil foi Olavo de Carvalho, que por sua vez foi o formulador da conspiração “segundo a qual o regime militar errou ao não ter promovido uma guerra cultural, o que teria permitido que a esquerda pudesse se reorganizar nos espaços da alta cultura, como universidades e a mídia.” (*Ibid.*, 2025, p. 150)

Mesmo de acordo com o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

A teoria do “marxismo cultural” foi importada dos EUA e disseminada, no Brasil, por Olavo de Carvalho, principalmente a partir de *A nova era e a revolução cultural* (1994), e pelo general Sérgio Augusto Avellar Coutinho (*A revolução gramscista no Ocidente*, 2002; e *Cenas da Nova Ordem Mundial*, 2010), entre inúmeros outros propagadores. (Brasil, 2023, p. 90, grifos no original)

Justamente por perceber a cultura como terreno negligenciado pelo regime militar, a ultradireita contemporânea coloca a “guerra cultural” como prioridade para o enfrentamento a ser feito. Por isso mesmo, a comunicação adquire papel central. O mesmo relatório supracitado afirma que “O objetivo dessa retórica bélica não é produzir a persuasão, mas irritar e humilhar publicamente o adversário” (Brasil, 2023, p. 114)

1.3 A “guerra cultural” feita por “trolls”

Olhando para essas práticas discursivas da ultradireita, Rodrigo Nunes (2022) aponta para a relevância do que ele descreve como sendo a figura do “troll”. Ou seja, inspirada na *alt-right* norte americana, a ideia de “troll” significa a utilização das redes – e da economia da atenção – para emplacar certa postura polemista provocadora e fazer com que o debate público se reposicione.

O “troll” é, portanto, uma figura que ultrapassa as fronteiras da internet, buscando gerar reações e expor o outro ao ridículo. “Ele não brinca com o outro, ele brinca à custa do outro” (Nunes, 2022, p. 63) A partir dessa postura, a comunicação passa a operar em sentido duplo, “mantendo sempre a dúvida sobre o quanto daquilo é brincadeira e quanto é pra valer.” (*Ibid.*, p. 64) Essa via dupla permite que a denúncia de “excessos” discursivos se torne uma “perseguição do politicamente correto”.

Em síntese, a estratégia “troll” busca testar os limites do debate público, utilizando-se do humor como rota de fuga e, no limite, introduzindo ideias de extrema direita no *mainstream*.

Na economia da atenção, a estratégia “troll” é a que consegue maior alcance e a reação pode ser utilizada como prova do “patrulhamento ideológico”, exposto e ridicularizado. Nesse cenário, apresenta-se contra o *establishment* do “globalismo” de esquerda, utilizando o pânico moral e o rechaço ao “politicamente correto” como instrumento para se posicionar dessa forma.

O caso de Abraham Weintraub, à frente do Ministério da Educação no governo Bolsonaro também é emblemático nesse sentido, e não deve ser tratado como exceção. Essa tática, que pretende excitar ânimos e reações, pode ser entendida como um cavalo de Tróia na chamada guerra cultural. Em vista disso, Nunes (2022) interpreta o bolsonarismo como fenômeno “empreendedorístico” em si, que se utiliza desse *modus operandi* como opção para se projetar no cenário político.

O impacto dessa dinâmica sobre a educação escolar e a atividade dos professores é evidente. Cristiano Bordart (2023) aponta para a vigilância que passou a ser organizada no período recente, não só por iniciativas como o Escola Sem Partido, mas também pelo incentivo feito por ministros da educação para que estudantes filmassem suas aulas como forma de denúncia a doutrinação praticada por professores adeptos do “marxismo cultural”. (Leher, 2023)

Diante desse cenário de guerra cultural e estratégias comunicacionais polarizadoras que buscam desestabilizar o debate público e infiltrar Ideologias de extrema direita, o campo da educação emerge como um dos alvos mais sensíveis e estratégicos. A tática do “troll” e a vigilância ideológica em sala de aula, exemplificadas pela atuação de figuras como Abraham Weintraub e por iniciativas como o Escola Sem Partido, demonstram como o ambiente educacional se tornou um campo de batalha crucial. Compreender as particularidades desse embate no contexto educacional exige um olhar atento às figuras que comandaram a pasta. Por isso, o Capítulo 2 se dedicará a uma radiografia dos Ministros da Educação do governo de Jair Bolsonaro, analisando como suas nomeações e atuações refletiram e impulsionaram essa agenda.

2 RADIOGRAFIA DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO.

Após a vitória no pleito eleitoral em 2018, Bolsonaro deveria organizar seus ministérios de modo a satisfazer os diferentes grupos ideológicos que compuseram a coalizão bolsonarista. Sendo assim, recusou conceder o MEC à quadros orgânicos do capital indicados pelas fundações para a educação que estiveram envolvidas na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018. (Leher, 2023)

Como efeito dessa decisão, o MEC durante o governo de Jair Bolsonaro esteve entre os que sofreram mais mudanças de ministros e o envolvimento de pessoas ligadas à pasta em polêmicas se tornou parte da rotina do ministério, o que garantiu enorme destaque no debate público.

Se por um lado, esse pode ser compreendido como um efeito esperado, já que a guerra cultural depende dessa dinâmica de funcionamento para que seja considerada uma guerra vitoriosa. Por outro lado, a natureza interrompida do trabalho feito pelo ministério fez com que as fundações para a educação adotassem estrategicamente uma aproximação com as secretarias estaduais.

A partir daí, o MEC se tornou o palco de inúmeras desventuras promovidas por políticos alheios as disputas convencionais em torno da educação brasileira. As páginas que seguem buscam esquadrinhas esse cenário e ponderar acerca de situações que ilustram a forma tomada pelos elementos ideológicos que nos ocupamos durante o primeiro capítulo.

2.1 Ricardo Vélez Rodríguez. (1º de janeiro de 2019 - 8 de abril de 2019)

O primeiro ocupante do cargo foi o colombiano, naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez Rodríguez, docente do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professor Emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército Brasileiro (ECEME), indicado por Olavo de Carvalho para assumir o posto. Já na cerimônia de transmissão do cargo de ministro da educação, Vélez Rodríguez faz o seguinte pronunciamento em seu discurso de posse:

Combateremos com denodo o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma Ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo. (Rodríguez, 2019)

Nota-se, portanto, do ponto de vista ideológico, que o ex-ministro assinala durante o seu discurso de posse a sua inspiração liberal-conservadora, que tem como alicerce filosófico o pensamento conservador e reacionário de Antônio Paim e Olavo de Carvalho. (Ministério da Educação, 2019)

Neste primeiro momento da gestão do MEC, Vélez Rodríguez enfatizou que a prioridade da agenda era a alfabetização, afirmando que o ministério estaria a partir daquele momento comprometido com métodos baseados em “evidências científicas”. Apesar das afirmações, o então ministro se envolveu em polêmica, ao tentar adiar a realização da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019 para 2021. Tal polêmica levou o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Marcus Vinicius Rodrigues, a ser exonerado do cargo – embora a decisão de adiar a realização do Saeb tenha vindo de Carlos Nadalim, com apoio da Secretária da Educação Básica, Tânia Leme de Almeida²⁷.

Logo nos primeiros dias do governo Bolsonaro, o MEC sofreu mudanças estruturais nas pastas destinadas à alfabetização. Ou seja, foram extintas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). No lugar, surgiram a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SEALFI) sob o comando de Carlos Nadalim, pertencente à chamada ala olavista do governo, com notoriedade nas redes sociais (canal no YouTube “Como Educar seus filhos”). Vale lembrar, que Nadalim é um declarado crítico aos métodos construtivistas e às ideias de Paulo Freire.

Outra polêmica importante de ser destacada foi que, após assumir o cargo de ministro, Vélez Rodríguez buscou alterar o edital do PNLD, destinado ao segundo ciclo do ensino fundamental, propondo a exclusão de conteúdos relacionados aos quilombolas e à violência contra a mulher. A resposta do ex-ministro foi a exoneração de Rogério Fernando Lot, então

²⁷ “Crise no MEC: Educação Básica passou de prioridade à paralisia de ações” UNDIME, 1 de abr. 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/01-04-2019-18-31- crise-no-mec-educacao-basica-passou-de-prioridade-a-paralisia-de-aco es> Acesso em: 09 ago. 2025.

chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (O Globo, 2019)

Outras duas investidas na agenda comprometida com a “guerra cultural” no MEC foram, o incentivo para que os estudantes filmassem as aulas de professores esquerdistas e o envio de uma carta às escolas pedindo para que os estudantes cantassem o hino nacional e verbalizar o lema neofascista “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, conforme noticiado pelo ANDES (2019).

Diante das polêmicas dos primeiros meses de mandato, Vélez Rodríguez foi convidado para sabatinas no Senado e na Assembleia dos deputados²⁸. Nestas ocasiões, a oposição ao governo questionava a alta rotatividade nos quadros técnicos e a falta de comunicação do MEC com outros órgãos.

Por parte da base bolsonarista, o discurso de acusação contra a “Hegemonia de esquerda” na educação e sua suposta atividade doutrinadora continuou sendo a tônica. Sobre esse posicionamento, vale sublinhar trecho da fala do deputado governista Carlos Jordy durante a sessão legislativa ordinária da Comissão de Educação da Câmara:

Outra Deputada disse que um erro na educação pode comprometer gerações. Eu concordo. Um erro na educação, com o PT à frente do MEC, comprometeu gerações. Temos gerações que praticamente se tornaram disléxicas. Isso se deve ao método Paulo Freire de ensino, ao socioconstrutivismo de Paulo Freire. O socioconstrutivismo fez com que gerações se tornassem analfabetos funcionais. Hoje, o que vemos nas salas de aula são alunos que sabem tudo sobre teoria de cultura de estupro, sobre Ideologia de gênero, sobre questões ideológicas as mais variadas, mas não sabem uma regra de três, não sabem interpretar um texto. (Brasil, 2019, p. 32)

A escalada da crise do MEC sob o comando de Vélez Rodríguez se acentuou após entrevista concedida ao jornalista Hugo Passarelli, publicada no jornal Valor Econômico. Nessa entrevista o ministro se afirmou crítico da “Ideologia de gênero” nas escolas, onde se ensina “menino beijar menino e menina beijar menina”. (Rodríguez, 2019)

²⁸ “Na Câmara, ministro da Educação é perguntado sobre baixas no ministério” Jornal Nacional, 27 mar. 2019 de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/27/na-camara-ministro-da-educacao-e-perguntado-sobre-baixas-no-ministerio.ghtml> Acesso em: 9 ago. 2025.

Além dessa, em outra entrevista publicada pela revista *Veja*, o ex-ministro afirma que a universidade é naturalmente reservada à elite intelectual. Ao ser questionado sobre sua posição com relação ao Escola Sem Partido, diz ser contrário à “ideologização precoce de crianças na escola”. Menciona também o típico raciocínio do senso comum de que a liberdade estaria se tornando “libertinagem”. (Rodriguez, 2019)

Após três meses sem uma agenda clara de trabalho, constante trocas de quadros do alto escalão e uma sequência de polêmicas, Vélez Rodríguez não obteve sucesso em coordenar as diferentes alas que compunham o governo e é exonerado em 8 de abril de 2019. Assim, Bolsonaro dobrou a aposta na “guerra cultural” nomeando Abraham Weintraub para o cargo de ministro da educação.

2.2 Abraham Weintraub (9 de abril de 2019 - 20 de junho de 2020)

Economista de formação e homem de confiança de Olavo de Carvalho, o novo ministro tinha vínculos muito mais orgânicos com a extrema direita e havia ocupado o cargo de Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República. Olavo de Carvalho o elogiou: “leu e entendeu minha obra”. Ademais, frequentava os fóruns da extrema direita e, como seu colega Ernesto Araújo, reivindicava a Bíblia como guia. (Leher, 2023, p. 24)

Na ocasião da mudança de ministro, Abraham Weintraub faz um discurso emblemático no que se refere às disputas ocorridas no interior da pasta, quando afirma, conforme transcrição feita por Gilson Machado da transmissão ao vivo realizada na página oficial do MEC no *Facebook*: “a gente tá aberto a diferentes posições, podem ser Olavistas, podem ser militares, pode ser gente de esquerda, disposta ao diálogo” (Weintraub, 2019 apud Machado, 2021, p. 271). O trecho destacado, ilustra quais eram as forças políticas da coalizão bolsonarista que participavam da disputa pelo Ministério da Educação, naquele contexto.

Aqui é interessante notar que a expressão “olavista” é utilizada por um adepto do reacionarismo de Olavo e que “gente de esquerda” pode incluir, nesse contexto, as fundações privadas – categorizadas por Roberto Leher (2023) como Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe) – como a “Todos pela Educação”, por exemplo.

Nos dias seguintes à sua posse, Weintraub produziu sua primeira polêmica ao anunciar um corte de 30% do orçamento das Universidades Federais (UF) sublinhando que seus primeiros alvos seriam as “rebeldes” que promovem “balbúrdia”. (*Ibid.*, 2023)

Uma vez eleito e passado o período de transição de governo, Weintraub anuncia sua primeira grande política educacional, a Identidade Estudantil –Carteirinha de garantia ao direito de meia entrada.

Interessa aqui notar que já no ano de 2019, assim como o ministro antecessor, Weintraub assume a estratégia de transformar o MEC em um *bunker* da guerra cultural, quando se utiliza dessa agenda do ministério para denunciar em entrevistas o que ele nomeou de “monopólios e carteis”, ao se referir às entidades estudantis “esquerdistas” sobre a emissão das carteirinhas (Weintraub, 2020).

À ocasião do lançamento dessa medida, que foi transmitida no “CanalGov” do *Youtube*, o “ex-Ministro de 5 pastas do Governo Bolsonaro”, Onyx Lorenzoni, então chefe da Casa Civil, também ocupou seu discurso com ataques contra a “esquerda retrógrada” representada pela União Nacional do Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Nacional dos Estudantes de Pós-Graduandos (ANPG). Jair Bolsonaro, por sua vez, concentra seu ataque ao “socialismo” das universidades. (Machado, 2021)

Com o passar do mandato, a intenção de abrir uma escola cívico-militar em cada capital, proposta no plano de governo de Bolsonaro, mostrou-se pouco frutífera. Entretanto, uma série de ações em torno dessa agenda foram tomadas. A primeira medida oficial foi a criação de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019) e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) por meio do Decreto 9.465 de 2 de Janeiro de 2019 e da Portaria 1.071 de 24 de Dezembro de 2020. Observa-se assim que a proposta de criação de Escolas Militares passa a se reduzir a uma política de incentivo à gestão “Cívico-Militar”.

Esse interesse de incentivo às escolas cívico-militares foi expresso em uma carta intitulada “Compromisso Nacional pela Educação Básica” (MEC, 2019) produzida após uma reunião de Abraham Weintraub e Jânio Macedo – então secretário de Educação Básica do MEC – junto a profissionais da imprensa. Sob o argumento de que escolas militares e cívico-militares têm melhor desempenho em avaliações educacionais, o documento menciona a criação de 108 escolas, lançadas anualmente. No evento de lançamento, Weintraub mobiliza uma matriz discursiva anticomunista, afirmando que a iniciativa de lançar o PECIM fazia parte de uma

empreitada que salvaria o Brasil do totalitarismo e livraria as futuras gerações da “bandeira vermelha”.

Bolsonaro, no mesmo evento, pede para que se fuja do “politicamente correto” e “caia na real”. Além disso, a partir de uma comparação com bandeiras levantadas por candidatos à Procuradoria Geral da República (PGR), o ex-presidente aponta de forma negativa o processo de democratização do ensino, acenando ao autoritarismo e ao “militarismo policial” enquanto matriz discursiva. Por fim, denuncia a ingerência do ministério público sobre a escola militarizada, que havia decidido padronizar os cortes de cabelo dos estudantes. (Machado, 2021, p. 218)

Quando afirma ao público do evento o caráter “popular” de um dos maiores colégios militares – localizado em Campo de Marte –, Bolsonaro, mobiliza o raciocínio típico da direita populista, ao defender a ideia de que as minorias sociais aparecem como grupo privilegiado por benesses vindas do Estado: “eu quero botar lá, Ibaneis, o filho do rico e de pobre. Não aquele papinho demagogo: só filho de pobre, só filho de tal cor, não é isso, é para todo mundo”. (Bolsonaro, 2019 apud Machado, 2021)

Nesse trecho fica explícita a alusão ao significante vazio “mamata” que Rodrigo Nunes (2022) aponta no pensamento bolsonarista, no qual, conforme referido no capítulo anterior, o público-alvo de ações afirmativas aparece como privilegiado não merecedor.

Em trecho seguinte do mesmo discurso, ao afirmar a necessidade de imposição do modelo cívico-militar à população se mostra contrária, Bolsonaro faz novamente críticas a um grupo social que supostamente teria uma relação de dependência com o Estado: “Por que nós não queremos que essa garotada cresça e vá ser, no futuro, um dependente, até morrer, de programas sociais do governo” (Bolsonaro, 2019 apud Machado, 2021, p. 220)

Do ponto de vista formal, ainda em 2019, essas medidas têm continuidade em decretos novos que elevam o status dos órgãos burocráticos responsáveis e modificam as normas a partir de uma redação mais incisiva acerca da militarização da gestão de escolas que aderirem ao PECIM. Na sequência, conforme Machado (2021), já sob o comando de Milton Ribeiro, a Portaria n.º 852 de 2021 deu corpo ao programa a partir de metas e estratégias colocadas.

Quando se examina a repercussão do PECIM, cabe notar que o programa, somado à propaganda em torno dele, cumpre o papel de ampliar o alcance de determinadas noções da extrema direita sobre a educação e seus desafios. Quer dizer, levar em frente essa agenda faz

com que ela ocorra em outras esferas, tanto no debate público quanto em assembleias legislativas de nível estadual e municipal – o caso do estado do Paraná é exemplar nesse sentido. (Machado, 2021, p, 224)

Além disso, quando olhamos para as noções bolsonaristas acerca do papel da educação, podemos observar que tais propostas caminham em um sentido oposto àqueles que o próprio ensino de sociologia pretende envolver no processo de formação dos indivíduos, a partir de conteúdos como democracia, diversidade e emancipação humana, os quais têm como objetivo desenvolver o pensamento crítico dos estudantes sobre a realidade histórica e social.

Paralelamente, cabe notar que, apesar de não ter emergido no contexto de ascensão da extrema direita, a agenda política relacionada ao *Homeschooling*²⁹ entra no radar do MEC a partir da judicialização de um caso ocorrido no Rio Grande do Sul, onde os principais argumentos a favor giravam em torno de questionamento da “obrigatoriedade” da Teoria da Evolução no currículo, além da queixa de sexualização precoce em sala multisseriada. Após repercussão midiática, o tema aparece na agenda prioritária dos 100 primeiros dias de governo – a pauta contou o expresso apoio de Damares Alves, então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em abril de 2019, Jair Bolsonaro assinou Projeto de Lei (PL) n.º 2.401/2019 regulamentando o ensino domiciliar. Essa articulação pode ser entendida como um aceno aos ideólogos correligionários e a ala cristã do governo. Já no início de 2021, em cerimônia de início do ano legislativo, Bolsonaro entrega um pedido ao presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira, para a aprovação do PL n.º 2.401/2019 como prioridade. (Machado, 2021, p. 253), Ainda em 2021, o MEC elabora cartilha intitulada “Educação domiciliar: um Direito Humano tanto dos pais quanto dos filhos”. Segundo Machado (2021), chama atenção na cartilha o modelo de família ilustrado nas páginas, que segue o padrão dito “tradicional”. Em maio do mesmo ano, 350 instituições assinaram um manifesto contra a prática do *Homeschooling*.

O discurso de Caroline Rodrigues de Toni – Deputada Federal e autora do PL 3.262/19 – ajuda a compreender por onde passa o argumento em defesa dessa modalidade educacional. Em seu discurso, a deputada menciona a “doutrinação marxista”, drogas nas universidades, a

²⁹ Entende-se por *homeschooling* “um movimento por meio do qual pais de família, alegando insatisfação com a educação escolar ofertada nos estabelecimentos públicos ou privados, pleiteiam transmissão dos conhecimentos a ser dada em casa.” (CURY, 2019. pág. 2)

ingerência do Estado sobre a instrução familiar dos filhos, sobre a destruição e substituição da família pelo Estado, extinção da moral e império da “mentalidade esquerdista”, verdades ocultas, segundo a deputada, sobre a má qualidade da educação que poderia ser solucionada com a liberdade conferida pelo *Homeschooling*. Fala-se também em revolução cultural e direito natural de educação familiar, em explícito aceno à fração religiosa da base bolsonarista. (Machado, 2021, p. 256)

Outro tensionamento produzido pelo MEC sob o comando de Weintraub se deu a partir de um Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que se anunciava como a resposta científica a um problema que sempre tentou-se resolver de forma “dogmática”. Neste raciocínio que opõe ciência e Ideologia, Weintraub afirma: “E após essas décadas de pensamento dogmático, onde se você questiona os ícones, você é taxado de fascista, nazista [...] Estamos pedindo para que a alfabetização tenha critérios científicos. Só isso!” (Weintraub, 2019 apud Machado, 2021) e segue: “Quantas mais crianças analfabetas e jovens sem futuro a gente vai ter que condenar ao obscurantismo, por teimosia, por pensamento dogmático protorreligioso” (*Ibid.*, 2019)

Outro trecho de pronunciamento que vale a pena destacar ocorreu na ocasião da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), que demonstra uma típica visão conservadora:

Quem educa deveria ser a família. Uma criança de três anos que se comporta bem é uma criança bem-educada. Por quem? Pela família. E se preocupassem mais em ensinar a ler, escrever, fazer conta [...] (Weintraub, 2019 apud Machado, 2021, p. 242)

No que se refere ao Ensino Superior, o ministro foi responsável por apresentar o Future-se, um projeto que teve como objetivo realizar mudanças organizacionais na universidade. Ou seja, pretendia consolidar, de um só golpe, dois grandes movimentos da guerra cultural: o financiamento por meio de suposta captação de recursos nas empresas (acentuando o papel educador do capital) e a refuncionalização das instituições universitárias como agências de empreendedorismo. (Leher, 2023, p. 25)

Vale ressaltar que as universidades sempre foram alvo do bolsonarismo, Weintraub chegou a alegar que as universidades eram fábricas de comunistas e possuíam extensas

plantações de maconha e laboratórios de drogas sintéticas³⁰. Em uma associação próxima daquela feita na proposta de políticas de alfabetização, o Future-se é anunciado como a resposta científica e inovadora ao reinado da Ideologia, feito através do incentivo e ampliação da iniciativa privada na pesquisa acadêmica (Leher, 2023).

Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, Weintraub (2019) afirma que universidades que tivessem a presença de “sem terras” e “gente pelada” teriam cortes no orçamento. Com relação ao avanço do Future-se, cabe destacar que o projeto enfrentou resistência tanto das instituições quanto nas ruas, que foram classificadas por Jair Bolsonaro como “militantes” que foram massa de manobra, na tentativa de diminuir a relevância dos atos. (Bolsonaro, 2019 apud Machado, 2021, p. 272).

O fim de seu mandato ministerial se iniciaria após a divulgação feita pelo Supremo Tribunal Federal do vídeo de reunião realizada por Jair Bolsonaro e ministros. Na ocasião, o então ministro sugeriu a prisão de membros do STF e teceu comentário racista contra os povos indígenas, mais uma vez deixando explícito seu discurso populista reacionário:

“Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios.” (Weintraub, 2020)³¹

Em 20 de Junho de 2020, Weintraub sai do governo. Sua última medida se deu a partir de uma portaria que desobrigava as Universidades Federais a promoverem ações afirmativas na pós-graduação. Entretanto, no dia 23 de junho de 2020, a Portaria n.º 559 tornou sem efeito o ato. (Machado, 2021)

No dia 25 de junho de 2020, Carlos Decotelli, que se apresentava como oficial de reserva da Marinha, foi indicado para ser o terceiro ocupante do comando do MEC, depois da demissão de Abraham Weintraub.

³⁰ G1, “Convocado pela Câmara, Weintraub reafirma que há produção de drogas em universidades federais” Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/11/weintraub-reafirma-existencia-de-plantacoes-de-maconha-e-laboratorios-de-droga-nas-universidades-federais-em-comissao-na-camara.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2025.

³¹ G1, “Veja os principais pontos da reunião ministerial que teve gravação divulgada pelo STF” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml> Acesso em: 22 ago. 2025.

Entretanto, o nome de Decotelli foi retirado já no dia 30 do mesmo mês, após virem à tona mentiras e imprecisões no currículo que apresentava. Embora esse episódio pareça trivial em meio à rotinização de polêmicas envolvendo os ministros da educação, essa atitude ilustra uma ambivalência entre a postura anti-intelectualista – avessa ao conhecimento produzido nas universidades dominadas pelo “marxismo cultural” – e o valor social atribuído à titulação acadêmica. O argumento é de Lidiane S. Rodrigues:

Um bom indício disso é o seguinte: durante a presidência que sucedeu o período em questão, ministros da educação mentiram a respeito de seus títulos e experiências acadêmicas: Carlos Alberto Decotelli, Abraham Weintraub; Ricardo Vélez Rodriguez. O aspecto mais significativo disso não é a falsificação, porém a necessidade de ser portador de títulos, empuxo do blefe simbólico ministerial. (Rodrigues, 2025, p. 267)

Passada essa breve instabilidade na sucessão do ministério, o cargo ficará vago para que uma quarta figura assumisse a pasta. Ainda assim, apesar do recuo da influência “olavista”, o MEC manteve-se longe do controle de quadros orgânicos do capital que representassem os interesses dos APHe já mencionados.

2.3 Milton Ribeiro (16 de julho de 2020 - 28 de março de 2022)

Após um intervalo de 16 dias, o pastor presbiteriano³² Milton Ribeiro assume o posto. Numa aproximação com o campo evangélico, é o terceiro ministro a tomar posse e também a terceira liderança evangélica no primeiro escalão do governo, ao lado de Damares Alves (então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e André Mendonça (atual membro do Supremo Tribunal Federal (STF) e então ministro da Justiça e Segurança Pública) – fato exaltado pelo próprio ministro (Cunha, 2022, p.10 apud Leher, 2023, p. 27). Sua nomeação simbolizou um reposicionamento da pasta, embora também tenha encampado a tática de guerra cultural.

³² Sobre o papel da Igreja Presbiteriana e outras denominações protestantes tradicionais nos cargos da gestão bolsonarista, ver: PY, Fabio. O elitismo e o mal banal dos protestantes tradicionais no governo Bolsonaro. Carta Capital, [S. l.], 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/o-elitismo-e-o-mal-banal-dos-protestantes-tradicionais-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

Nesse sentido, designou para quadros técnicos figuras notadamente conservadoras, dentre as quais vale destacar: a “nomeação da professora Sandra Ramos, da Universidade Federal do Piauí e ligada ao Movimento Escola Sem Partido (MESP) para a direção de materiais didáticos” (Cunha, 2022, p. 11 apud Leher, 2023, p. 28). Foi nesse contexto que o edital do PNLD 2023 voltou a ser alterado,

suprimida a proibição de conteúdos racistas ou de inferiorização da mulher e de preconceitos regionais. Tudo isso foi substituído por expressões genéricas que as obras deverão seguir, “livres de preconceitos ou discriminações de qualquer ordem, além de estarem isentas de qualquer forma de promoção da violência ou da violação dos direitos humanos”. (Cunha, 2022, p. 10)

Nessa mesma seara, em janeiro de 2020, ao comentar a distribuição dos livros comprados pelo Estado na ocasião do PNLD, Bolsonaro faz mais um ataque à “ideologização” das obras e afirma que apresentam um “amontoado de muita coisa escrita”³³.

A partir de 2020, Milton Ribeiro segue adiante a agenda do PNA. Acerca das ações tomadas a partir daí, cabe notar que elas estiveram marcadas pela presença de autores e quadros estranhos ou marginais ao ambiente de pesquisa educacional no Brasil e a falsa dicotomia entre ciência e Ideologia permaneceu sendo uma justificativa para novas mudanças. Tal dicotomia, é explícita na fala do ex-ministro ao elogiar a gestão bolsonarista, que segundo ele estava: “entrando por um caminho e abraçando toda uma prática de alfabetização que não está baseada em subjetivismos, nem Ideologias [...]” (Ribeiro, 2020 apud Machado, 2021)

Com Jair Bolsonaro acuado pela ameaça de *impeachment* em virtude das declarações golpistas durante ato no dia 7 de Setembro de 2021³⁴, a gestão ministerial de Milton Ribeiro passa a rifar o setor educacional ao “centrão”. Foi a partir dessa sujeição que desenrolaram os acontecimentos que levaram à demissão do terceiro ministro da educação.

³³ EXAME. Bolsonaro diz que livros didáticos tem muita coisa escrita. 03 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita/>. Data de acesso: 14 de maio de 2025.

³⁴ G1. Bolsonaro faz ameaça golpista ao Supremo em discurso para apoiadores em Brasília | Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/bolsonaro-faz-ameaca-golpista-ao-supremo-em-discurso-para-apoiadores-em-brasilia.ghtml> Data de acesso: 14 de maio de 2025.

O esquema apelidado na mídia de “Bolsolão do MEC”³⁵ foi o maior escândalo de corrupção de todo o período de governo. O caso ganhou notoriedade a partir de um áudio divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo onde o ministro declara dar preferência para “amigos do pastor Gilmar” a pedido do presidente da república³⁶, o que evidenciava o funcionamento de um “gabinete paralelo” onde eram negociadas a construção de escolas, aquisição de veículos, recursos tecnológicos etc.

O substituto de Milton Ribeiro foi Victor Godoy, homem de confiança de Jair Bolsonaro, que já atuava na pasta como secretário-executivo. Sua atuação foi bastante tímida quando comparada aos seus antecessores, dadas as circunstâncias que colocavam risco sobre a intenção de reeleição de Bolsonaro.

A escolha de combatentes da guerra cultural para ocupantes do cargo de ministro da educação demonstra que, embora não tenha se organizado de modo suficientemente coeso para colocar em prática um projeto educacional reacionário, o MEC durante o mandato bolsonarista empregou esforços para que o pânico moral típico da direita populista radical estivesse sempre na ordem do dia.

Como sintetiza Roberto Leher (2023, pág. 32)

[...] o cerne do projeto educacional bolsonarista é uma combinação de doutrinas militares (escolas cívico-militares) com a “pauta dos costumes” (expressa por meio da consigna da Ideologia de gênero), “boas práticas de comportamento, civismo, cidadania, e disciplina dos alunos”, além da formação e aperfeiçoamento de professores nos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos e anticomunismo (combate ao marxismo cultural como presente no Orvil).

Assim, a passagem de diferentes figuras pelo comando do Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro revela uma estratégia de instrumentalização da pasta para a propagação de pânicos morais e o fomento de uma “guerra cultural” ideológica. A retórica anti-intelectualista, o desprezo pela autonomia pedagógica e a investida contra o pensamento crítico

³⁵INTERCEPT. Bolsolão do MEC: esquema pode custar a reeleição. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/06/25/bolsolao-do-mec-milton-ribeiro-bolsonaro-reeleicao-cadeia/> Acesso em: 14 mai. 25.

³⁶G1. Ministro da Educação diz em áudio que, a pedido de Bolsonaro, repassa verba a municípios indicados por pastores. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/22/ministro-diz-em-audio-que-a-pedido-de-bolsonaro-repassa-verba-a-municipios-indicados-por-pastores.ghtml> Acesso em: 14 mai 25.

pavimentaram o terreno para o avanço de pautas alinhadas à ultradireita, que via no ensino de sociologia um alvo a ser combatido, conforme exploraremos no próximo capítulo.

3 ENSINO DE SOCIOLOGIA E ULTRADIREITA: A TRAJETÓRIA DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROBLEMA DA IDEOLOGIA.

Quando olhamos para a presença da sociologia nos currículos da educação básica é possível verificar sua realidade intermitente. As explicações acerca dos motivos dessa marca da sociologia em contexto escolar giram em torno do argumento convencional de que a disciplina foi historicamente alvo de preconceito ideológico ou, como defende Amaury Moraes (2011), que tal intermitência deve-se a dificuldade de a disciplina legitimar-se diante de diferentes contextos da organização burocrática e curricular no país, os parágrafos seguintes buscam reconstituir esse percurso rapidamente.

A primeira aparição da sociologia no contexto da educação básica data de 1891. Nesse contexto, ainda fortemente vinculada a uma mudança do paradigma no campo da filosofia do direito – superação da ideia de Direito Natural. Essa aparição, entretanto, esteve restrita aos centros educacionais de relevância nacional da época, que limitava-se ao Distrito Federal, o Rio de Janeiro e o Colégio Pedro II.

A efetivação da obrigatoriedade da disciplina na escola secundária só se daria em 1925, durante o governo de Arthur Bernardes, ainda que concretizada de forma tímida, visto que os estados possuíam maior autonomia no que diz respeito a suas políticas educacionais. Naquele momento, a maior parte dos professores de sociologia eram advogados, médicos e engenheiros, pois não havia formação de professores nem sociólogos no Brasil. Em 1931, a reforma educacional de Francisco Campos marca a continuidade da obrigatoriedade, os anos seguintes são marcados também pelo surgimento dos primeiros cursos de Ciências Sociais do país.

Em 1942, no contexto da reforma educacional liderada por Gustavo Capanema, há o fim da obrigatoriedade sob a justificativa de que a disciplina não cumpriria as pretensões científicas que guiavam as mudanças educacionais do período.

O período seguinte foi marcado pela exclusão da disciplina nos currículos escolares³⁷. Entretanto, após o fim da obrigatoriedade em 1942, há uma permanente campanha pelo retorno, sua defesa passa por intelectuais como Antonio Candido (1949) e Florestan Fernandes (1955).

³⁷ Moraes (2011), aponta uma lacuna no debate sobre a obrigatoriedade entre 1940-1980.

Ao mesmo tempo, os críticos ao retorno assinalavam o caráter “enciclopédico” da disciplina na educação secundária.

Somente após 1980, com o fortalecimento do processo de redemocratização, o ensino de sociologia ganharia maior força e legitimidade nas discussões sobre o currículo, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, onde a sociologia é mencionada enquanto “domínio de conhecimentos de Filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Lei n.9.394/96, art. 36, § 1º, III apud Moraes, 2011). Esse tratamento fez com que a obrigatoriedade voltasse a ser considerada, apesar do texto vago.

Diante disso, em 1997, o deputado federal Padre Roque Zimmerman (PT-PR) encaminha PL propondo a alteração do texto LDB para que a necessidade da disciplina de sociologia torna-se explícita. Após a aprovação, em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso - sociólogo de formação - vetou o projeto alegando incapacidade na oferta de profissionais demandada pela mudança.

Não obstante, mesmo a partir da aprovação, em 1998, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM-98) a obrigatoriedade não era evidente. Nos anos seguintes (1999-2000), a campanha se intensificou protagonizada por entidades sindicais – Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo (SINSESP) e Federação Nacional dos Sociólogos – Brasil (FNS-B) –que conduziam o debate.

No ano de 2004, surge a coordenação de sociologia das Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM), que sinalizava um importante efeito da campanha e, em 2006, o Parecer CNE/CEB nº38/06 estabelece a obrigatoriedade. Entretanto, no estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação (CEE) vetou a medida naquela ocasião. Finalmente, após onze anos de campanha, a Lei 11.684/2008 altera a LDB, tornando obrigatória a disciplina de sociologia nos três anos do Ensino Médio.

O caminho de legitimação mostrou-se vigoroso entre 2008 e 2017, “os anos que se seguiram à obrigatoriedade da sociologia resultaram em conquistas substanciais para conferir ao ensino de sociologia um caráter disciplinar” (Papim & Mendonça, 2023).

A ampliação dos cursos de licenciatura e políticas voltadas à formação de professores impulsionada por programas como: o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência

Pedagógica (RP), bem como a inclusão da sociologia no PNLD em 2012 ilustram esse movimento. (*Ibid.*, 2023)

Entretanto, na esteira do golpe parlamentar sofrido pela presidente Dilma Rousseff em 2016, o interino Michel Temer assinou uma Medida Provisória (MP) de Reforma do Ensino Médio que correspondia às demandas do setor privado, dando origem ao que hoje se conhece por Novo Ensino Médio (NEM). A MP nº 746 extinguiu a obrigatoriedade de praticamente todas as disciplinas do Ensino Médio, mantendo apenas Matemática e Língua Portuguesa nos três anos de formação. Além disso, incluiu no currículo “itinerários formativos” que poderiam variar a depender do contexto escolar referido.

Coroando esse ataque à educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2018 representa o refinamento das reformas neoliberais iniciadas já na LDB, onde há uma diluição do currículo de sociologia promovida pela organização da base comum por áreas de conhecimento, onde a sociologia divide espaço com demais disciplinas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA).

Dessa forma, a sociologia, assim como outras disciplinas, é simplificada para se adequar ao conjunto de competências e habilidades enfatizadas pelo modelo educacional promovido pelo setor privado. A linguagem econômica e gerencial adotada pela BNCC-EM explica a fraca classificação do conhecimento e seu fraco enquadramento na prática pedagógica. (Papim & Mendonça, 2023, p. 39)

No caso do estado de São Paulo, as mudanças promovidas pelo NEM impuseram-se a toque de caixa, haja visto que Rossieli Soares, ministro da educação durante o governo de Michel Temer e figura central na construção da BNCC, assume a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP)³⁸, nomeado pelo então governador João Dória.

³⁸ No caso paulista, a disciplina manteve-se obrigatória nos três anos do Ensino Médio até o ano letivo de 2023. No ano seguinte, após nova reformulação do Currículo Paulista, já sob o comando de Renato Feder (Secretário nomeado por Tarcísio de Freitas, ex-ministro de Bolsonaro), a disciplina foi suprimida dos componentes obrigatórios na primeira e terceira série, restando apenas na segunda série.

Concomitantemente, novos itinerários formativos passaram a compor a área de CHSA, quando as disciplinas de Filosofia e Sociedade Moderna, Oratória e Liderança são ofertadas nos últimos dois anos de formação. Na prática,

Atravessando esse processo, Jair Bolsonaro é eleito presidente da república e passa a ter as rédeas da implementação do NEM. A partir daí, um novo projeto societário passa a compor as disputas em que a educação tem papel central. O que leva a tensões entre o MEC e o bloco no poder que encamparam a reforma do Ensino Médio – APHe, como a organização Todos Pela Educação (TPE), por exemplo.

Esse tensionamento pode ser ilustrado tanto pelas críticas ao governo Bolsonaro proferidas pela presidente da TPE, Priscila Cruz³⁹, quanto pelos ataques feitos por Olavo de Carvalho – enquanto Abraham Weintraub era ministro – a grupos educacionais privados (Leher, 2023).

Ainda assim, esses dois projetos educacionais não podem ser entendidos como antagônicos. Nesse sentido, Fabrício Mendes Pereira (2024) argumenta que, no bojo dessas disputas, o PNLD de 2021 foi objeto de disputa e sofreu influências diretas da Ideologia liberal-conservadora que marca o bolsonarismo.

Com reflexões de sentido próximo, Cristiano Bodart (2023) avalia os impactos da onda ultraliberal e conservadora vivenciada no Brasil a partir da vitória de Jair Bolsonaro em 2018 e da reconfiguração do congresso desde 2014 para a prática docente dos professores de sociologia. Sob essas circunstâncias, as práticas de perseguição contra os professores de sociologia passaram a ser cada vez mais frequentes e por vezes fomentadas pelos próprios ministros da educação. (Bodart, 2023; Leher, 2023)

Sendo assim, a missão de combate ao “marxismo cultural” dada aos “olavistas” que estiveram à frente do MEC durante o governo Bolsonaro passou a ter em seu escopo um alvo discursivo preferencial. Conforme afirma Bodart

Nota-se que as temáticas comuns ao ensino de sociologia, voltadas à promoção da cidadania, conforme está explícito nas diretrizes curriculares, têm, na conjuntura brasileira atual, gerado confronto entre docentes e a parcela conservadora e ultraliberal da sociedade (Bodart, 2023, p. 25)

conforme Nota Técnica publicada pela Rede Escola Pública Universidade (REPU): “A progressiva diminuição da carga horária dos componentes disciplinares da área de Ciências Humanas tem produzido um quadro de desvio no exercício profissional dos/as docentes com relação à sua formação inicial. “(REPU, 2025, p. 22)

³⁹ Carta Capital. Depois da tormenta. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/depois-da-tormenta/> Acesso em: 22 ago. 2025.

Assim, na “guerra cultural” onde o “marxismo cultural” é o inimigo “número um”

O objetivo é a eliminação simbólica e material de tudo o que é identificado como sendo progressista: os direitos das mulheres, das pessoas LGBTQI+ e dos povos indígenas, as questões socioambientais, a laicidade da esfera pública e a abertura para as transformações do tempo histórico, enfim, os direitos humanos e a secularização da vida social. (Leher, 2023, p. 45)

Interessa notar que o ensino de sociologia ocupa, por excelência, o espaço no currículo escolar capaz de lidar com os temas supracitados. Assim, o capítulo seguinte pretende pensar o lugar e o papel da “sociologia escolar” e dos professores diante de um cenário de “guerra cultural” promovido pelo bolsonarismo, especialmente a ideia de “marxismo cultural” – entendida como significante vazio – produtora de um antagonismo que provoca implicações decisivas ao ensino de sociologia. De modo a promover um diálogo entre a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e a bibliografia mobilizada até aqui.

Esse confronto nos leva a revisitar um debate que não é novo no campo de pesquisa do Ensino de Sociologia, a questão da Ideologia e do engajamento do professor em sala de aula. Ou seja, qual a postura que o professor deve ter em sala de aula diante de um contexto político de fortalecimento de valores antidemocráticos? Há algumas posições acerca disso que valem ser destacadas.

Amaury Moraes (2014), em artigo já citado anteriormente, reconhece a existência de duas posições distintas em relação a qual seria a abordagem ideal ao professor diante da oposição entre a neutralidade e o engajamento na atividade do Ensino de Sociologia.

De um lado, o autor aponta para um setor proveniente do próprio campo de pesquisa da área, que defende abertamente a necessidade de uma sociologia escolar “verdadeiramente contestadora”, que confronta a realidade e que impele o estudante à ação política rumo à emancipação. Segundo essa interpretação, o professor não deveria se furtar de uma abordagem mais engajada, em que a neutralidade não seja uma barreira no processo de ensino-aprendizado, devendo inclusive os próprios documentos relacionados à disciplina, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), ir além de suas pretensões de estranhamento e desnaturalização. (Moraes, 2014)

Diametralmente oposta à primeira, Moraes (2014) localiza uma crítica oriunda da intervenção de intelectuais públicos na imprensa que apontam para o engajamento como a causa da degeneração da educação escolar. Críticas essas que passaram a circular nos jornais já na ocasião da aprovação da Lei 11.684/2008, reagindo às mudanças que tornavam a sociologia e a filosofia obrigatórias no Ensino Médio. Nesse entendimento, a própria existência das disciplinas no currículo representaria um potencial nocivo à educação.

Já nesse contexto, as justificativas passavam pela prioridade de matemática e da língua portuguesa diante da “inutilidade” da sociologia, da falta de condições objetivas para os estudantes se apropriarem do conhecimento sociológico – uma vez que a interpretação de texto seria um pressuposto inalcançado – e dos perigos referentes à “doutrinação política”. (Idem, 2014)

O trabalho de Moraes é valioso na discussão aqui proposta por rastrear, desde 2008, as denúncias que vincularam o ensino de sociologia a pura e simples “armação para que o marxismo seja ensinado nas escolas” (Idem, 2014, p. 22).

Os exemplos são vários, a começar por um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 9 de Junho de 2008 de autoria de Nelson Archer em que se afirma: “sociologia e filosofia no ensino médio são apenas eufemismos. Seu nome verdadeiro é doutrinação barata” (Ascher, 2008, apud Moraes, 2014 p. 22).

Reinaldo Azevedo⁴⁰ por sua vez, no *Blog da Veja.com* em 3 de Junho de 2008, afirma:

O que acho da medida? Uma porcaria! O Brasil acha que ensinar a fazer conta é coisa muito complicada; não é mesmo para nós. O nosso negócio, como é mesmo? É ensinar a pensar, entenderam? A ‘refletir criticamente sobre a nossa realidade’, para que se formem, então, ‘cidadãos conscientes’. Puro lixo retórico e ideológico. Para seguir a lei, professores de outras disciplinas terão de ser improvisados nas aulas de filosofia e sociologia. Mal posso esperar pelo material didático. O ‘filósofo’ vai ministrar história do pensamento? Duvido! As aulas se perderão em grandes debates – de preferência, em círculo – sobre os dilemas ‘éticos’ de nossa realidade. Os alunos continuarão com alguma dificuldade para dizer quanto é sete vezes nove, mas serão estimulados a fazer sempre ‘colocações’ muito inteligentes. [...] Estamos fritos! Cuidem de suas

⁴⁰ O caso de Reinaldo Azevedo é bastante curioso. Pois, embora tenha sido uma figura central na construção do imaginário do “antipetismo”, que foi fundamental para o fortalecimento da extrema direita no Brasil, não demorou em se afastar do bolsonarismo quando este se tornou o pólo em torno do qual a direita orbitava. Para a finalidade da pesquisa, cabe assinalar que este mesmo ator foi responsável por atribuir um vínculo estreito entre o Ensino de Sociologia e a ideia de “marxismo cultural”.

crianças. Vai começar o período do molestamento ideológico explícito. (Azevedo, 2008, apud Moraes, 2014, p. 23)

Também na *Veja.com*, em 30 de Junho de 2008, Gustavo Ioschpe argumenta que: “É impossível estudar filosofia se você não sabe ler. Essas aulas serão apenas uma maneira mais escancarada de se praticar o doutrinamento do marxismo rastaquera que impera em nossas escolas” (Ioschpe, 2008, apud Moraes, p. 23)

Por último, no dia 20 de Julho de 2006, na ocasião do Parecer CNE/CEB nº38/06, Roberto Macedo publica no jornal Folha de S. Paulo:

Se ela pegar, e quanto ao que será ensinado aos alunos, vou limitar-me à sociologia. Pelas suas maiores afinidades com a Economia, conheço mais sociólogos que filósofos e sei que a maior parte da sociologia brasileira, em particular a ministrada nos cursos superiores de graduação que formam professores para os níveis anteriores, é dominada por um forte viés ideológico que privilegia a visão marxista de guerra de classes. É uma formação dogmática que se limita a tomar como verdadeiras as afirmações do evangelho de Marx e a sair por aí a interpretar fatos conforme essa visão. Não há a preocupação científica de tomá-las apenas como hipóteses entre outras e de confrontar o conjunto delas com os fatos, examinando-se dados da realidade com rigor metodológico (Macedo, 2006, p. 2 apud Moraes, 2014, p. 24)

Cabe notar que todas essas manifestações contrárias ao engajamento político da disciplina de sociologia na escola produzem críticas estreitamente vinculadas à ideia de “marxismo cultural”, onde o conhecimento se afasta da neutralidade científica e o objetivo passa a ser a doutrinação que molde a cultura a partir de valores degenerados. Esse mesmo argumento iria se repetir quando veio à tona o já mencionado Movimento Escola Sem Partido (MESP), autoproclamado “apartidário” e que na prática mostrou-se elogioso à censura dos professores.

Vale também lembrar que em 2018, Adolfo Sachsida – que posteriormente viria compor a equipe o governo de Jair Bolsonaro – publica uma “pesquisa” a ser discutida no interior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) onde pretende “avaliar o impacto da Lei no 11.684/2008, que tornou obrigatória a inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia em todas as séries do ensino médio” e se conclui que a obrigatoriedade da disciplina teve “efeitos negativos na área de matemática, resultado que se mostrou robusto em quase todas as coortes investigadas”. (Niquito & Sachsida, 2018, p. 63) Essa publicação pode ser

interpretada como uma tentativa de dar base empírica a conclusões já pressupostas no ponto de partida da pesquisa.

Diante disso, Amaury Moraes (2014) propõe uma “terceira via”, onde, emprestando uma noção cara ao ensino das ciências da natureza, propõe que a sociologia deve ter como horizonte a *alfabetização científica*, que contribua com “domínio de métodos, linguagem, cânones e controvérsias de um campo científico” (Moraes, 2014, p. 33), numa postura próxima da neutralidade axiológica proposta por Max Weber.

Em proposição diferente, Diogo Turino de Sousa (2017), apoiado na noção de sociologia pública de Michael Burawoy, aponta para a necessidade “regenerar a fibra moral da sociologia” (Sousa, 2017, p. 132) a partir de uma sociologia escolar de papel normativo, onde os professores “devem, sobretudo, partilhar de uma forma de consciência que tende a contribuir para o arranjo democrático”. (Idem, p. 145) O autor aponta, assim, para a possibilidade dos profissionais do ensino de sociologia exercerem o papel de intelectuais públicos, contribuindo com a melhora do debate público.

Sublinha-se, por fim, que Florestan Fernandes (1954) também já se posicionou diante dessa questão. Embora seu texto se insira num contexto diferente, o sociólogo reivindica um papel de “adestramento cívico” da disciplina na educação escolar, o que pode parecer um horizonte que permanece relevante, tendo em vista as ameaças aos valores democráticos que a extrema direita, e aqui mais especificamente o bolsonarismo, tem realizado diuturnamente.

Para contribuir com esse debate, coube a este trabalho esquadrihar a formas que a ideia de “marxismo cultural” encarnou durante do governo de Jair Bolsonaro no contexto do Ministério da Educação, pensando nas disputas em torno dos temas, conceitos e categorias caros ao conhecimento sociológico, pensando estratégias e práticas que caibam ao Ensino de Sociologia diante desse quadro.

4 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE O TEMA IDEOLOGIAS POLÍTICAS

4.1 Fundamentos pedagógicos.

Como resultado das discussões feitas nos capítulos anteriores, o caminho tomado pela pesquisa culminou na tarefa de realizar uma intervenção pedagógica que pudesse subsidiar a prática docente diante dos desafios trazidos por esse novo contexto político acima tratado. Assim, uma sequência didática será construída com a intenção de elucidar conceitos e debates, a fim de explicitar a natureza das formas ideológicas presentes na realidade social dos próprios estudantes. Tornando, dessa forma, mais evidente ao estudante que determinadas condições históricas produzirão ideologias comprometidas com o escamoteamento de contradições presentes de modo a impedir que os indivíduos compreendam sua própria origem. (Konder, 2002 apud Chauí, 1984)

Essa parte do trabalho terá como suporte teórico essencial as contribuições construídas pela Pedagogia Histórico-Crítica. Em especial, às proposições feitas por João Luiz Gasparin (2003) em *Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica*. Essa escolha se deve a compreensão do autor que diante de mudanças na sociedade, para que a escola cumpra sua função social, é necessário que os conteúdos escolares sejam teórico-práticos. Isso significa que os conteúdos escolares devem estar sempre vinculados às questões presentes na realidade social dos estudantes.

Segundo Demerval Saviani (2015), o papel da escola está primordialmente na socialização do saber sistematizado. Isso significa que o domínio dos instrumentos teóricos fornecidos pelas ciências sociais poderá – para utilizar os termos de Saviani – garantir uma “disposição permanente”, ou *habitus*, de crítica da suposta doutrinação ideológica da sociologia escolar, bem como da desconfiança para-com o professor de sociologia e outros “pânicos morais” produzidos diuturnamente pela extrema direita.

Nessa perspectiva, conforme elucida Gasparin (2003), faz-se necessário: “[...]evidenciar aos alunos que os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens conduzem sua vida nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção.” (Gasparin, 2003, p. 2)

Por isso, para que o conhecimento escolar corresponda às necessidades da realidade social mais ampla, deve-se privilegiar a dúvida, o contraditório e a plurideterminação.

O pressuposto epistemológico que fornece as condições dessa valorização está ligado ao que Gasparin (2003) chama de “conhecimento dialético”, ou seja, aquele capaz de realizar um movimento que parte do concreto percebido, passa pela abstração e retorna ao concreto pensado.

De acordo com o autor,

Assumir esta teoria do conhecimento no campo da educação significa trabalhar um conhecimento científico e político comprometido com a criação de uma sociedade democrática e uma educação política (Gasparin, 2003, p. 8)

Dessa maneira, o processo de planejamento do ensino cumprirá três etapas. A primeira passa pela necessidade de perceber a “prática social dos sujeitos da educação” (Gasparin, 2003, p. 6) através da tomada de consciência da realidade e dos interesses dos estudantes, para que um objeto da prática social se torne objeto de conhecimento.

Aqui, a percepção dos estudantes revela-se de forma sincrética e caótica, ao mesmo tempo que apresenta uma “totalidade que representa a sua visão de mundo, sua concepção da realidade, ainda que, muitas vezes, naturalizada”. (*Ibid.*, p. 18)

O objeto do conhecimento estará, nessa etapa, inserido em uma complexa relação intersubjetiva entre professor, estudante e o contexto cultural, político, econômico e social que os cercam. Isso quer dizer que a prática social inicial “não consiste apenas naquilo que o aluno, enquanto indivíduo, faz ou sabe, em seu dia a dia, relativo ao conteúdo” (*Ibid.*, p. 22), mas é resultado de uma realidade mais ampla, um “todo social maior”.

Nesse sentido, há dois atos que poderão encaminhar a prática social inicial do conteúdo: o anúncio do conteúdo e a vivência cotidiana dos conteúdos. Nesse momento será tarefa do professor expor os tópicos e subtópicos que serão abordados durante as aulas seguintes. Para a sequência didática em questão, é importante evidenciar os principais conceitos das discussões propostas.

Ao informar os conteúdos referidos, é tarefa do professor apresentar materiais motivadores que possam ser um convite a ultrapassar o imediato. A partir desse primeiro ato,

caberá ao professor estabelecer perguntas norteadoras a fim de registrar o estado de compreensão dos estudantes acerca do tema. Outras questões que surgirem também serão anotadas, mas respondidas em etapa posterior. Como reforça Gasparin (2003): “O fundamental é envolver os educandos na construção ativa de sua aprendizagem”. (p. 31)

Na sequência, entrará em cena a dimensão teórica do planejamento, a partir daqui a realidade social mais ampla torna-se problema filosófico. O problema (e a problematização) são originados de uma necessidade. De acordo com Demerval Saviani será necessário “detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar.” (apud Gasparin, 2003, p. 36) Ou seja, sua função é eleger as questões centrais da prática social dos estudantes, para que possam dominar os conteúdos capazes de resolvê-las – mesmo que intelectualmente.

Desse ponto de vista, a seleção dos conteúdos teóricos a serem trabalhados têm de corresponder às questões relevantes da prática social. Essa seleção deve ter como horizonte a busca pelas razões que levam esses conteúdos a estarem conectados com a prática social, daí surge daí surge a necessidade de explicitar as dimensões sociais do conteúdo.

O questionamento da prática social levará o professor a “evidenciar porque esse conhecimento é socialmente necessário no mundo atual” (Gasparin, 2003, p. 43), assim, “o conteúdo começa a ter sentido para o aluno” (*Ibid.*, 2003). Há a necessidade, para tanto, de uma primeira definição teórica, propõe nosso autor nesse sentido:

Para a definição, portanto, das dimensões que se deseja estudar é necessário partir do conteúdo da unidade em questão e transformá-la em problemas ou perguntas desafiadoras para os alunos. (Gasparin, 2003, p. 44)

E segue:

A problematização representa um desafio para professores e alunos. Trata-se de uma nova forma de considerar o conhecimento, tanto em suas finalidades sociais quanto na forma de comunicá-lo e reconstruí-lo. Para o professor implica uma nova maneira de estudar e preparar o que será trabalhado com os alunos: o conteúdo é submetido a dimensões e questionamentos que exigem do mestre uma reestruturação do conhecimento que já domina (*Ibid.*, p 49.)

Feito esse exercício, as informações e discussões da prática social, transformadas pela problematização em questões filosóficas e objetos de conhecimento, são refletidas a partir de bases sólidas de conhecimento historicamente acumulados.

Isso porque o aprendizado só haverá ocorrido na medida em que os estudantes puderem se apropriar dos conceitos para além da memorização, ou seja, quando essa ferramenta teórica possa lhe fornecer respostas às questões problematizadoras.

Este saber constitui um instrumento, uma ferramenta de trabalho e de luta social. Por isso, não é qualquer conteúdo, mas sim aquele conhecimento que se mostra adequado para construir uma nova postura mental e uma resposta apropriada aos problemas sociais (Gasparin, 2003, p. 54)

Do ponto de vista procedimental, esse é o momento em que o professor tem como tarefa realizar a mediação do contato do estudante com seu novo objeto de conhecimento através de exposições dialogadas, perguntas sugestivas e atividades colaborativas.

Através de técnicas e atos didático-pedagógicos diversos o professor é responsável por facilitar a aproximação entre conceitos espontâneos e científicos, de modo que sua atividade promova o vínculo entre o sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento.

Por isso mesmo, o conteúdo nunca é neutro, nem para o professor porque o recebe de outros pensadores, nem para os alunos porque estes o apreendem através da leitura e interpretação de um professor, socialmente condicionado. (Gasparin, 2003, p. 114)

Por último caberá ao professor promover um retorno à prática social, colocada em análise no contexto mais amplo de modo a perceber o quanto o estudante se apropriou das elaborações feitas durante a instrumentalização.

Nesta etapa o movimento dialético descrito acima encerra de volta ao concreto pensado. Do ponto de vista sociológico, o estudante estará mais próximo da desnaturalização e do estranhamento de fenômenos sociais historicamente situados.

4.2 Planejamento de Sequência didática⁴¹

Em razão dos ajustes e correções realizados entre o exame de qualificação e a defesa deste trabalho, não houve tempo hábil para a aplicação integral da versão final da sequência didática em sala de aula. Antes, portanto, da descrição do planejamento cumpre destacar que a própria limitação para a assimilação desta intervenção no calendário pedagógico pode ser entendida como um sintoma dos efeitos negativos das já mencionadas mudanças sofridas no currículo e na carga horária semanal da disciplina no período recente.

Dessa forma, desde o ano de 2024 até o momento da publicação da presente pesquisa, a disciplina de Sociologia na rede pública estadual de São Paulo mantém-se com somente duas aulas semanais na segunda série do Ensino Médio. Essa modificação decorre das diretrizes com que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) tem tratado a educação pública e demonstra os impactos sobre o Ensino de Sociologia; embora tal conjuntura não esteja estritamente inserida no escopo de análise focado no governo federal, seu vínculo estreito com os problemas apresentados até o momento torna o registro relevante.

A gestão de Renato Feder à frente da secretaria caminha em duas direções claras: a da plataformização do processo educativo, reduzindo o tempo e a autonomia dos professores diante das turmas e engessando a atividade pedagógica a partir dos chamados Materiais Digitais (slides), sem a colaboração dos próprios professores e de autoria misteriosa; e, associada à plataformização, a escalada da lógica gerencial, evidenciada por *softwares* como o *Business Intelligence* (BI – Escola Total⁴²) e metas de indicadores de frequência e resultados em avaliações de larga escala, exigidas de maneira aviltante.

Concomitantemente, há uma visível hipervalorização do ensino técnico profissionalizante, mesmo em condições de extremo sucateamento, em detrimento do modelo de ensino propedêutico. Os chamados Itinerários de Formação Técnica e Profissional (IFTP) e Itinerários de Áreas do Conhecimento⁴³ cumprem o papel de sufocar qualquer possibilidade de reestabelecimento das condições mínimas para a Sociologia no currículo paulista da educação

⁴¹ A proposta de sequência didática buscou adaptar as orientações contidas na obra *Uma Didática para a pedagogia Histórico-Crítica* de João Luiz Gasparin (2003) à necessidade de uma descrição detalhada que cumprisse com a tarefa de construção de um “produto inédito” capaz de contribuir com a prática docente durante as aulas de Sociologia.

⁴² Para o detalhamento da organização das metas articuladas às plataformas. Cf. “Como o Super BI é calculado?” Disponível em: <https://tutorialescolatotal.educacao.sp.gov.br/?p=45> Acesso em: 30 abr. 26.

⁴³ Cf. “Ensino Médio Paulista” Disponível em: <https://ensinomediopaulista.educacao.sp.gov.br/> Acesso em 30 abr. 26

básica. Mesmo quando nos referimos à área do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), disciplinas como Liderança e Oratória ocupam o currículo com a apologia de certa lógica neoliberal-empREENDEDORA, dificultando qualquer manejo crítico e autônomo do professor sobre os temas caros à Sociologia.

Disciplina: sociologia
Proposta para a série/turma: 2ª Série do Ensino Médio
Carga horária prevista: (Dois blocos) 4 aulas de 50 minutos ⁴⁴
TEMA: Ideologias políticas.

OBJETIVO GERAL:

- Debater o entendimento do/as estudantes sobre os conceitos de Ideologia, bem como os principais teóricos que contribuíram para a construção desse, das suas dimensões políticas, suas bases epistemológicas, as capacidades e limites de seus usos, bem como os pressupostos inseridos nas diferentes abordagens. Para que os/as estudantes possam utilizar-se dos conceitos para interpretação de questões sociais mais amplas que digam respeito a seu cotidiano. (Bloco 1 e 2)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Explicar duas abordagens diferentes dos conceitos de Ideologia: o significado “fraco” do termo, entendido como um conjunto de ideias, valores e crenças políticas que orientam coletivos; bem como seu registro de significado mais “forte”, que vincula a ideologia a noção de “falsa consciência” e mascaramento da realidade. (Bloco 1)
- Problematicar os diferentes contextos do uso da noção de Ideologia, além do espaço ocupado por esses significados na prática social mais ampla, gerando indagações sobre

⁴⁴ A divisão se deu em dois blocos de aulas, considerando a organização curricular da rede pública do estado de São Paulo no contexto de desenvolvimento da pesquisa, cada bloco foi pensado para 1h40min (que equivalem às duas aulas semanais), o que implica que a sequência didática seja aplicada ao longo de duas semanas.

as diferentes formas de compreensão da disputa política, inclusive no espaço escolar; (Bloco 1 e 2)

- Permitir o uso crítico do conceito de Ideologia, bem como a apreensão crítica das formas e expressões ideológicas, vinculando-as ao seu contexto de produção, de modo a fornecer subsídios para o reconhecimento das diferentes matizes ideológicas presentes na contemporaneidade; (Bloco 1 e 2)
- Comentar com os estudantes os desdobramentos das formas de ideologia na política e cultura, bem como suas estratégias e práticas discursivas nos exemplos contemporâneos de ascensão da extrema direita. (Bloco 2)

CONTEÚDOS A SEREM TRATADOS NAS AULAS:

- Os fundamentos da Ideologia, as diferentes formas de usar o conceito e seu vínculo com a política; (Bloco 1)
- Caracterização das principais formas ideológicas presentes na política contemporânea; (Bloco 1)
- Ideologia e construção de identidades na política, os fundamentos teóricos do conceito e a sua importância no contexto político atual; (Bloco 2)
- As ideologias como produto de relações sociais estabelecidas em certas condições materiais de reprodução da vida social, ligada a divisão social do trabalho, à luta de classes, à separação entre trabalho intelectual e material; (Bloco 2)

❖ Primeiro Bloco de aulas:

PRÁTICA SOCIAL INICIAL DO CONTEÚDO:

➤ IDEOLOGIA E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO

1. A prática social inicial desta primeira etapa da sequência didática estará preocupada em compreender a noção prévia dos estudantes acerca do que seja Ideologia, bem como perceber aquilo que é interpretado como ideológico e não-ideológico em seu contexto social.

Em primeiro momento, os estudantes serão indagados acerca de suas preconcepções do termo “Ideologia”, essa indagação buscará perceber se seu uso se aproxima, implícita ou explicitamente, de um olhar pejorativo, que busca opor ideologia e pragmatismo. Em geral, esse senso comum que mobiliza a ideia de ideologia como categoria de acusação busca apontá-la como excessivamente doutrinário, dogmático ou passional. (Stoppino, 2003)

As proposições feitas pelos estudantes serão registradas para que, quando confrontadas umas às outras, a turma possa perceber que trata-se de um conceito polissêmico, que pode ser tratado sob diferentes perspectivas e utilizado em diferentes circunstâncias. É de extrema importância que inicialmente o professor incentive os estudantes, um a um, para compartilhar com a turma suas pré-noções. (Gasparin, 2003)

Esse ponto de partida poderá contar com o apoio de uma definição sucinta capaz de balizar essa conversa inicial. Sugere-se que o professor escreva essa definição na lousa e a utilize como referência caso as falas dos estudantes caminhem para temáticas alheias aos objetivos da sequência didática. Para esse primeiro bloco, o professor poderá utilizar como instrumento didático o quadro fornecido por Michael Freedon (2017, cap. 3, tradução própria) em *Ideology: a very short introduction*, onde ideologia aparece, de forma sintetizada, como:

Tabela 1 - Ideologia para Michael Freedon (2017, cap. 3, tradução própria)

Uma ideologia política é um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que:

1. exibe um padrão recorrente;
2. é seguida por grupos relevantes;
3. compete pela formulação e controle de planos de políticas públicas; e
4. faz isso com o objetivo de justificar, opor-se ou alterar os fundamentos e acordos sociais e políticos de uma comunidade política.

Como suporte didático, o professor poderá disponibilizar textos de apoio para que os alunos realizem leituras prévias ou posteriores à exposição oral. Uma boa opção para esse fim

é a obra *Ciência Política para o Ensino Médio* (2021), de autoria de Cristiano das Neves Bodart e César Alessandro Sagrillo Figueiredo.

Após essa primeira aproximação, os estudantes serão convidados a pensar sobre as formas tomadas pela ideologia na prática política contemporânea. Para isso, terão contato com diferentes exemplos (frases e imagens) de que podem ou não estar presentes no seu cotidiano, quando serão estimulados a reagir apontando como – a partir do que já sabem sobre o que é Ideologia – percebem cada exemplo.

Nessa etapa, é de se esperar que os estudantes enxerguem expressões ideológicas como formas naturalizadas de interpretar a realidade a sua volta, aparecendo como mera obviedade, como uma espécie de “bom senso aplicado”, ou, de forma maniqueísta, como parte de algo necessariamente mal ou negativo, vinculado a mentira e a corrupção. Essa compreensão deriva do fato de que, conforme nos alerta Leandro Konder (2002)

No nível da cotidianidade, o sujeito tende a se adaptar passivamente às circunstâncias [...] Sua representação das coisas e dos seres é muito frequentemente analógica, e seus juízos – provisórios – se prestam a generalização abusivas (que Agnes Heller chama de *ultrageneralizações*). (Konder, 2002, p. 240)

Tais formas de *ultrageneralização* costumam surgir nos discursos dos estudantes de maneira irrefletida, integrando a consciência cotidiana sem que sejam objeto de questionamento. Por esse motivo, por meio desse contato inicial com o tema e exemplos iniciais cabe ao professor incentivar o reposicionamento do olhar sobre a ideologia (assim como das formas de ideologias políticas), fomentando o questionamento da mesma, que anime um processo de reflexão sobre o tema.

1.1. Conteúdo:

Ideologias na cultura e na política.

- Ideologia: conceito e abordagens.
- Ideologias políticas (Liberalismo; Conservadorismo; Socialismo; Nacionalismo; Fascismo)

1.2. Vivência do conteúdo:

- a) Nesse momento sugere-se que o professor apresente algumas imagens e frases do senso comum e peça para que os/as estudantes reajam respondendo se percebem Ideologia e como identificam a Ideologia em questão. Não necessariamente os exemplos devem ser exibidos acompanhados de suas respectivas legendas, a ideia é que os estudantes busquem associá-los às formas de pensamento que eles já conhecem, de forma mais livre o possível, sempre privilegiando a dúvida (Gasparin, 2003). A partir da identificação dos ícones e frases associadas às diferentes formas de ideologia, o professor poderá estimular a curiosidade acerca da origem dos próprios exemplos, seus ambientes de circulação e os motivos que os levam a ser conhecidos.

Sugestões de frase:

- “Imposto é roubo” (Liberalismo / “Anarcocapitalismo”)
- “Direitos humanos para humanos direitos” (Conservadorismo)
- “Bandido bom é bandido morto.” (Conservadorismo)
- “Trabalhar menos, trabalhar todos” (Socialismo)
- “A educação de base em casa; a escola é para ensinar conteúdo.” (Conservadorismo)
- “Deus, pátria, família (Fascismo)
- “O lucro é o roubo do suor do trabalhador.” (Socialismo)

Sugestões de imagem:

Fascismo:



Figura 1 - Suástica Nazista⁴⁵



Figura 2 - Fascio littorio (Símbolo do Fascismo Italiano)⁴⁶

Conservadorismo:



Figura 3 - Boné MAGA "Make America great again" (Faça a América grande novamente), slogan da campanha de Donald Trump.⁴⁷

⁴⁵ Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/fascismo-e-nazismo-eram-Ideologias-de-direita-ou-de-esquerda> Acesso em: 27 ago. 2025

⁴⁶ Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolo-fascismo/> Acesso em: 27 ago. 2025.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Donald-Merchandise-Vermelho-Chap%C3%A9us-Beisebol/dp/B0BQ7BQPWW> Acesso em: 27 ago. 2025



Figura 4 - Outdoor em estrada no Mato Grosso exalta Deus, Pátria e Família. Fernando Canzian/Folhapress. Frase também utilizada pelo movimento Integralista.⁴⁸

Liberalismo / “Anarcocapitalismo”:



Figura 5 - Bandeira de Gadsden. Associada a Ideologia anarcocapitalista, defendida por Javier Milei, presidente da Argentina. A bandeira contém os dizeres “Don’t tread on me” (Não pise em mim)⁴⁹

Antifascismo/Socialismo/Anarquismo:



Figura 6 - Bandeira vermelha e preta, símbolo associado ao movimento Antifascista.⁵⁰

⁴⁸ Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1770156910215123-agronegocio-apoia-bolsonaro>
Acesso em: 27 ago. 2025.

⁴⁹ Disponível em: https://www.invictus.com.br/blogs/news/don-t-tread-on-me-voce-sabe-o-que-e-a-bandeira-de-gadsden?srsId=AfmBOopCQ7IgOBLliUyWu2227LfGSSsQQ_z4rJQ2dAiooWdV0WQA4nPn Acesso em: 27 ago. 2025

⁵⁰ Disponível em: <https://www.b9.com.br/126964/pode-ou-nao-mudar-cores-bandeira-antifascista/> Acesso em: 28 abr. 2026.



Figura 7 - A Foice e o martelo, símbolo associado a Ideologia comunista, o martelo faz referência aos trabalhadores da cidade e a foice aos trabalhadores do campo.⁵¹



Figura 8 - "A", símbolo associado à Ideologia anarquista.⁵²

b) Para esse primeiro momento de coleta das palavras esperam-se respostas que consigam fornecer ao professor informações sobre o grau de compreensão dos estudantes acerca do que seja Ideologia e quais as Ideologias eles já conhecem. Além disso, o professor poderá trazer questões que possam fornecer mais informações sobre o contexto em que os estudantes tiveram acesso aos exemplos.

c) Além dos termos anotados o momento de explicação o professor poderá sugerir palavras que estejam associadas a cada tipo de Ideologia, bem como termos essenciais para o entendimento da definição de Ideologia, podendo ser: conjunto de ideias, valores, visão de mundo.

A partir dessa prática social inicial o professor deverá fomentar nos estudantes a necessidade de estudo e compreensão do significado de cada símbolo/frase comentada, esse é o momento em que o concreto percebido passa a ser objeto de questionamento. Os estudantes serão convidados, dessa forma, a suspender seus juízos provisórios em favor da construção daquilo que Michael Freeden entendeu como sendo um estudo “morfológico” das ideologias.

⁵¹ Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolo-comunista/> Acesso em: 28 abr. 2026.

⁵² Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolo-anarquismo/> Acesso em: 28 abr. 2026.

PROBLEMATIZAÇÃO: IDEOLOGIA COMO CONJUNTO DE IDEIAS E ANÁLISE MORFOLÓGICA DAS IDEOLOGIAS POLÍTICAS.

De maneira geral, o conceito de Ideologia, quando trabalhado nas aulas de sociologia, costuma estar acompanhado da discussão acerca de seus impactos na cultura – bem como do conceito de Indústria Cultural – de modo que sua acepção mais próxima à teoria e ao pensamento político se mantenha fora do debate. Esse tratamento dado ao tema frequentemente resulta na difícil associação entre as formas ideológicas mais presentes no debate público e a compreensão delas respaldada pelas ciências sociais.

Esse tratamento guarda relação com a própria trajetória dos debates acerca do conceito nas ciências sociais, que se desdobrou em duas vertentes: a primeira caminhou junto ao debate relacionado à sociologia do conhecimento, onde a ideologia se opõe às formas "verdadeiras" de consciência; a segunda, mais próxima da abordagem que buscaremos tratar na presente sequência didática, enxerga-a como aspecto essencial da política, com foco no valor funcional das ideologias (Stoppino, 2008).

Assim, pretende-se uma abordagem que trate a Ideologia de forma mais direta, em seu significado político *stricto sensu*, de modo que seja possível um diálogo direto com a utilização mais corrente no debate público, buscando facilitar aos estudantes o manejo de linguagens e termos próprios ao tema.

A política é, segundo Konder (2002), a esfera na vida social onde a ideologia deixa mais explícito seu poder de enviesamento. Situada entre a afirmação de valores universais e demandas particulares, é na política que cada indivíduo ou grupo “tende a acreditar que seu ponto de vista é mais adequado às necessidades ou às conveniências da humanidade do que o ponto de vista dos outros” (Konder, 2002, p. 249).

No que tange à problematização, a exposição da discussão tomará como ponto de partida as proposições feitas por Michael Freeden (2017) em obra introdutória já mencionada, assim como exemplos que facilitem a compreensão e aproximação do conceito a ser tratado durante a aula.

Na interpretação aqui proposta, a Ideologia carrega dois significados, que Stoppino (2008) chamou de significado “fraco” e “forte”. Sendo assim, em seu significado fraco, as

Ideologias podem ser definidas como um “sistema de ideias”, “interpretações” ou “princípios éticos” que organizam a vida política. Ou seja, sob essa perspectiva, destacam-se a sistematicidade e a coerência de crenças em diferentes formas de pensamento político.

Nesse primeiro bloco de aulas, o significado “fraco” do termo ideologia estará no centro de nossa problematização. Isso porque essa primeira etapa buscará fornecer uma espécie de “mapa das ideologias”, vinculando cada uma das principais formas de ideologias políticas (Liberalismo, Conservadorismo, Socialismo, Fascismo) às diferentes visões de mundo, princípios e valores às quais estão associadas.

No caso da utilização, é importante que o manejo do material didático disponibilizado pelo professor seja constante pelos estudantes, a fim de sanar dúvidas e fomentar debates, prevenindo situações que possam incentivá-los a fugir do tema.

Nesse sentido, iremos discutir os significados mais correntes do termo “Ideologia”, a relação entre Ideologia e política, bem como o debate sobre a Ideologia no conhecimento, sempre nos preocupando em tornar evidente aos estudantes a relação entre os dois significados.

Enquanto no significado “fraco” a construção do conceito tem como horizonte a análise empírica de ideologias políticas, no caso do significado forte, vinculado mais diretamente à tradição marxista (Bodart, 2021; Stoppino, 2008), o termo Ideologia é entendido como uma forma de “falsa consciência”; ou seja, como escamoteamento de contradições próprias à luta de classes. Portanto, nessa perspectiva, a Ideologia cumpre a função de distanciar a consciência dos indivíduos do fenômeno objetivo, vinculando-se a outro conceito também caro ao marxismo: a “Alienação”.

Caberá ao professor, neste momento, deixar claro aos estudantes que os dois significados não estão separados um do outro e que, para os objetivos desse primeiro bloco de aulas, o enfoque estará primordialmente sobre o primeiro. Para isso, o docente poderá seguir os passos elaborados por Freeden (2017) para o que ele chamou de “análise morfológica das ideologias”, segundo a qual haveria três passos para o estudo das ideologias: o primeiro passa por reconhecer suas ilimitadas formas; o segundo por reconhecer que esses significados são constrangidos pelo contexto histórico e cultural, delimitando uma gama de significados dos quais elegem; o terceiro se dá a partir da compreensão de que, a partir dessa gama, qualquer ideologia particular age como se pudesse fixar os significados.

A partir desses três passos, a questão que daí prossegue é: como se desenvolvem realmente as ideologias? Ou seja, a ideia de formular um “mapa das ideologias políticas” busca ter como horizonte o estudo da ideologia como fenômeno empírico. Para tanto, busca identificar as unidades básicas (que pode se dar o nome “Núcleo central”) de cada forma de pensamento. O liberalismo, por exemplo, carrega conceitos fundamentais como liberdade, individualidade, racionalidade e progresso. Enquanto o socialismo contou com um núcleo conceitual que passa pela noção de solidariedade, igualdade e trabalho.

A morfologia das ideologias vê como aspecto vital delas a sua estrutura interna. Para que essa característica fique evidente durante a exposição do professor, recomenda-se utilizar a analogia que nosso autor formula: um mesmo móvel pode ter um papel muito diferente em habitações distintas, enquanto em uma habitação se utilizará a mesa para jantar, numa outra utiliza-se para escrever. De tal forma que um mesmo conceito pode ter um significado muito diferente em ideologias distintas. Sendo assim, em uma ideologia os direitos podem ser utilizados para proteger a dignidade humana, numa outra para proteger a propriedade privada.

Esse momento é válido para demonstrar aos estudantes o aspecto de disputabilidade essencial dos conceitos políticos. Onde não existe uma hierarquia universalmente aceita de valores que permitirá uma avaliação definitiva dos bens em jogo.

Daí segue-se que, nas ideologias políticas, os conceitos sempre possuem mais significados que qualquer uso deles pode incluir. Ou seja, toda generalização partirá de certa arbitrariedade sobre os significados de um conceito político.

Um exemplo útil ao docente são as distintas formas adquiridas pela noção de igualdade. Que pode se referir a igualdade de oportunidades, de necessidades, de méritos, etc.

Segundo exemplo válido: se eu digo “exijo liberdade”, minha fala torna-se incompreensível sem que se responda: liberdade a respeito de quem? De que impedimentos? Como posso determinar que sou livre? O que farei ou direi em meu exercício de liberdade? Tenho que praticar algo concreto quando sou livre?

Consequentemente, o conceito de “liberdade” se esclarece por meio de conceitos adjacentes que deem sustentação ao uso generalizado de “Liberdade”. A partir dessa generalização é que a ideologia cumpre o papel de escamotear contradições.

Quanto à razão prática das ideologias, deve ficar evidente ao longo da problematização que seu papel político é, em última instância, servir de instrumento para decisões coletivas. Por decisão, Fredeen (2003) define:

Uma decisão é uma expressão de finalidade (real ou construída) que assinala o fim de um debate, e as ideologias trabalham para proporcionar a certeza em que se apoia tal finalidade. (Fredeen, 2017, cap. 4, tradução própria)

Embora não seja o objetivo dessa primeira etapa de problematização, cabe ao docente assinalar que as ideologias têm seus significados, valores e conceitos limitados por duas dimensões distintas: lógica e cultural.

Do ponto de vista lógico as ideologias são limitadas pela exigência de coerência interna, ou seja, suas conclusões sempre são extraídas de premissas inegociáveis.

Acerca dessa condição, o professor poderá utilizar como exemplo as premissas do pensamento fascista que serviram de lastro para as decisões políticas tomadas no período entre guerras, que, embora tenham raízes profundamente irracionais (como a ideia de pureza racial), permanecem preocupadas com a consistência interna básica de seu discurso.

De outra perspectiva, a cultura também é responsável por estabelecer limites às ideologias, isso porque uma vez que buscam competir pelo controle da linguagem política, devem fazê-lo de modo a garantir, se não o consenso, pelo menos um significado aberto o suficiente para garantir apoio político de diferentes grupos sociais. Desse modo, as ideologias passam, em seu desenvolvimento real, por um inevitável constrangimento cultural imposto pelo contexto social em que se inserem.

Essa etapa de problematização também busca aproximar os estudantes da estrutura morfológica que facilitará a compreensão das diferentes ideologias políticas a serem trabalhadas. Sendo assim, durante o diálogo cabe ao professor demonstrar que as ideologias se estruturam a partir de conceitos nucleares (unidades básicas de pensamento) e conceitos adjacentes que dão suporte aos primeiros. Ou seja, os conceitos centrais a uma ideologia se constroem a partir da proximidade com um campo semântico particular.

No interior dessa estrutura, a posição ocupada pelos conceitos essenciais a cada ideologia pode ser modulada a depender do contexto. Para ilustrar essa prioridade variada dentre os conceitos, podemos retomar a analogia já utilizada da relação da mobília com sua habitação: uma cozinha tem, por necessidade, um cozinheiro e um escurridor; independente da organização dela, sem um cozinheiro e um escurridor, o ambiente deixa de ser uma cozinha. Do mesmo modo, as diferentes formas de liberalismo têm os valores de liberdade e progresso, necessariamente.

Como recurso didático o docente poderá fornecer o esquema comparativo abaixo, que sintetize os principais elementos da análise morfológica das ideologias políticas:

Tabela 2 - Conceitos e características para análise morfológica das ideologias. (Freedman, 2017)

Característica	Conceitos Nucleares (Unidades básica de pensamento)	Conceitos Adjacentes	Conceitos Periféricos
Definição	São os blocos de construção fundamentais e indispensáveis de uma ideologia.	Conceitos que dão substância e refinamento aos conceitos nucleares.	Elementos que conectam a ideologia ao contexto prático, temporal e geográfico.
Durabilidade	Possuem durabilidade de longo prazo e estabilidade dentro da estrutura.	Possuem fluidez moderada, podendo ser reajustados conforme a necessidade da ideologia.	São os mais voláteis e sensíveis a mudanças imediatas no ambiente social.

Função Estrutural	Definem a identidade básica da ideologia (ex: liberdade no liberalismo).	Ajudam a formar a "anatomia específica" e o campo semântico da ideologia.	Atuam na interface com o mundo real e na aplicação prática de políticas.
Relação com o Poder	Locais de maior poder semântico e resistência à mudança.	Contribuem para a "gramática" que tece a interdependência dos significados.	Frequentemente relacionados a símbolos e expressões vernáculas do pensamento político.
Exemplo de Dinâmica	Sua remoção ou alteração drástica descaracteriza a ideologia.	Organizam-se em agrupamentos flexíveis ao redor do núcleo.	Podem incluir "peças sobressalentes" conceituais não utilizadas em certas épocas.

A partir dessa estrutura morfológica, os estudantes terão subsídios suficientes para a construção coletiva de um “mapa das ideologias”. Entretanto, é importante sublinhar que essa abordagem fornece um modelo tipológico, e que as ideologias possuem fronteiras porosas, ou seja, podem se interpor nas suas expressões cotidianas. Elas não se excluem mutuamente, mas se conformam de modo pragmático, conforme nosso autor: “As ideologias não são representações exatas de uma realidade ideacional, mas reconstruções simbólicas delas.” (Freeden, 2017, cap. 4, tradução própria)

Sobre essa primeira problematização, as principais perguntas irão girar em torno de:

a) Qual o significado da palavra Ideologia? É possível afirmar que todos os indivíduos têm uma Ideologia?

b) Que tipo de disputa ideológica existem na realidade? Quais os principais lugares onde essas disputas ficam explícitas?

c) Como as ideologias políticas se organizam? Qual a forma mais adequada de analisarmos as ideologias?

Num segundo momento, o que estará em debate será a especificidade de cada Ideologia política, trazendo à baila seus principais aspectos discursivos, suas relações de afinidade e antagonismos, além de exemplos práticos de disputas travadas ao longo da história. Quer dizer, aproximar os estudantes dos instrumentos teórico-conceituais que possam tornar inteligível a dimensão da realidade social mais ampla, tipificando as práticas discursivas e os interesses materiais envolvidos.

Para tanto, o professor poderá recorrer a dois autores que, embora filiem-se a correntes de pensamento distintas, fornecem importantes contribuições e que podem compor um diálogo frutífero para esse momento de discussão. São eles Leandro Konder e Michael Freeden.

Em A questão da Ideologia, Konder (2020) aponta para duas dimensões de compreensão das Ideologias no campo da atividade política, qual seja: o universal e o particular.

As Ideologias, portanto, estariam ligadas a princípios universalizáveis, de pretensão totalizante, que são resultado de abstrações construídas a partir da experiência histórica dos indivíduos. Nesse nível estão localizadas, segundo Freeden (2017), as macro-Ideologias, que por possuírem certos princípios mais estáveis ao longo do tempo, transformaram-se em formas de pensamento mais longevas. É o caso das tradições do Liberalismo, Socialismo e Conservadorismo.

Num segundo nível, mais pragmático, as Ideologias tomam forma no campo político de um ponto de vista particular (Konder, 2002), vinculado à percepção imediata dos indivíduos. Assim, os sujeitos avaliam e orientam as ações políticas concretas que estão ao seu redor, combinando os núcleos conceituais – universais – a partir de necessidades e subjetividades próprias. À essas formas adotadas Freeden (2017) dá o nome micro-Ideologias.

Essa distinção se atém aos diferentes princípios ideológicos e exemplos práticos que os tornam compreensíveis. Ou seja, enquanto as macro-Ideologias estão concentradas em proposições e disputas em torno do significado de determinados conceitos, buscando priorizar ou rejeitar conceitos centrais e uma constelação de conceitos adjacentes, às micro-Ideologia –

no nível particular da ação política – modulam e segmentam esses conceitos em conceitos periféricos, traduzindo-os em partidos e grupos políticos, movimentos sociais e políticas públicas. O fundamental aqui é mostrar quais são as constelações conceituais e as formas mais típicas de reorganizá-las no todo social mais amplo. Vale então solucionar problemáticas como:

- Quais as expressões ideológicas particulares têm tido destaque no debate público brasileiro?
- Como uma Ideologia política pode manter sua coerência universal quando é adaptada e traduzida para a ação prática e particular em contextos históricos e culturais específicos?

O professor, junto da turma, irá mediar a construção de um quadro comparativo tomando como referência a análise morfológica das ideologias políticas conforme proposto por Michael Freeden (2017). O quadro poderá seguir o exemplo abaixo:

Tabela 3 - Exemplos: Análise morfológica das ideologias.

Ideologia	Núcleo Central (Unidades básicas de pensamento)	Conceitos Adjacentes	Conceitos Periféricos
Liberalismo	Liberdade , individualismo, racionalidade e progresso.	Democracia, direitos humanos, tolerância e limitação do Estado.	Liberdade de expressão irrestrita, livre empreendimento (que ganharam destaque nas formas contemporâneas de liberalismo).
Conservadorismo	Ordem social , tradição, imperfeição humana e resistência à mudança brusca.	Autoridade, hierarquia, paternalismo e segurança.	Livre mercado (conceito absorvido no século XX devido à permeabilidade ideológica).

Socialismo	Comunidade (Grupo) , igualdade social, trabalho e bem-estar.	Cooperação, justiça social e democracia participativa.	Nacionalização ou formas específicas de redistribuição estatal.
Fascismo	Nacionalismo extremo , unidade orgânica da nação e liderança carismática.	Violência regenerativa, anti-individualismo e militarismo.	Corporativismo e rituais estéticos/visuais de massa.

DIMENSÕES DO CONTEÚDO:

- a) Sociológica: a temática se vincula à constituição da Ciência Política como campo do conhecimento, além de se relacionar diretamente a debates epistemológicos acerca dos limites da neutralidade/objetividade, caros à sociologia.
- b) Filosófica: Ideologia, suas formas de expressão cotidianas e as tradições de pensamento que as conformam são temas centrais ao campo da Filosofia Política.
- c) Histórica: as discussões propostas por essa sequência dependem de abordagem interdisciplinar que possa articular a compreensão de eventos históricos aos fundamentos ideológicos que motivaram boa parte deles.
- d) Política: a proposta é que o fio condutor do debate seja a ação política, podendo constituir uma alternativa a abordagem “culturalistas” do tema Ideologia.

INSTRUMENTALIZAÇÃO: Ações didático-pedagógicas do/a professor/a

- a) Primeiro momento do primeiro bloco de aulas: será dedicado à prática social inicial, o professor expõe a temática, realiza coleta e anotação das terminologias que os/as estudantes se remetem ao serem indagados acerca das frases e imagens motivadoras.
- b) Segundo momento da aula: será o início das etapas expositivas da aula, para que se entenda os fundamentos teóricos da Ideologia como problema filosófico-político e por que o conceito é parte do alicerce para a compreensão da vida política;
- c) Terceiro momento do primeiro bloco de aulas: serão retomados alguns conceitos-chave para ao entendimento dos princípios de cada ideologia política, entendendo como são traduzidas em particularidades (conceitos adjacentes e periféricos), além de sua relação de afinidade ou antagonismo. Exemplificaremos expressões contemporâneas, instrumentalizando os conceitos aprendidos. O professor poderá construir o quadro comparativo das diversas formas de ideologias políticas ou fornecer o quadro já preenchido para que possam analisar uma a uma dialogando com exemplos específicos.
- d) Quarto momento do primeiro bloco de aulas: este último momento será dedicado a catarse e a prática social final, com uma conversa prévia sobre a discussão, a atualidade desse debate e sanando possíveis dúvidas que escaparam ao momento de exposição dialogada, após isso os estudantes serão convidados a retomar as imagens e frases motivadoras da prática social inicial buscando associar cada uma delas às diferentes ideologias analisadas ao longo da aula.

RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA AULA:

Além da projeção de imagens e frases para a prática social inicial, utilizar-se-á o quadro durante toda a exposição do conteúdo e as atividades de síntese serão entregues impressas para cada estudante no momento da catarse.

CATARSE:

➤ Bloco 1:

SÍNTESE: A atividade proposta será reavaliar os exemplos utilizados na prática social inicial do conteúdo e tem como critério a percepção do domínio dos conceitos e a capacidade de analisar as ideologias políticas utilizando-se ou descrevendo as temáticas abordadas.

EXPRESSÃO DA SÍNTESE: Os estudantes, munidos do quadro comparativo e das imagens e frases que serviram de exemplo no início buscarão apontar a quais ideologias políticas cada uma faz referência, buscando justificar suas respostas a partir do reconhecimento das unidades básica de pensamento, conceitos adjacentes periféricos vinculados a cada um.

PRÁTICA SOCIAL FINAL

Nova postura prática:

- Saber mais sobre a natureza e a especificidade da dimensão ideológica na vida política.
- Conhecer melhor as formas de ideologias políticas, sabendo diferenciá-las.
- Respeitar a diversidade e pluralidade de ideias na política reconhecendo-as como vitais à dinâmica da vida democrática.
- Analisar criticamente os fundamentos e campos semânticos de cada ideologia política, compreendendo a luta pela linguagem política como parte da ação política

Ações do aluno:

- Verificar quais são as formas históricas de pensamento político-ideológico.
- Interpretar expressões ideológicas presentes em discursos do dia-a-dia
- Ler sobre o assunto.
- Ler e estudar os princípios e fundamentos bem como reconhecer o significado atribuído aos conceitos nas diferentes ideologias políticas.
- Comparar os campos semânticos que dão sustentação a seus próprios juízos ideológicos com outras formas de posicionamento político.

Segundo bloco de aulas

PRÁTICA SOCIAL INICIAL DO CONTEÚDO

Nesse segundo bloco de aulas o docente buscará tratar da ideologia de modo a realizar uma articulação entre o conteúdo visto na primeira etapa, próximo da acepção de significado “fraco” (Stoppino, 2008) do conceito, e o significado “forte” do termo, que busca compreender as ideologias políticas como instrumento de manutenção do poder e escamoteamento de contradições pertencentes as relações materiais entre os indivíduos.

Para que os estudantes se aproximem da discussão, o professor apresentará uma contraposição entre frases de teor político-ideológico e dados que possam ilustrar as contradições em jogo em cada caso.

Sugere-se ao professor frases como:

- *"O que importa é a liberdade de escolha. Se o cidadão quer trabalhar 12 horas por dia ou ser motorista de aplicativo sem vínculo, ele é livre para empreender. O Estado não deve limitar o progresso individual com regulamentações."* (Liberalismo) - Essa frase poderá ser confrontada com dados acerca da precarização do trabalho, explicitando a relação capital-trabalho que a frase pretende mistificar sob a defesa da “liberdade de escolha”.
- *"Precisamos restaurar a Ordem Social e os valores da Família e Tradição. Mudanças bruscas nos costumes destroem a coesão da nação. A autoridade deve ser respeitada para garantir a segurança de todos."* (Conservadorismo) - Essa frase poderá ser confrontada com dados acerca do aumento do feminicídio e a violência contra as populações LGBTQIAPN+, de modo que os alunos sejam convidados a refletir sobre os modelos de família defendidos pela ideologia conservadora.
- *"Vamos trazer os empregos de volta! O problema da nossa economia não é o sistema, mas os inimigos externos e os imigrantes que roubam suas oportunidades. Precisamos de Ordem nas fronteiras e de Livre Empreendimento sem as amarras do Estado para que o verdadeiro americano prospere novamente sob uma Liderança forte."* (Fascismo) - Com esse exemplo os estudantes poderão reconhecer que há valores e conceitos que podem articular formas de liberalismo e fascismo, por exemplo, espera-se que os estudantes percebam que essa é uma proposição típica à extrema direita.

Além da análise dessas frases o docente poderá lançar perguntas motivadoras aos estudantes, como:

- I. Se a realidade material mostra desigualdade profunda, por que a ideia de que 'somos todos iguais' é tão repetida e aceita?
- II. A quem interessa que o trabalhador acredite que os interesses da grande empresa são os mesmos que os dele?
- III. Essas frases são mentiras deslavadas ou são distorções da realidade que servem para evitar o conflito direto?

Com essa primeira apresentação do debate, o professor poderá estimular a curiosidade dos alunos sobre as razões que fazem com que proposições ideológicas apareçam como naturais, ou como interesse social comum. Esse momento de fomentar a dúvida pretende transformar o processo de “fabricação” das ideologias em um problema sociológico a ser respondido, a partir daí, será possível um salto de compreensão sobre as implicações epistemológicas da ideologia. Isso implica em compreendê-la como “ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominantes, mediante sobretudo a distorção e dissimulação”. (Eagleton, 2006, p. 38)

PROBLEMATIZAÇÃO: AS IDEOLOGIAS NASCEM DA ATIVIDADE MATERIAL

Em geral, as ideologias políticas parecem ser resultado do esforço intelectual de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos que buscam observar e formular seus discursos de modo neutro e autônomo. Essa aparente autonomia costuma levar-nos a interpretar o surgimento de discursos político-ideológicos como fruto de um processo subjetivo consciente. (Chauí, 1984)

Entretanto, conforme alerta Terry Eagleton (2006) as ideologias:

Com bastante frequência parece ser uma miscelânea de refrões ou provérbios impessoais, desprovidos de temas; no entanto, esses chavões batidos estão profundamente entrelaçados com raízes de identidade pessoal que nos impele, de tempo em tempos, ao assassinato ou à tortura. (Eagleton, 1997, p. 31)

Para ilustrar essa relação entre ideologia e realidade material, a exposição do conteúdo poderá estar subsidiada pelas valiosas contribuições de Marilena Chauí (1984) na obra “*O que é ideologia*”. Isso porque a autora não perde de vista o fato de que “a ideologia está ligada à divisão social do trabalho, à luta de classes, à separação entre trabalho intelectual e o trabalho material”, ou seja, mesmo que inscrita no plano da consciência, a ideologia é produto de relações sociais estabelecidas em certas condições materiais de reprodução da vida social. (Konder, 2002 apud Chauí, 1984)

Desse modo ficará mais evidente ao estudante que determinadas condições históricas produzirão ideologias comprometidas com o escamoteamento de contradições presentes na sua própria origem. Ainda segundo Leandro Konder

A dimensão ideológica surge quando a ultrageneralização se liga a alguma tendência histórica real, às motivações de algum grupo que pode tirar proveito de determinado preconceito porventura embutido na generalização desmesurada (*Ibid*, 2002, p. 240)

A compreensão da ideologia em seu “sentido forte” exige, primeiramente, o reconhecimento de sua natureza polissêmica. Como apontam diversos teóricos, o termo não possui um significado encerrado; ele transita entre a desqualificação de conjuntos de valores alheios e a qualificação de sistemas de crenças próprios (Eagleton, 2006). No entanto, para além dessa flutuação semântica, o estudo da ideologia deve focar nos modos pelos quais a significação atua diretamente na manutenção de relações de dominação. Trata-se do terreno simbólico onde homens e mulheres travam suas batalhas sociais e políticas, mediadas por signos e representações que, frequentemente, transmitem muito mais informações e intenções do que seus próprios autores são capazes de conscientizar (Freedon, 2017; Thompson apud Eagleton, 2006).

Nesse sentido, a operação ideológica fundamental, como destaca Marilena Chauí (1984), é a inversão. O ideólogo é aquele que inverte a relação entre as ideias e o real, apresentando um sistema de representações que é condenado a desconhecer sua própria gênese material. Embora as ideias nasçam da atividade material concreta, a ideologia as apresenta como entidades autônomas e independentes das condições de vida. Essa separação faz com que as

ideias não pareçam frutos do pensamento de homens determinados (inseridos em uma divisão social do trabalho onde alguns pensam enquanto outros operam a produção), mas sim verdades universais descobertas por intelectuais neutros.

Essa autonomia aparente permite a criação de universais abstratos. A ideologia reconstrói a base real da divisão social de forma invertida e imaginária, transformando interesses particulares de uma classe em "ideias gerais" naturalizadas (Chauí, 1984). É através desse mecanismo que se oculta uma contradição insuperável: a de que, onde impera a propriedade privada, o interesse social comum é uma impossibilidade lógica. Para sustentar essa ficção, a ideologia "fabrica" uma história, atribuindo o movimento da realidade a sujeitos e agentes que, na prática, não possuem o poder de realizá-lo.

Podemos compreender a consolidação desse processo através de três momentos cruciais (Chauí, 1984):

1. A formulação de um conjunto de ideias que faz com que uma classe específica apareça como a representante legítima de toda a sociedade;
2. A cristalização dessas ideias no senso comum, tornando-as verdades autoevidentes para a maioria;
3. A completa autonomização dessas ideias em relação às classes dominantes que as originaram, passando a figurar como leis naturais do mundo social.

Por fim, é preciso notar que essa estrutura não é absoluta. A própria ambiguidade da consciência cotidiana, embora a torne vulnerável às distorções ideológicas, também abriga possibilidades de resistência (Konder, 2002). Ao estranhar a distância entre o discurso e a experiência material, o estudante pode iniciar o movimento de desconstrução da rede imaginária da ideologia, retomando o vínculo entre o que se pensa e o modo como se produz a vida.

DIMENSÕES DO CONTEÚDO:

a) Sociológica: Focada na análise das relações de poder e na estrutura de classes, buscando entender como a ideologia atua como uma "falsa consciência" que legitima a dominação social.

- b) Filosófica: Transição da ideologia como sistema de crenças para a crítica da ideologia como inversão da realidade e mascaramento de contradições materiais (acepção marxista/sentido forte).
- c) Histórica: Contextualização de como as elites políticas, em diferentes períodos (incluindo o contemporâneo, como o governo Trump), mobilizam discursos nacionalistas e liberais para apaziguar conflitos de classe.
- d) Política: Análise da linguagem partidária e do uso de conceitos "núcleos" (como liberdade ou ordem) para universalizar interesses que são, na verdade, particulares.

INSTRUMENTALIZAÇÃO: Ações didático-pedagógicas do/a professor/a

- a) Primeiro momento do segundo bloco de aulas: Dedicado à Prática Social Inicial, o professor apresenta as frases da prática social inicial. Os alunos são provocados a identificar o que esses discursos "escondem", em vez do que eles apenas "dizem".
- b) Segundo momento do segundo bloco de aulas: Etapa expositiva sobre o sentido "forte" de ideologia. O professor introduz o conceito de escamoteamento das contradições, explicando como a ideologia "apaga" o conflito entre capital e trabalho para criar uma imagem de unidade nacional ou eficiência técnica.
- c) Terceiro momento do segundo bloco de aulas: Atividade prática de correlação com a tabela das ideologias. Os estudantes analisam como o Liberalismo, Conservadorismo ou Fascismo utilizam seus "núcleos centrais" para inverter a percepção da realidade.
- d) Quarto momento do segundo bloco de aulas: Momento de catarse e prática social final. Os estudantes são convidados a realizar a "desconstrução" final dos discursos apresentados no início. O professor sintetiza a aula reforçando que a ideologia na política não é apenas "ter uma ideia", mas uma ferramenta de ocultamento da luta de classes, encerrando com a avaliação da mudança de percepção dos alunos sobre os discursos do dia a dia.

RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA AULA:

Além da projeção de capturas de tela (posts de redes sociais e propaganda partidária), o professor poderá utilizar o quadro para esquematizar a relação entre ideologias políticas e relações materiais. Serão entregues tabelas impressas com a morfologia das ideologias e pequenos informativos com dados socioeconômicos para subsidiar a análise crítica dos estudantes.

CATARSE:

SÍNTESE: A atividade pretende possibilitar que os estudantes identifiquem como conceitos nucleares e adjacentes (vistos no Bloco 1) são utilizados para construir "universais abstratos" que invertem a realidade material (visto no Bloco 2).

EXPRESSÃO DA SÍNTESE: O professor dividirá a turma em grupos e entregará a cada um uma peça de propaganda política, um recorte de jornal sobre economia ou um "post" viral de redes sociais. Utilizando o quadro comparativo elaborado no primeiro bloco de aulas, o grupo deve identificar qual é a matriz ideológica do material (Liberalismo, Conservadorismo, etc.).

Algumas sugestões de material para análise dos estudantes são:



Nikolas Ferreira ✓

9 h · 🌐



Tive minhas redes sociais derrubadas por pedir ao TSE que analisasse denúncias eleitorais. Em nenhum momento afirmei, somente pedi para averiguar.

É uma das funções do Tribunal.

O que passar disso é narrativa da esquerda.

Compartilhe essa informação com essa foto.
A verdade prevalecerá.



Figura 9 - Tweet feito pelo deputado federal (MG) Nikolas Ferreira, a publicação acompanha foto do político em questão com fitas cruzadas sobre sua boca.⁵³

⁵³ Na publicação referida, Nikolas afirma ter sido vítima de censura, após ter suas páginas bloqueadas após denúncias de supostos crimes eleitorais, a publicação se relaciona com a defesa da “liberdade de expressão”.



Figura 10 - Tweet de divulgação de grupo político "Frente Integralista em Pernambuco".⁵⁴



Figura 11 - Tweet do perfil "Orgulho Brasil".⁵⁵

1. Quais Conceitos Nucleares aparecem explicitamente? (Ex: "Liberdade", "Ordem", "Nação").

⁵⁴ A publicação se relaciona a memória política da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado.

⁵⁵ A publicação se relaciona a ideologia neoliberal de apologia do "empreendedorismo".

2. Quais Conceitos Periféricos estão sendo usados para conectar essa ideia ao momento atual? (Ex: "Livre empreendimento", "Segurança").

O grupo deve responder: *Como essa peça inverte a realidade?* Identificar em que momento o texto tenta fazer um interesse de um grupo específico parecer um "interesse social comum". (Ex: "O que é bom para a empresa X é bom para o Brasil").

Se a ideologia separa a ideia da sua origem material, o grupo deve redigir uma legenda que explicita as condições materiais e a divisão social do trabalho que aquele discurso tentou escamotear.

Ao final das apresentações, os alunos devem perceber que, uma vez que entendemos a "gramática" (tabelas) e a "função" (inversão) da ideologia, ela perde seu caráter de "verdade natural" e passa a ser vista como uma construção humana em disputa.

PRÁTICA SOCIAL FINAL

Nova postura prática:

- Discernir entre o sentido "fraco" (crenças) e o sentido "forte" (instrumento de dominação e ocultamento) do conceito de ideologia.
- Identificar a inversão ideológica em narrativas políticas, percebendo quando interesses particulares são apresentados como universais.
- Reconhecer a materialidade por trás dos discursos, conectando as ideias aos seus efeitos práticos na vida da classe trabalhadora.
- Posicionar-se de forma autônoma diante de conteúdos de redes sociais, evitando a reprodução automática de slogans que escamoteiam a realidade social.

Ações do aluno:

- Desconstruir peças publicitárias e postagens de cunho político, apontando quais núcleos estão sendo usados para silenciar conflitos sociais.

- Contrastar promessas de "liberdade" e "meritocracia" com dados concretos de desigualdade socioeconômica e acesso a direitos.
- Investigar quem são os sujeitos históricos e as classes que se beneficiam da naturalização de determinados conceitos políticos.
- Debater a política não apenas como uma escolha de "times", mas como um campo de forças onde a linguagem é usada para manter ou transformar as relações de poder.
- Monitorar o próprio consumo de informação, questionando: "Qual contradição material este discurso está tentando esconder?".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, as reflexões desenvolvidas oferecem uma análise contextualizada sobre o impacto do bolsonarismo no campo da educação, especialmente no Ensino de Sociologia, destacando as repercussões da ascensão da extrema direita no cenário político brasileiro.

No primeiro capítulo, esquadrimos o cenário de ascensão da extrema direita contemporânea e do bolsonarismo, buscando delinear seus fundamentos históricos, discursivos e ideológicos. A análise mostrou que fatores como a “ressaca” da globalização (Lynch & Cassimiro, 2022), o esgotamento de condições econômicas e políticas que marcaram o Brasil pós-1988, a ação de *think tanks* ultraliberais (Rocha, 2019) e o ressentimento de frações da classe média que não passaram ilesas às ruínas do neoliberalismo (Brown, 2019; Nunes, 2023) garantiram o terreno fértil para a emergência desse espectro político. As matrizes ideológicas combinam nativismo, autoritarismo, populismo (Mudde, 2022) e uma visão da educação como campo estratégico da “guerra cultural”, onde o termo “marxismo cultural” opera como um significativo vazio aglutinador de diferentes ataques à esquerda e às ciências humanas.

O segundo capítulo se debruçou sobre a gestão do Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro, identificando o MEC como um “bunker da guerra cultural” (Leher, 2023) em nome da agenda ultra conservadora e neoliberal. Passando pelos ministros Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, evidenciaram-se práticas e discursos pautados no combate ao “marxismo cultural”, a promoção das escolas cívico-militares e o incentivo à vigilância ideológica nas salas de aula. Além disso, a precarização administrativa e a politização extrema do MEC resultaram em instabilidade e escândalos, refletindo o caráter beligerante das práticas discursivas dos agentes responsáveis pela pasta.

O terceiro capítulo buscou reconstituir a trajetória da sociologia no currículo da educação básica, destacando a sua intermitente presença e as dificuldades decorrentes do preconceito ideológico que permeia a área. A disciplina, historicamente associada à contestação e à formação crítica, passou a ser alvo preferencial dos ataques bolsonaristas que a acusam de doutrinação vinculada ao “marxismo cultural”. O capítulo discutiu ainda as tensões que envolvem a “questão da ideologia” no ensino da sociologia, apontando para a necessidade de um compromisso crítico que valorize a cidadania e a reflexão democrática frente ao avanço de valores autoritários e conservadores.

O quarto capítulo dedicou-se à elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica diante do quadro narrado nos capítulos que o antecederam. A sequência didática ali proposta buscou dar conta de tratar a questão (e o conceito) da ideologia a partir de uma perspectiva que apresentasse o que consideramos ser uma novidade em termos de abordagem para a educação básica.

A divisão das atividades, estruturada em dois blocos de aulas e iniciada por uma apresentação “morfológica” das formas ideológicas mais típicas da contemporaneidade, pretende fornecer ao professor de Sociologia uma maneira de tratar as aparições mais corriqueiras das práticas discursivas associadas a essas formas. Fornece-se, desse modo, um mapa que pode tornar-se uma importante ferramenta para que os estudantes analisem a natureza ideológica de boa parte dos ataques promovidos contra as Ciências Humanas e, por consequência, contra valores fundamentais à ordem democrática.

Por seu turno, a segunda etapa da sequência tem como horizonte dar destaque tanto à historicidade que o conceito de ideologia carrega, quanto à materialidade que envolve a construção das ideologias. Ou seja, buscou-se, com esse segundo movimento, a transposição de um olhar tipológico e classificatório das diferentes formas de pensamento para uma apreciação que as aproxime de suas condições objetivas de produção, visando evidenciar aos estudantes as contradições que as ideologias aparentam resolver ou naturalizar.

A partir do itinerário de pesquisa apresentado, o trabalho buscou fornecer uma fotografia do momento vivenciado pelas Ciências Humanas, e em especial a Sociologia, na realidade da educação básica brasileira. Tentou-se capturar, especialmente, a escalada de ataques feitos por políticos à frente do Ministério da Educação, sublinhando suas origens intelectuais e ponderando acerca das implicações sobre o Ensino de Sociologia e o desprestígio sob o qual o professor da área acaba sendo colocado. Além disso, uma vez reconhecida a relevância desse tópico num contexto de rotinização de ideologias da extrema direita, buscou-se, com a seriedade que o tema exige, construir um instrumento didático que possa compor o arsenal a ser utilizado na resistência da disciplina e na defesa de uma sociedade comprometida com uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e com liberdade de cátedra.

Em resumo, o trabalho pôde contribuir para o campo fornecendo uma interpretação do quadro de disputa simbólica e política onde a educação, e especificamente o Ensino de Sociologia, refletem os conflitos ideológicos ligados às crises e contradições da democracia

brasileira contemporânea. Os debates realizados ao longo do trabalho prepararam o terreno para a última etapa, que propõe uma intervenção pedagógica orientada para formar estudantes capazes de compreender os mecanismos da ideologia, dividindo o tema em duas abordagens complementares, em sentido “fraco” e “forte” do termo.

ANEXO I – QUADRO DE AULAS

Etapas	Bloco 1: Ideologia e suas Formas de Expressão	Bloco 2: Ideologia e Realidade Material
Prática Social Inicial	Coleta das concepções dos alunos sobre o termo "ideologia" (senso comum). Apresentação de frases e imagens (ícones e slogans) para identificar o que os estudantes já conhecem e como reagem a esses exemplos.	Articulação entre o significado "fraco" e o "forte" (instrumento de poder). Confronto entre frases de teor ideológico e dados concretos que ilustram as contradições da realidade social (ex: precarização do trabalho vs. liberdade de escolha).
Problematização	Foco no significado "fraco" (sistema de ideias). Discussão sobre a análise morfológica das ideologias, identificando unidades básicas (núcleo central), conceitos adjacentes e periféricos.	Foco no significado "forte" (falsa consciência e mascaramento da realidade). Discussão sobre como as ideologias nascem da atividade material, da divisão social do trabalho e da luta de classes.
Instrumentalização	Exposição dos fundamentos teóricos da ideologia. Construção ou análise de um quadro comparativo das ideologias (Liberalismo, Conservadorismo, Socialismo, Fascismo) com base em seus núcleos conceituais.	Aprofundamento na operação ideológica da "inversão", onde as ideias são apresentadas como autônomas e independentes das condições de vida. Análise da ideologia como legitimadora de interesses de classes dominantes.
Prática Social Final	Nova postura: Saber diferenciar as formas de ideologias e respeitar a pluralidade democrática. Ações: Interpretar expressões ideológicas no dia a dia e comparar seus próprios juízos com outros posicionamentos.	Nova postura: Discernir entre os sentidos fraco e forte do conceito; identificar a inversão ideológica em narrativas políticas. Ações: Desconstruir peças publicitárias e postagens, contrastando promessas (ex: meritocracia) com dados de desigualdade.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Após tentativa de doutrinar estudantes, Vélez Rodríguez recua**. 26 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/apos-tentativa-de-doutrinar-estudantes-velez-rodriguez-recua1>. Acesso em: 28 de abr. de 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Reunião de comparecimento de ministro de estado [27/03/2019]. Notas Taquigráficas da 1ª sessão legislativa ordinária da 56ª legislatura**. Brasília, DF, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/54767>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 6, 02 jan. 2019a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico [recurso eletrônico]**. Brasília, DF: Inep, 2025.

GENIAL INVESTIMENTOS; QUAEST. **Pesquisa Genial: conhecimento e imagem de lideranças políticas**. 2026. Disponível em: <https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/01/GENIALQUAESTJAN26IMAGEMLIDERES.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LANÇAMENTO da ID Estudantil. [Brasília: s. n.], 06 set. 2019. 1 vídeo (35 min 52 s). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ivuMowkAAs. Acesso em: 28 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC firma compromisso para educação básica se tornar referência na América Latina até 2030**. [11 de julho de 2019]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4C6IviEqEyo>. Acesso em: 28 de abr. de 2025.

O GLOBO. **MEC muda regras para seleção de livros didáticos e tira restrição sobre publicidade nas obras**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mec-muda-regras-para-selecao-de-livros-didaticos-tira-restricao-sobre-publicidade-nas-obras-23357912>. Acesso em: 28 de Abril de 2025.

PASSARELLI, Hugo. **'Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação**. Valor Econômico, São Paulo, 24 de abr. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 28 de abr. de 2025.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU] et al. **Redução das Ciências Humanas no currículo da rede estadual paulista [Nota Técnica]**. São Paulo: REPU / Gepud, 28 jan. 2025. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br. Acesso em: 22 ago. 2025

RODRÍGUEZ, R. V. **‘Faxina ideológica’**. VEJA, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

RODRÍGUEZ, R. V. **Discurso na Cerimônia de transmissão de cargo ao Ministro da Educação**. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l4j6jGOxyyE>. Acesso em: 28 abr. 2025

WEINTRAUB, Abraham. **Bloqueio de verba de 3 universidades federais é ilegal e ignora desempenho**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bloqueio-de-verba-de-3-universidades-federais-e-ilegal-e-ignora-desempenho.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2025.

WEINTRAUB: **carteirinha pode ser feita até 16 de fevereiro, com validade para 2020**. Brasília: [s. n.], 08 fev. 2020a. Publicado pelo Canal de Brasília. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9r_BMXySXo0. Acesso em: 28 abr. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael Whitman. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. Instituto Paulo Freire. 2003.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues et al. **Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”**. Editora Oficina Universitária, 2022.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BODART, Cristiano; PIRES, Welkson. O ensino de sociologia no contexto de ascensão da extrema direita no Brasil. **Latitude**, p. 1-37, 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, p. 50, 2019.

CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. 2016. Universidade Federal de Uberlândia. Tese de Doutorado.

CASSIMIRO, P. H. P.. Os usos do conceito de Populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. e242084, 2021.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, v. 72, p. 24-41, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Ed. brasiliense, 1984.

CHECCHIA, Luiz Carlos. **O discurso do capitão: a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural**. 2023. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CURY, C. R. J.. HOMESCHOOLING OU EDUCAÇÃO NO LAR. **Educação em Revista**, v. 35, p. e219798, 2019.

DUARTE, Newton. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, v. 11, n. 2, 2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O ensino da sociologia na escola secundária brasileira**. Anais. São Paulo: Sociedade Brasileira de sociologia, 1955.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump—e além. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

FREEDEN, Michael. **Ideología: una brevísima introducción**. Tradução de Pablo Sánchez León. [S. l.]: Titivillus, 2017. E-book.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Autores Associados, 2003.

HABERMAS, Jürgen. A crítica neoconservadora da cultura nos Estados Unidos e na Alemanha. In: **A nova obscuridade: pequenos escritos políticos**. São Paulo: Unesp, 2015.

HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, 5ª ed.

KAYSEL, A.; BIANCHI, A. BOLSONARISMO COMO COALIZÃO DISCURSIVA DE EXTREMA-DIREITA. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 38, p. e025066, 2025. DOI: 10.9771/ccrh.v38i0.66145. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/66145>. Acesso em: 26 fev. 2026.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LEHER, Roberto (Ed.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. Expressão Popular, 2023.

LIMA, Pedro Luiz; CHALOUB, Jorge. SISTEMA E ANTISISTEMA NA CRÍTICA DO BOLSONARISMO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. e122036pl, 2024.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O Populismo reacionário**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MACHADO, Gilson Batista. **Políticas públicas educacionais do governo federal nos anos de 2019 e 2020: uma análise dos fundamentos ideológicos**. 2021. Universidade Federal de Uberlândia. Tese de Doutorado.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideas**, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **GOVERNO BOLSONARO NEOFASCISMO E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL**. *Relações Internacionais*, n. 73, 2022.

MELLO, Natália Nóbrega de; LIMA, Pedro Luiz. Bolsonarismo em foco. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 122, p. e122007nn, 2024.

MELO, Demian Bezerra de. Junho de 2013 pariu o bolsonarismo? In: **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)** / Org. Carolina Freitas, Douglas Barros, e Felipe Demier - São Paulo: Usina Editorial, 2023.

MELO, Demian Bezerra de. REVISIONISMO, NEGACIONISMO E MEMÓRIA: A ditadura que não foi? In: **60 anos do golpe, 50 anos da revolução: democracia em disputa em Brasil e Portugal** / Org. André Vianna Dantas, Cátia Guimarães e Manuel Loff. - Rio de Janeiro: EPSJV; Expressão Popular, 2025.

MIRANDA JUNIOR, Gilberto; WILKE, Valéria Cristina Lopes. **As big techs e o iluminismo sombrio: a escolha ideológica estadunidense para a consolidação de sua hegemonia planetária.** Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. esp., e-7790, nov. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2025v12ne-7790>. Acesso em: 26 fev. 2026

MIRANDA, M. G. de. Crise na educação: A retórica conservadora. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 567–579, 2017. DOI: 10.22420/rde.v10i19.700. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/700>. Acesso em: 1 set. 2025.

MORAES, Amaury Cesar de. Ciência e Ideologia na prática dos professores de sociologia no ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? **Educação e Realidade**, v. 39, n. 01, p. 17-38, 2014.

MORAES, Amaury Cesar de. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos Cedes**, v. 31, p. 359-382, 2011.

MUDDE, Cass. **A extrema direita hoje.** Rio de Janeiro:EdUERJ,2022.

NIQUITO, Thais Waideman; SACHSIDA, Adolfo. **Efeitos da inserção das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio sobre o desempenho escolar.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2018

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro.** Todavia, 2022.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição.** Ubu Editora, 2022.

OLIVEIRA, Dominyque Domingos de. **O ensino de sociologia diante do programa educacional liberal conservador: influências do discurso antidoutrinação fomentado pelo ideário “Escola sem Partido”.** 2022. 133 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2022.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & realidade**, v. 38, p. 1327-1349, 2013.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; DE LIMA MENDONÇA, Sueli Guadalupe. O discurso pedagógico para o ensino de sociologia, em três atos: defesa, legitimação e suspensão da obrigatoriedade. **Revista Aurora**, v. 16, n. 1, p. 25-46, 2023.

PEREIRA, Fabrício Mendes. Políticas do Ministério da Educação sob o governo Bolsonaro: Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2021) e o desmonte da autonomia da sociologia nos currículos. **Revista Universidade e Sociedade**,

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 411–424, 2017. DOI: 10.61673/ren.2009.367. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/367>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PUGLIA, Leonardo Seabra. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró- Impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, p. e20190076, 2019.

ROCHA, Camila. '**Menos Marx, mais Mises**': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, Lidiane. **Série Contrafogos: episódio 2** / entrevista concedida a Alexandra Tedesco. 2023. YouTube, LPPE UERJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uG1SUMUAn-s>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015.

SOUSA, Diogo Tourino de. A sociologia na educação básica como campo de inserção dos intelectuais na vida pública: algumas hipóteses de pesquisa. **Teoria e Cultura**, v. 12, n. 1, 2017.

v. 73, p. 72-83, 2024.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 391-408, 2020.